Introdução

O tema da memória já estava presente na mitologia grega. Mnemosyne, a personificação da memória, filha de Urano e Geia, uniu-se a Zeus durante nove noites seguidas, dando-lhe no período de um ano, nove filhas: as Musas – representadas sob a forma de jovens mulheres vestidas com roupas longas e flutuantes e um manto, que presidem o pensamento em todas as suas formas.

Lethe, a personificação do esquecimento, é considerada por poetas como irmã da Morte e do Sono. Era filha de Éris, a Discórdia e presidia a fonte do esquecimento: o rio Lethe, situado nos Infernos, aonde iam os mortos beber para esquecer as coisas do mundo. Na Beócia, perto do oráculo Trofônio havia duas fontes em que os fiéis bebiam: a fonte da Memória, Mnemosyne, e a fonte do Esquecimento, Lethe (cf. Guimarães, 1995).

Na mitologia grega, que nos serve de ilustração, a memória e o esquecimento funcionavam então como um par de forças complementares, sendo a memória associada à sabedoria e ao pensamento e o esquecimento, à morte e à noite (cf. Coimbra, 1997). É interessante assinalarmos que, na Grécia arcaica, a função de rememoração tinha por alvo “uma ascese em direção à verdade. (...) [A memória] se caracterizava por uma possibilidade de conhecimento sobre-humano, já que por seu intermédio quebrava-se a barreira que separava o passado e o presente, e desse modo também o mundo dos vivos e aquele dos mortos” (idem, p. XI).

A palavra memória é um substantivo feminino que quer dizer lembrança, reminiscência, e é oriunda do latim *memória*, de *memor* – *oris* ‘que se lembra’, relacionado com *meminisse* “lembrar-se” (Cunha, 1982, p. 512).

Em filosofia, temos a palavra memória significando a “capacidade que o ser humano possui de reter um dado da experiência ou um conhecimento adquirido e de trazê-lo à mente” (Japiassu & Marcondes, 1990, p. 164). Através da memória um evento atual relaciona-se com um evento passado do mesmo tipo e por isso ela será também a “capacidade de evocar o passado através do presente” (idem). É também uma “função psíquica que consiste na reprodução de um estado de consciência passado com a característica de ser reconhecido como tal pelo sujeito”. (Lalande, s/d, p. 79).

Memória é um tema privilegiado de estudo em diversos campos de saber, tais como: filosofia, psicologia, biologia, ciência cognitiva, neurociência, antropologia, informática, literatura, história, etc. Deparamo-nos, então, com uma gama enorme de teorias que pretendem compreender e explicar diferentemente a memória humana, concebendo e definindo de formas diversas o que seja a memória.

A memória não foi tratada conceitualmente por Sigmund Freud de uma forma sistemática, embora o tema possua uma posição de enorme importância em sua obra, já que todo o psiquismo é concebido como um “aparelho de memória”. O papel da memória foi abordado em diversos níveis ao longo de sua vasta elaboração teórica. Nosso interesse recai no estudo da memória dentro da teoria freudiana enquanto uma concepção original, sendo nosso propósito destacar aquilo que ela apresenta de irredutível a qualquer outra concepção de memória.

Ao longo de sua obra, Freud elaborou vários modelos do que ele denominou de aparelho psíquico. Em todos os modelos propostos a memória é uma referência central. Para Gondar (1993), a memória em Freud é um conjunto articulado de representações distribuídas em diferentes registros, que obedece às lógicas de funcionamento próprias destes registros.

No primeiro modelo de aparelho psíquico apresentado - a primeira tópica freudiana - é proposta uma distinção entre três instâncias: consciência, pré-consciência e inconsciente. A instância da consciência seria responsável pela percepção, sem capacidade de registrar as impressões que chegam ao aparelho, ou seja, sem capacidade de memória. Às outras duas instâncias caberiam o registro das impressões recebidas, constituindo aí duas modalidades de memória: uma memória pré-consciente e uma memória inconsciente.

Na memória pré-consciente teríamos as representações facilmente rememoráveis. As lembranças se sucederiam da mesma forma cronológica que vemos acontecer em nosso dia-a-dia. Por outro lado, a memória inconsciente seria constituída por traços inacessíveis à consciência. Para falar desta memória inconsciente, Freud se utiliza preferencialmente da expressão “traços mnêmicos”. Os traços mnêmicos fazem parte de uma concepção de memória que é “permanente e verdadeiramente inerradicável (...) [designando] os resíduos das experiências da primeira infância, para sempre inconscientes, mas dotados de valor de determinação” (Rudge, 1999, p. 13-14).

Na teoria freudiana, os termos memória e capacidade de recordação não são sinônimos, como no dicionário de filosofia.

Na segunda tópica, temos um psiquismo constituído de instâncias diferentes: o Eu, o Isso e o Supereu. Muitas reformulações foram sofridas pela teoria nesta passagem para a segunda tópica, mas não quanto ao papel fundamental das experiências infantis na constituição do psiquismo. Nesta medida, a memória continua ainda a desempenhar um importante papel na segunda tópica.

Para abordar a complexidade da questão da memória na teoria psicanalítica freudiana, seguiremos, mais detalhadamente, o seguinte percurso:

O capítulo 1, *Discussões sobre a Memória: Breve Histórico*, apresenta as primeiras pesquisas sobre a memória, iniciadas no século XIX, até chegar ao debate contemporâneo, em campos afins àquele que escolhemos, a psicologia, a neurologia e a neurociência, sem incluir as contribuições de Sigmund Freud.

O capítulo 2, *Reminiscências*, percorre um texto fundamental da obra de Freud, *Estudos sobre a histeria*, escrito em 1893-5, em colaboração com Josef Breuer. Ele constitui um marco inicial da psicanálise, inaugurando uma nova concepção de histeria em que os sintomas histéricos são concebidos como articulados a reminiscências. As reminiscências de que sofrem os histéricos são o ponto capital deste capítulo.

O capítulo 3, *O Traço Mnêmico na Metapsicologia*, está dividido em quatro seções que contemplam os temas *As afasias; As facilitações; A metáfora da escrita e O modelo metapsicológico de 1900*. Neste capítulo percorremos importantes textos da obra de Freud e destacamos neles principalmente a concepção de traço mnêmico. Os traços mnêmicos são os resíduos das experiências da primeira infância.

O capítulo 4, *Memórias de Infância e Lembranças Encobridoras*, trata do fenômeno da amnésia infantil e das lembranças encobridoras. Aqui se coloca um paradoxo: as memórias da primeira infância são determinantes na vida futura e, no entanto, não são passíveis de serem recordadas.

O capítulo 5, *O Esquecimento como fruto do Recalque*, sobre o esquecimento, percorre o texto freudiano *A Psicopatologia da Vida Cotidiana*, no qual Freud investiga fenômenos da vida cotidiana, e apresenta o conceito de *atos*

falhos. A diferença entre o esquecimento nos atos falhos e a impossibilidade de lembrar as primeiras experiências infantis é estabelecida.

O capítulo 6, *Memória e Temporalidade*, está dividido em duas seções que abordam o papel da Memória filogenética na teoria freudiana e a noção de *Nachträglich*. Esta noção fundamental se relaciona na obra freudiana à temporalidade e à causalidade psíquica.

No último capítulo, *Recordar ou Repetir?*, a dimensão clínica da questão da memória é abordada, relatando-se como Freud estabeleceu a distinção entre recordar e repetir e cunhou a expressão *compulsão à repetição*, mais tarde de importância fundamental para a teoria da pulsão.

As conclusões do estudo apontam para as muitas contribuições trazidas por Freud aos estudos sobre a memória. Ressalta-se a concepção de traço mnêmico que porta efetivamente a originalidade da concepção freudiana de memória.

Capítulo 1

Discussões sobre a Memória: Breve Histórico

A partir do século XIX temos os primeiros estudos sobre a memória realizados pela psicologia e pela neurologia. Tais pesquisas estão na origem da própria psicologia e também da psicanálise.

Neste capítulo veremos como a memória fez-se tema de estudo e acompanharemos alguns autores que são marcos nesta discussão. Nosso percurso irá até os dias atuais com as contribuições da psicologia cognitiva e da neurociência. Este último campo concentra a maior parte da discussão atual sobre este tema.

As contribuições de Sigmund Freud tanto no campo da neurologia como na psicanálise serão vistas nos capítulos que se seguem a este.

1.1 Psicologia

O primeiro estudo experimental da memória e da aprendizagem, realizado no âmbito da psicologia, teve início com Hermann Ebbinghaus (1850-1909) que discordou de Wilhelm Wundt (1832-1920) sobre quais os processos mentais que poderiam ser estudados pela nascente psicologia. Wundt achava que era impossível pesquisar os processos mentais superiores. Ebbinghaus, ignorando tal afirmação, começou a fazer bem-sucedidos experimentos com a aprendizagem e a memória. Seu livro *Über das Gedächtnis* (Sobre a Memória), publicado em 1885, relata, segundo Schultz & Schultz (1992), “a mais brilhante pesquisa individual da história da psicologia experimental”.

Sua técnica consistia em medir a memória contando o número de tentativas ou de repetições necessário à aprendizagem do material. Inventou uma série de 2300 sílabas sem sentido, nem interconexões entre si: a *série sem sentido de sílabas*, uma tentativa de criar um material que proporcionasse apenas poucas associações ou significados e com isso não facilitasse a aprendizagem do material, permitindo maior controle do experimentador. Neste novo tipo de sílaba, uma vogal é posta entre duas consoantes, como em BIK ou REN (cf. Squire & Kandel, 2003). Ao comparar o trabalho de memorização de *sílabas sem sentido* e aquelas

com associações claras, como estrofes de *Don Juan*, por exemplo, chegou à conclusão de que o material sem sentido ou com poucas associações apresenta uma dificuldade nove vezes maior de aprendizagem do que o material significativo. Suas pesquisas demonstraram que, quanto mais extenso o material a ser aprendido, maior o tempo necessário para fazê-lo.

Pesquisou também sobre os efeitos do tempo, o que gerou sua famosa *curva de esquecimento*, que demonstra que o material é esquecido rapidamente nas primeiras horas depois da aprendizagem, e mais devagar daí por diante. Segundo Penna (1975), cabe a Ebbinghaus “o mérito envolvido no conceito de *aprendizagem latente*”, e suas contribuições são importantes tanto do ponto de vista conceitual, como do ponto de vista metodológico.

Ebbinghaus foi o pioneiro, acreditando na possibilidade de se estudar a aprendizagem e a memória. Seus experimentos permitiram mostrar a importância da contextualização e da significação para a memória.

O fisiologista e filósofo alemão Georg Elias Müller (1850-1934) foi um dos primeiros a trabalhar na área iniciada por Ebbinghaus, ampliando e verificando as primeiras pesquisas. Suspeitava que a mente participava mais ativamente no processo de aprendizagem e que esta não se produziria mecanicamente, vindo a sugerir a participação de um conjunto de fenômenos mentais na aprendizagem, as chamadas atitudes conscientes: prontidão, hesitação, dúvida, etc. Seu laboratório obteve grande êxito nos anos de 1881 a 1921, chegando a rivalizar com o de Wundt, em Leipzig. Deste laboratório, surgiu a *teoria do esquecimento por interferência*, segundo a qual o esquecimento não era apenas um declínio da memória ao longo do tempo, mas era explicado também pela interferência de novos dados sobre a memória.

Muller é o autor dos quatro axiomas da psicofísica nos quais sustentava a existência de um *paralelismo psicofísico*, um paralelismo entre o psicológico e o físico. Em seu primeiro axioma nos diz que: “Todo estado de consciência se baseia num acontecimento material, denominado processo psicofísico” (Boring & Herrnstein, 1971, p. 315). Em outros termos, o paralelismo psicofísico significa uma correspondência entre percepção e excitação nervosa.

O psicólogo inglês Frederic C. Bartlett (1886-1969) é o autor do livro intitulado *Remembering: a study in experimental and social psychology* (1932) e interessou-se pela relação da memória com os motivos e valores do indivíduo,

assim como pela análise das variáveis sociais envolvidas. Os estudos de Bartlett foram contra a idéia de que a memória seria uma simples reprodução mecânica. Ao contrário de Ebbinghaus, fez questão de trabalhar com material significativo, e tinha como hipótese básica “que não retemos senão esquemas muito gerais do que experimentamos no passado”, e o processo de evocação “melhor se conceituará como trabalho de *reconstrução*” (Penna, 1975, p. 98). Bartlett considerou a memória como

constituída por um conjunto de esquemas que em parte se sobrepõem, em virtude de sua semelhança (seus elementos comuns). Por outro lado, o esquema é ativado (ou desativado) pelo efeito de uma estimulação, mas não existe identidade entre o esquema e o efeito atual de uma estimulação (Ehrlich, 1979, p. 71).

Para Bartlett, a memória se constrói e reconstrói indefinidamente, uma reconstrução individual e imaginativa, visto que, ao contarmos uma história, esta é continuamente alterada. Para ele, a memória raras vezes é realmente exata, mesmo nos casos de fatos decorados.

Segundo Damásio, Bartlett introduziu “a idéia de que não evocamos fac-símiles de objetos percebidos, mas reconstruímos, o melhor possível, alguma aproximação da percepção original” (Damásio, 2000, p. 441n).

Na década de 1980, o americano Uric Neisser se inspirou em Bartlett e chamou atenção para se considerar o significado do que é lembrado, como e quando é lembrado. Seus estudos criticaram as condições artificiais de experimentação em laboratório e propuseram investigações em “condições naturais”, enfatizando que precisamos lembrar, na maior parte das vezes, do significado geral de algo e não de detalhes superficiais.

Numa perspectiva não apenas individual, mas também coletiva, os ingleses Derek Edwards e David Middleton também derivaram seus estudos de Bartlett, indicando que este autor estava interessado na função da rememoração e não na memória como uma faculdade mental, contribuindo para se entender a memória como fenômeno social. Os autores ressaltam as dimensões, construtiva e discursiva da memória humana, dando ênfase à rememoração como atividade social, coletiva, motivada e contextualizada (cf. Smolka, 1999).

Bartlett é também considerado precursor do trabalho do neurocientista Gerald Edelmam, que entende a memória como reconstrução e recategorização (cf. Rosenfield, 1994). Veremos o trabalho de Edelmam mais adiante.

Voltando à década de 1920, temos o psicólogo experimental americano Karl Lashley (1890-1958), que foi aluno de J. B. Watson e um ardente defensor do Behaviorismo, e realizou experiências com ratos no sentido de encontrar a unidade teórica da memória, o rastro biológico que armazenaria as informações: o *engrama*. Este termo já havia sido utilizado pelo médico alemão R. Semon, designando uma “impressão” ou traço mnêmico inscrito no sistema nervoso. A conclusão de Lashley foi de que não há localização específica da memória, ela se encontra distribuída no sistema nervoso. Os resultados de suas pesquisas foram ao mesmo tempo surpreendentes e perturbadores, pois iam contra as concepções vigentes sobre a localização de funções no córtex, e indicavam que outros centros corticais eram capazes de assumir as funções desempenhadas pelos centros destruídos. Os resultados de seu trabalho foram contra a suposição de Watson de que o comportamento seria construído pouco a pouco através dos reflexos condicionados, e sugeriram também que o cérebro tem um papel mais ativo na aprendizagem do que aquele proposto por Watson (cf. Penna, 1975).

Atualmente, o conceito de engrama é utilizado para designar “o somatório total das alterações no encéfalo que codificaram inicialmente uma experiência e que então constituem o registro daquela experiência” (Squire & Kandel, 2003, p. 85). Segundo Squire & Kandel a memória não está armazenada num único local, nem tampouco “se encontra homoganeamente dispersa ao longo do sistema nervoso” (idem).

Para Gil, os *engramas* codificam e estocam a informações e “seriam, no seio do conjunto de neurônios, as redes que representam o suporte das informações estocadas” (Gil, 2002, p. 171). Além da codificação e estocagem de informações, como etapa intermediária, a ação da memória conteria em primeiro lugar as etapas de recepção e seleção e na etapa final, a capacidade de acesso às informações.

Outra forma de enumerar as várias etapas dos processos mnemônicos é descrita na seguinte seqüência: aquisição, seleção, retenção, esquecimento, consolidação e evocação (cf. Lent, 2001).

Donald Hebb (1904-1985), aluno de Lashley levou adiante a concepção antilocalizacionista da memória, dizendo que esta seria uma propriedade inerente a todos os circuitos neurais. Os estudos de Hebb, na década de 40, estabeleceram

as bases conceituais da plasticidade sináptica (nessa época as sinapses ainda eram uma hipótese).

Para Hebb,

Os neurologistas, teóricos da informação e bioquímicos, às vezes, consideram a memória como uma espécie de *coisa* que pode ser armazenada numa parte do cérebro (como um cartão que pode ser armazenado num computador). Parece que pensam que a memória pode ser armazenada numa única célula. Evitamos todas essas improbabilidades quando pensamos em termos de comportamento, de vias no SNC, que foram transformadas através de processos de aprendizagem e da permanência ou não dessas transformações (Hebb, 1971, p. 104).

Para Sacks, a teoria proposta por Hebb já havia sido delineada em Freud, quando este propõe um sistema de “barreiras de contato” entre certos neurônios, que eram capazes de facilitação ou inibição seletivas, “com isso permitindo mudanças neuronais permanentes, que correspondiam à aquisição de novas informações e novas lembranças” (Sacks, 2000, p. 206).

As pesquisas dos noruegueses Timothy Bliss e Terje Lfmo (veremos melhor adiante) referendaram a sinapse hebbiana através da descoberta de um fenômeno por eles denominado de potenciação de longa duração (LTP), um mecanismo celular responsável pelo fortalecimento da conexão entre sinapses.

1.2 Neurologia (holistas *versus* localizacionistas)

No campo da neurologia e também da neurociência (que será vista por nós adiante), é comum encontrarmos uma polarização em torno de duas vertentes, a *holista* (ou *globalista*) e a *localizacionista*. Já vimos que esta mesma discussão também se dá no campo da psicologia. Tais vertentes são vistas como duas escolas de pensamento: 1) aquela que considera que as funções neurais estão representadas simultaneamente em todas, ou pelo menos em muitas regiões cerebrais (*holista*); 2) e aquela que considera que as funções neurais estão representadas em regiões cerebrais específicas (*localizacionista*) (cf. Lent, 2001).

Entender essa discussão - iniciada no século XIX e recorrente até os dias de hoje - será importante para nós, visto que a memória é muitas vezes estudada como uma função mental que se encontra em regiões restritas do cérebro e, outras

vezes, é estudada como sendo processada por todo o cérebro. Sabemos, no entanto, que tal distinção estanque só se justifica por se mostrar didática.

O austríaco Franz Josef Gall (1758-1828) foi o primeiro neuroanatomista a propor a localização cerebral das funções mentais. Gall dividiu a mente inicialmente em vinte e sete, e depois, em trinta e uma faculdades “afetivas e intelectuais”, tais como o amor e a ambição, propondo que essas faculdades se localizariam em órgãos específicos do córtex cerebral, e que o nível de atividade de cada função determinaria o tamanho do órgão cortical respectivo. Assim, a personalidade e o caráter poderiam ser avaliados por protuberâncias existentes no crânio. Dividir o cérebro em trinta e um pedaços, cada um com sua função, foi considerado naquela época, uma afronta à Igreja e ao Estado, e em 1805, Gall foi expulso de Viena. Tentou, sem sucesso, entrar para a Academia de Ciências em Paris em 1807, enfrentando como opositor o anatomista francês Georges Cuvier (1769-1832). Gall deixou sua marca nas gerações seguintes. Seu discípulo Johann Spurzheim (1776-1832) foi um dos que popularizaram o trabalho de Gall, a *frenologia* (idem).

Podemos considerar a frenologia como a precursora do espírito neurocientífico experimental que temos hoje. Para provar que Gall estava errado, cientistas iniciaram a técnica de provocar lesões cerebrais em animais de laboratório para observar seus comportamentos. Para os localizacionistas, Gall estava certo, apenas suas aplicações práticas estavam erradas (idem).

Do lado dos holistas, temos, nessa época, o neurofisiologista francês Pierre Jean Marie Flourens (1794-1867) que se opôs à frenologia e defendeu “hipóteses relativas ao funcionamento cerebral como totalidade” (Coimbra, 1997, p. 13). Flourens sucedeu Georges Cuvier na Academia de Ciências francesa e acreditava na *ação comum* e na *ação específica* das diferentes partes do encéfalo, “uma teoria que combina equipotencialidade de resposta com localização específica de função” (Boring & Herrnstein, 1971, p. 270). Seu trabalho é considerado uma antecipação aos resultados obtidos por Karl S. Lashley, um século mais tarde.

Em 1825, o médico e fisiologista francês Jean Bouillaud atribuiu a função da linguagem à parte anterior dos lobos cerebrais e anos mais tarde, seu jovem colega neurologista e também francês, Pierre Paul Broca (1824-1880) concordou com ele. Em 1861, Broca teve a oportunidade de demonstrar a relação existente entre o lado esquerdo do córtex cerebral e a linguagem, ao estudar o cérebro de

Monsieur Laborgne, que havia falecido. O paciente, morto aos cinquenta e um anos, havia perdido, de um modo geral, a capacidade de pronunciar as palavras, após um acidente vascular encefálico aos trinta anos de idade, respondendo a qualquer pergunta com o monossílabo *tan* pronunciado duas vezes, acompanhado de um gesto com a mão esquerda. Por isso, era conhecido no hospício de Bicêtre, onde vivia, pelo nome de Tan. Ao realizar a autópsia de seu cérebro, Broca “concluiu que uma lesão da terceira circunvolução do lobo frontal esquerdo tem como conseqüência a perda total ou uma redução acentuada da linguagem articulada, permanecendo as outras funções da linguagem, assim como a inteligência, intactas” (Garcia-Roza, 1991, p. 20). Broca denominou o distúrbio que descobriu de afemia. Entretanto, Sigmund Freud¹ preferiu criar o termo afasia para tais distúrbios e foi este o que ficou consagrado na literatura médica.

Treze anos depois, em 1874 “o neurologista alemão Carl Wernicke (1848-1904) descobriu outra região, do lado esquerdo do cérebro, que aparentemente controlava diferentes aspectos da linguagem, inclusive a capacidade de compreender a fala” (Rosenfield, 1994, p. 16). Após estas descobertas, duas regiões ficaram conhecidas, uma como área de Broca (um *centro motor* relacionado à produção dos movimentos coordenados da fala) e outra como área de Wernicke (um *centro sensorial* relacionado à armazenagem das representações auditivas da palavra). Em 1885 o médico alemão Ludwig Lichtheim correlacionou as duas áreas afirmando que ambas estão ligadas por um feixe de fibras, ou seja, um conjunto de centros funcionais interligados corresponde à área responsável pela linguagem no cérebro.

A partir das teses de Broca e Wernicke foi possível ligar diversos distúrbios de linguagem, observados na clínica, a lesões cerebrais localizadas. Entretanto, o próprio Wernicke se mostrou prudente, afirmando que as funções complexas não estão localizadas numa única área, mas em várias áreas corticais, e que somente as funções mais elementares podem ser localizadas. Quanto às funções complexas, haveria a necessidade de se propor sistemas de associações responsáveis pela articulação de diversas áreas corticais. Para Wernicke, as excitações sensoriais elementares deixam no córtex cerebral traços duráveis conservados em células isoladas: as *imagens mnêmicas*, que podem estar

¹ Veremos mais detalhadamente a contribuição de Freud no campo dos distúrbios afásicos no capítulo 3.

armazenadas no centro motor (imagens mnêmicas dos movimentos da linguagem) ou no centro sensorial (imagens sonoras). Uma lesão nestes centros irá determinar uma *afasia sensorial*, que será a perda de compreensão da linguagem (com manutenção da capacidade de se servir da linguagem articulada), ou a *afasia motora*, que será a perda da capacidade de pronunciar as palavras (com manutenção da compreensão do que é dito). Além destas afasias, Wernicke propôs também uma *afasia de condução*, como conseqüência de uma lesão nas vias de associação entre os centros, particularmente na região da ínsula.

Atualmente a afasia de Broca - que se dá em função de lesões do terceiro giro frontal e regiões corticais vizinhas - foi também denominada, por Déjerine, como afasia de expressão; por Luria, como afasia motora eferente e por Hecaen, como afasia de realização fonemática e se caracteriza principalmente por uma “redução da linguagem com dificuldade de articulação das palavras (...) e por distúrbios da escrita” (Gil, 2002, p. 45-6).

Os estudos de Broca fortaleceram o conceito de localização de funções no sistema nervoso e, do mesmo modo, a idéia de dominância hemisférica, hoje substituída pela especialização funcional dos hemisférios cerebrais².

A área de Wernicke originalmente conteria as memórias dos sons que compõem as palavras, possibilitando a compreensão. Entretanto, estudos posteriores verificaram que lesões na área de Wernicke *stricto sensu* causavam não uma afasia de compreensão, mas uma surdez lingüística. “A área de Wernicke, então, faria a identificação das palavras como tal, e não a compreensão do seu significado” (Lent, 2001, p. 637). A afasia de compreensão propriamente dita se daria em função de lesões mais posteriores.

No final do século XIX, inúmeras pesquisas foram realizadas com o intuito de descobrir a localização de centros motores e sensoriais no cérebro. Foi o que fizeram os médicos alemães Gustav Fritsch (1838-1927) e Eduard Hitzig (1838-1907), ambos professores da Universidade de Berlim. Seus experimentos determinaram uma série de centros motores na região pré-central do córtex cerebral (cf. Boring & Herrnstein, 1971).

² O conceito de dominância hemisférica foi ultrapassado pela idéia atual de dois hemisférios especializados, segundo a qual um dos hemisférios se encarrega de um grupo de funções e o outro de outro grupo de funções e ambos, efetivamente trabalham em conjunto (cf. Lent, 2001).

O VII Congresso Internacional de Medicina, realizado em Londres em 1881, colocou em confronto os localizacionistas e os holistas. Frederick Leopold Goltz (1834-1902), professor de fisiologia da Universidade de Estrasburgo, quis demonstrar a não localização das funções cerebrais, e David Ferrier (1843-1928), oriundo da Escócia, argumentou exatamente o contrário. Goltz, que se ligava às interpretações de Flourens, apresentou o cérebro lesado de um cão e explicou que o mesmo, antes de morrer, havia passado por quatro grandes operações no cérebro, ficando “imbecil” sem, no entanto, perder as capacidades de correr, saltar, farejar, ver e ouvir. Ferrier apresentou os cérebros de dois macacos, dos quais algumas partes específicas tinham sido retiradas. Um deles havia ficado com o braço e a perna esquerdos paralisado e o outro, surdo. A conclusão de Ferrier foi associar diferentes áreas anatômicas do cérebro a diferentes funções. Uma junta de especialistas, após examinarem os cérebros trazidos pelos dois adversários, deu ganho de causa a Ferrier, e os localizacionistas saíram fortalecidos do Congresso (cf. Rosenfield, 1994).

Ferrier sofreu um julgamento em 1881 em virtude de denúncias da Sociedade pela Prevenção contra a Crueldade com Animais, mas foi absolvido. Seus estudos possibilitaram a realização de cirurgias para a retirada de abscessos e tumores cerebrais a partir dos sintomas dos pacientes. Até então, apenas os tumores visíveis no crânio eram removidos.

É importante destacarmos aqui os estudos do neurologista inglês John Hughlings Jackson (1835-1911), em função da grande influência que teve seu modelo evolucionista aplicado ao sistema nervoso nas elaborações freudianas principalmente no trabalho sobre as afasias e nas várias construções do aparelho psíquico. Foi justamente para defender uma posição contra o localizacionismo que Freud recorreu ao trabalho de Jackson.

Jackson propôs no início da década de 1870, uma visão hierárquica do sistema nervoso, cuja evolução se daria a partir de níveis reflexos primitivos, passando por níveis cada vez mais altos, até chegar aos da consciência. Baseou-se no modelo evolucionista de Herbert Spencer (1820-1903), aplicando-o ao sistema nervoso.

Spencer propunha ao contrário de Darwin, que a evolução dos seres vivos se daria num percurso que vai do homogêneo ao heterogêneo, num processo de

diferenciação crescente. A proposição de Darwin privilegiava o processo de seleção natural.

Jackson utilizou-se do termo dissolução, utilizado por Spencer, que indicava o inverso do processo de evolução, para aplicá-lo nas doenças do sistema nervoso considerando-as como inversões da evolução, ou seja, como dissolução. “Na doença, (...) essa seqüência se invertia, de modo que ocorria uma involução, dissociação ou regressão e, com isso a “liberação” de funções primitivas que normalmente eram contidas pelas funções superiores” (Sacks, 2000, p. 200).

Durante vinte anos, entre 1864 e 1884, Jackson publicou inúmeros trabalhos relativos a seus casos clínicos de doença nervosa, sendo os mais importantes os apresentados em três conferências ocorridas em 1869, 1884 e 1890.

Em seu trabalho clínico, que era privilegiado em detrimento da neurologia, observou que alguns pacientes “mudos” eram capazes de xingamentos em situações de intensa emoção, “lembrando-se” de palavras ou expressões “esquecidas”. Concluiu então, que, em tais casos de lesão cerebral, não são as lembranças que se perdem, mas sim a capacidade de estabelecer correlações.

O fenômeno do esquecimento se daria numa ordem inversa àquela da linha evolutiva. “O déficit atingiria primeiro as lembranças de ordem intelectual, depois as lembranças afetivas e finalmente os automatismos e os hábitos” (cf. Coimbra, 1997). A explicação para tal fenômeno se daria pelo fato “de que de uma extremidade à outra dessa linha encontrar-se-ia uma especificidade cada vez maior de aplicação” (idem, p. 15).

Sua marca distintiva no estudo da memória é a ênfase dada a uma teoria da memória baseada principalmente na problemática do sentido. O que significa acentuar a importância do contexto para o funcionamento da memória (idem).

O francês Theodule Ribot (1839-1916), professor de psicologia experimental do Collège de France, utilizou as teorias evolucionistas da memória elaboradas por Jackson. Sua monografia intitulada *Psychologie de la Mémoire*, publicada em 1881 trata em grande parte de amnésias. Seus estudos referem-se não só ao esquecimento causado por lesões físicas, mas também aqueles causados por traumas psíquicos. Propôs a lei de Ribot, a respeito da ordem seguida pelos déficits de memória. De maneira geral, a lei Ribot diz que as memórias adquiridas mais cedo são mais estáveis do que as memórias adquiridas recentemente, tendo

em vista que “lesões cerebrais prejudicam memórias recentemente adquiridas mais intensamente do que memórias remotas” (Squire & Kandel, 2003). Como exemplo específico, temos a ordem que diz que primeiro são esquecidos os substantivos próprios, depois os comuns, seguidos dos adjetivos e finalmente os verbos.

Para ele, as características da memória são a *conservação*, a *reprodução* e a *localização no passado*. A última característica seria responsável por uma memória psicológica, mais elaborada, acidental e ligada à consciência. Segundo Coimbra, “ele credita à capacidade de localização do passado o ponto de distinção entre uma memória orgânica e uma psíquica” (idem, p. 17). Ribot privilegia em seus estudos as amnésias periódicas e a cisão histórica, patologias muito mais próximas dos problemas de rememoração do que de desordens de origem orgânica (idem).

1.3 Neurociência e Psicologia Cognitiva

O campo da neurociência, desde que surgiu nos anos 70, vem ocupando cada vez mais um lugar de destaque no quadro contemporâneo, principalmente em virtude do volume de descobertas relativas ao funcionamento do cérebro humano. Hoje, pode-se contar com tecnologias como a tomografia por emissão de pósitrons (TEP) e a imagem de ressonância magnética (IMR), assim como se dispõe – nos países de primeiro mundo – de verbas significativas para o ensino e a pesquisa neurocientífica.

A neurociência é o resultado da confluência de diversos campos interessados no sistema nervoso. Seu estudo abrange “desde a micro-estrutura do cérebro e o funcionamento sub-neuronal, às redes de relações entre neurônios, chegando até às relações que se dão no organismo como um todo” (Campos, 2001, p. 9). As descobertas da neurociência apontam para uma visão dinâmica e construtivista do cérebro.

Classicamente, o sistema nervoso é dividido em dois grandes sistemas: Sistema nervoso central (SNC), que reúne as estruturas neurais localizadas no crânio e na coluna vertebral e Sistema nervoso periférico (SNP), que reúne as estruturas neurais distribuídas pelo organismo. Ambos os sistemas são

constituídos principalmente de neurônios e gliócitos - unidades estruturais e funcionais do sistema nervoso - que operam coordenadamente. Segundo Lent,

O neurônio é a unidade sinalizadora do sistema nervoso. É uma célula cuja morfologia está adaptada para funções de transmissão e processamento de sinais: tem muitos prolongamentos próximos ao corpo celular (os dendritos), que funcionam como antenas para os sinais de outros neurônios, e um prolongamento longo que leva as mensagens do neurônio para sítios distantes (o axônio) (Lent, 2001, p. 2).

O tecido nervoso possui uma imensa variedade morfológica e funcional. Mas independentemente da forma e função, os neurônios possuem a capacidade de gerar sinais elétricos que funcionam como unidades de informação. Esta capacidade de processar informações e a variedade de tipos morfológicos é o que diferencia os neurônios das demais células do organismo animal. Os neurônios operam em grandes conjuntos, que associados recebem a denominação de circuitos ou redes neurais. A transmissão de mensagens entre um neurônio e outro se dá através da sinapse: unidade processadora de sinais do sistema nervoso. A mensagem não é apenas transferida de uma célula a outra, ela se transforma na passagem. “A transmissão sináptica envolve a conversão do impulso nervoso, de natureza elétrica, em uma mensagem química carregada por substâncias neurotransmissoras, e depois novamente em impulsos elétricos já na célula pós-sináptica” (idem, p. 107). Cada neurônio recebe sinapses de milhares de outros neurônios.

Somente 2% a 10% do total de células cerebrais são neurônios. Os outros 90% a 98% são gliócitos ou células gliais, tradicionalmente considerados como um conjunto de células com funções secundárias, como suporte, preenchimento de espaço, eliminação de detritos, isolamento elétrico, fornecimento de nutrientes para os neurônios, defesa imunitária, etc. Estudos recentes demonstram que o papel das glias é essencial na formação e sobrevivência das sinapses: “sem a glia por perto, os neurônios em desenvolvimento não sabem montar sinapses (...) Além de “ajudar” os neurônios a se comunicar, a glia também os mantém vivos: sem ela os neurônios morrem” (Herculano-Houzel, 2002, p. 27).

O sistema nervoso é dotado de plasticidade, que é a capacidade que tem o neurônio de transformar de modo prolongado ou mesmo permanentemente sua função e forma. Plasticidade será, então, a capacidade de adaptação do sistema nervoso, que consegue dar respostas não só a lesões traumáticas, mas também às

mudanças sutis ocorridas no processo de aprendizagem e memória. É uma atividade constante da função neural, que ocorre de forma mais intensa durante o desenvolvimento, mas que perdura na vida adulta.

Nos casos em que se verificam mudanças morfológicas dos neurônios devido a alterações ambientais, a plasticidade é denominada morfológica. “São novos circuitos neurais que se formam pela alteração do trajeto de fibras nervosas, uma nova configuração da árvore dendrítica do neurônio, ou uma alteração do número de células nervosas de uma determinada região cerebral” (Lent, 2001, p. 135). Nos casos em que são identificadas apenas alterações funcionais, sem alterações morfológicas evidentes, a plasticidade é denominada funcional, sendo esta geralmente ligada à atividade sináptica de um determinado grupo de neurônios.

Num outro plano de análise, temos várias formas de plasticidade: 1) regeneração: crescimento de axônios lesados; 2) plasticidade axônica: reorganização da distribuição dos terminais axônicos de neurônios saudáveis; 3) plasticidade sináptica: aumento ou diminuição prolongados ou permanentes da eficácia da transmissão sináptica; 4) plasticidade dendrítica: reorganização morfológica de neurônios saudáveis; 5) plasticidade somática: capacidade de regular a proliferação ou morte de células nervosas.

Considera-se que a plasticidade sináptica pode ser a base celular e molecular de certos tipos de memória.

Desde os anos 60, pesquisadores vêm confirmando o nascimento de novos neurônios no cérebro adulto. Mas apenas recentemente, cerca de dois anos atrás, a comunidade científica assumiu tal descoberta: nascem novos neurônios no cérebro humano adulto, o tempo todo. A partir de então, o dogma da não proliferação de neurônios adultos ruiu. Na verdade,

os neurônios recém-nascidos parecem ter endereço certo no cérebro adulto: o hipocampo, estrutura essencial para a formação de novas memórias, e o bulbo olfatório, que recebe sinais do nariz. Todo o resto do cérebro, incluindo o córtex cerebral, continua limitado à sua cota inicial de neurônios (Herculano-Houzel, 2002, p. 119).

O neurocientista americano Fred Gage e sua equipe, examinaram cérebros de cinco pacientes já falecidos que foram expostos a substância bromodeoxiuridina (BrdU) para tratamento de câncer, entre dezesseis dias e dois anos antes de falecerem. O BrdU é capaz de colorir as células recém-nascidas e

esta foi a oportunidade encontrada por Gage de demonstrar o nascimento de células novas no hipocampo. O resultado da sua pesquisa foi publicada na revista *Nature Medicine*, em 1998 (idem, p. 120). Segundo Lent, “a função dessa atividade proliferativa residual no SNC permanece desconhecida, mas a comprovação de sua existência abre a possibilidade de utilizar as células-tronco como fonte de neurônios para repor, por transplante, populações lesadas de diversas regiões neurais” (Lent, 2001, p. 162).

O estudo da memória tem sido alvo de muita controvérsia, inclusive entre os neurocientistas e apesar de todos os avanços obtidos nos últimos dez anos. Várias questões importantes têm sido colocadas. Seria a memória um espaço de armazenamento, o ato de recuperação, ou ambos? Seria um processo? Seria um conceito unitário ou múltiplo? Haveria uma região do sistema nervoso responsável por sua operação, ou seriam diversos locais, em diferentes partes do sistema nervoso central? É importante ressaltar que apesar das muitas perguntas e algumas novas respostas, a maioria dos pesquisadores admite o pouco conhecimento acumulado até hoje a respeito deste tema.

Para Izquierdo (2002), o termo memória no singular deve ser utilizado para designar a capacidade geral do cérebro para adquirir, guardar e lembrar informações e o termo memórias no plural, utilizado para designar os vários tipos de memória.

Segundo Ratey (2002), o cérebro não se assemelha a um computador, se assemelha mais a um ecossistema ativo que não possui um centro único para a memória, assim como também não possui centros para a visão, a linguagem, a emoção, a consciência, etc. A memória está distribuída por todo o cérebro; entretanto, ressalta o autor, certas funções mnêmicas dependem de determinadas áreas.

Estudos recentes da neurociência têm levado a considerar a memória como um sistema múltiplo (cf. Lent, 2001). As bases biológicas da memória hoje conhecidas “são os mecanismos da plasticidade sináptica e outros fenômenos de modificação dinâmica da função e da forma do sistema nervoso, em resposta às alterações do ambiente” (idem, p. 588).

Atualmente, as *localizações* cerebrais são chamadas de *especializações funcionais* e seus partidários chamam sua doutrina de *modularidade cerebral*, visto que as funções cerebrais são divididas em áreas ou módulos. Para os

localizacionistas, o “sistema nervoso funciona como um mosaico de regiões, cada uma encarregada de realizar uma determinada função” (idem, p. 22), sendo que essas regiões não operam isoladamente, possuindo um grau de interação altíssimo. De forma não conclusiva, porque a cada dia novas descobertas são feitas, acreditam que

O lobo occipital concentra as funções relacionadas à visão, o lobo temporal representa a audição, aspectos elaborados da visão, a compreensão lingüística e alguns aspectos da memória, o lobo parietal agrupa as funções de sensibilidade corporal e reconhecimento espacial, e o lobo frontal as funções motoras, de expressão lingüística, memória e funções de planejamento mental do comportamento (idem, p. 23).

As classificações da memória feitas por diversos autores contemporâneos apresentam variações. Estas classificações se entrecruzam e são utilizadas tanto pela neurociência quanto pela psicologia cognitiva. Expomos aqui a classificação apresentada por Roberto Lent, um pioneiro no ensino da neurociência no Brasil. Lent (2001) propõe uma classificação quanto ao tempo de retenção: 1) memória ultra-rápida (retenção de alguns segundos; memória sensorial); 2) memória de curta duração (retenção de minutos ou horas; proporciona o sentido do presente); 3) memória de longa duração (retenção de dias, semanas ou anos); e quanto à sua natureza: 1) memória explícita ou declarativa (que reúne tudo que podemos evocar por meio de palavras e pode ser mais uma vez classificada como: episódica (eventos com referência temporal, datados) ou semântica (conceitos atemporais; memória cultural); 2) implícita ou não-declarativa (não pode ser descrita com palavras e possui quatro subtipos: a) memória de representação perceptual (memória pré-consciente); b) memória de procedimentos (hábitos, habilidades e regras); c) memória associativa (condicionamento clássico e condicionamento operante); d) memória não-associativa (habituação ou sensibilização); 3) memória operacional (memórias úteis para o raciocínio imediato, resolução de problemas e elaboração de comportamentos, que podem ser esquecidas logo a seguir).

Outra classificação largamente aceita denomina a memória operacional de memória de trabalho. Izquierdo ressalta que a memória de trabalho não se confunde, como muitos erroneamente pensam, com as memórias ultra-rápida e de curta duração. A memória de trabalho dura até três minutos e seu principal papel é o de “analisar as informações que chegam constantemente ao cérebro e compará-las com as existentes nas demais memórias, declarativas e procedurais, de curta ou

longa duração” (Izquierdo, 2002, p. 51). Segundo o autor, a memória de trabalho ocupa outras estruturas neurais e possui uma farmacologia molecular diferente daquela da memória de curta ou longa duração. As memórias de longa duração (meses ou anos) também são denominadas memórias remotas. Já a memória de procedimentos, é também denominada de memória procedural, sendo aquela das capacidades ou habilidades motoras ou sensoriais que comumente chamamos de hábitos, como, por exemplo, andar de bicicleta, nadar, soletrar, etc.

É importante dizer, também, que as memórias implícitas são consideradas memórias inconscientes, no sentido de que são adquiridas de forma automática, sem a percepção clara de seu aprendizado. As memórias explícitas, ao contrário, são aquelas em que a aprendizagem se dá com plena consciência. A memória sensorial é considerada pré-consciente, no sentido de que há retenção de dados, embora os indivíduos não tenham consciência disso.

A memória ultra-rápida sensorial é também chamada de arquivo icônico, tratando-se de eventos visuais, e arquivo ecóico, no caso de sons repetidos. Muitos autores ainda consideram um outro tipo de memória: a memória adquirida por meio de “dicas”, que em inglês denomina-se *priming*. Trata-se de uma memória que é evocada por meio de fragmentos de imagens, a primeira palavra de um texto ou poesia, certos gestos, odores, sons, etc. (cf. Izquierdo, 2002).

Para Ratey (2002), às classificações que já vimos, devemos acrescentar os tipos básicos de memória: sensorial, motora, visuo-espacial e lingüística.

Hoje, há um teste de memória imediata (memória de trabalho) muito utilizado, relativo a números³, que é realizado mostrando-se ou falando-se vários números. Após alguns segundos, os sujeitos que não apresentam nenhuma doença lembram-se de sete ou oito números. As memórias de curta e longa duração são processos paralelos, o que significa dizer que a memória de curta duração não é simplesmente uma fase inicial da memória como um todo. Uma memória de longa duração não é adquirida imediatamente em sua forma final, várias fases se sucedem até a consolidação que leva de três a oito horas de duração.

Em 1973, os mecanismos da consolidação da memória de longa duração começaram a ser explicados em consequência da descoberta pelos noruegueses Timothy Bliss e Terje Lfmo de um processo eletrofisiológico denominado facilitação de longa duração ou, mais comumente, *potenciação de longa duração*

(LTP, do inglês *long-term potentiation*)⁴: um tipo de plasticidade sináptica que ocorre no hipocampo (como Hebb havia previsto nos anos 40). Entretanto, ressalta Izquierdo, a potenciação de longa duração não é a mesma coisa que consolidação de memória, e esta não pode ser explicada por ela. Segundo Ratey (2002), quando um estímulo se dá, a potenciação de longa duração abre um novo caminho através de uma série de neurônios, tornando mais fácil a passagem de futuras mensagens por este caminho. Vemos aqui uma semelhança com o conceito freudiano de *Bahnung* (facilitação ou trilhamento) que iremos explorar no próximo capítulo.

Para Sacks (2000), os traços neuronais locais propostos por Freud na exigência do ato de recordar são do tipo que hoje denominamos *potenciação de longa duração*.

A concepção modularista também é utilizada pela psicologia cognitiva, sendo o canadense Endel Tulving um representante importante desta área. Tulving também trabalha com a caracterização da memória em sistemas, dos quais três se destacam: memória procedural (de hábitos); memória semântica (memória de conhecimentos gerais); memória episódica (memórias autobiográficas) (cf. Smolka, 1999).

Outro autor que trabalha com o conceito de módulos cerebrais é o psicólogo americano Howard Gardner. Sua teoria, denominada inteligências múltiplas, foi desenvolvida em 1993, no livro *Inteligências Múltiplas: teoria na prática*. Do mesmo modo que a inteligência, a memória, para Gardner, deixa de ser um conceito unitário e se apresenta como memórias: lingüística, musical, para rostos, formas, movimentos corporais, etc., além das diferentes memórias já conhecidas pela psicologia e medicina (cf. Gardner, 2000). Para Gardner, modularidade significa: “a visão de que, em centenas de milhares de anos, uma quantidade de órgãos independentes ou dispositivos de informação evoluíram no cérebro/mente humano” (idem, p. 45).

O neurocientista norte americano Gerald M. Edelman (1929-) - que pertence ao grupo dos chamados holistas - tem merecido destaque por seus estudos originais nos campos da consciência e da memória.

³ Este teste é conhecido por seu nome em inglês, *digit span*.

⁴ Aumento continuado da resposta de neurônios à breve estimulação repetitiva de um axônio ou conjunto de axônios que fazem sinapses com eles. cf. Izquierdo, I. *Memória*.

Edelman dedicou-se durante muitos anos ao estudo do sistema imunológico. Elaborou, em 1969, junto com seus colaboradores, a estrutura química completa da molécula do anticorpo. Este trabalho lhe valeu o Prêmio Nobel de Medicina (Fisiologia) de 1972, juntamente com Rodney Porter (falecido), da Inglaterra. Os estudos no campo da imunologia aliados à teoria da evolução levaram Edelman a uma outra área de interesse: o cérebro, visto como um sistema seletivo.

Edelman apresentou sua teoria da mente em quatro livros: *Neural darwinism*; *Topobiology*; *The Remembered Present*; *Biologia da Consciência: As Raízes do Pensamento*. Desde 1978, procura explicar o cérebro humano através do seu funcionamento neurofisiológico em consonância com um sistema darwinista que implica a variação e a seleção. Seu trabalho, essencialmente neurobiológico, pretende articular a biologia à psicologia.

O autor propõe a Teoria da Seleção de Grupos Neurais (TSGN) ou Darwinismo Neural segundo a qual “as informações que entram no cérebro selecionam grupos de neurônios – por exemplo, os que correspondem às memórias úteis -, reforçando as conexões entre eles” (Horgan, 1999, p. 207) e considera “toda percepção uma criação e toda lembrança [é] uma recriação ou recategorização” (Sacks, 2000, p. 208). A grande novidade que singulariza o trabalho de Edelman parece ser deixar de atribuir importância ao neurônio como unidade para encarecer grupos de neurônios que, por sua vez, formam conjuntos de neurônios, os “mapas” que competem uns com os outros.

Neste modelo, o cérebro classifica, categoriza e adapta-se ao mundo através de um processo de seleção entre grupos de neurônios, que ao competirem fortalecem determinados grupos e enfraquecem outros. A seleção evolutiva inicia-se antes do nascimento no qual grupos singulares de conexões neurônicas criam as primeiras marcas individuais, esta seleção pré-natal será denominada “repertórios primários”. Após o nascimento tem início o “repertório secundário” cuja seleção está baseada na experiência, capaz de alterar o repertório primário.

Segundo Edelman, as funções cerebrais superiores são constituídas por uma tríade básica composta de percepção, memória e aprendizagem, sendo que a memória é o presente lembrado, já que não há recordação sem um contexto, que, necessariamente, apresenta-se em constante mudança. Portanto, a memória sem o presente não existe. A cada recordação novas categorizações ou

generalizações são refeitas naquele instante, ou seja, as categorizações anteriores não estão armazenadas e prontas a serem evocadas. Seu trabalho é essencialmente contra a idéia de uma memória como um registro fixo e permanente. Para ele, “nossa capacidade de recordar não se refere a uma rememoração específica de imagens armazenadas em algum lugar do cérebro. Ela é, antes, uma capacidade de organizar o mundo que nos cerca em categorias, algumas gerais e algumas específicas” (Rosenfield, 1994, p. 173-4).

A forma como se dá a categorização e a síntese de várias peças díspares de dados de uma experiência é explicada pelo conceito de *sinalização reentrante*, que é a comunicação entre mapas. Este processo

combina as atividades de numerosos mapeamentos de regiões do cérebro dedicados à percepção sensorial. As diferentes peças do conceito são transportadas de um lado para o outro entre as regiões que as alojam até entrarem em ressonância recíproca – mantida na oscilação de 40Hz – e fixarem-se na idéia de cadeira ou avó (Ratey, 2002, p. 162).

Para Edelman, a alteração sináptica (uma das bases fisiológicas da memória) é freqüentemente vista como a memória propriamente dita. Segundo ele, a memória (em qualquer uma de suas formas) é a capacidade de se repetir um desempenho. Melhor dizendo, “a memória é o aumento específico de uma capacidade de categorização previamente estabelecida” (Edelman, 1995, p. 151).

A impossibilidade de tratarmos a memória de forma única e homogênea é apontada por diversos autores (cf. Coimbra, 1997 e Gardner, 2000). De um lado teríamos recordações específicas, memórias fixas e de outro, teríamos apenas os meios de reorganizar as impressões passadas através de um sistema em evolução dinâmica. Entretanto, não devemos nos enganar com uma possível simplificação de tais posições, visto que mesmo aqueles que consideram a memória como reprodução de informações armazenadas não as consideram totalmente estáticas, levando em conta as influências do afeto, valores e do contexto ambiental e, do mesmo modo, aqueles que a consideram dinamicamente, como novas criações, não podem fugir a uma primeira categorização, muito embora cada nova categorização será refeita de forma diferente daquela inicial, exatamente pela mudança de contexto.

Nos próximos capítulos pretendemos distinguir o que seria a memória, em seus vários níveis e aspectos, do ponto de vista da psicanálise freudiana. Este percurso se inicia com as primeiras pesquisas de Freud no campo da neurologia,

relativas à problemática das localizações cerebrais, as afasias, a hipnose e a histeria e tem seqüência ao longo de toda sua teorização propriamente psicanalítica.

Capítulo 2

Reminiscências

Eleger a memória na psicanálise freudiana como tema de nossa pesquisa nos dá a oportunidade de percorrer textos fundamentais da obra de Freud em busca de suas possíveis concepções.

No trabalho de circunscrição conceitual, encontramos o tema da memória ligado a outros importantes temas da psicanálise, assim como a diferentes etapas do empreendimento freudiano de construção teórica. Por estes motivos, seu estudo se mostra não só rico como árduo.

É num momento, que talvez possa ser considerado pré-história da psicanálise, que Freud apresenta a noção de reminiscência como fundamental na gênese e no tratamento da histeria. É esta noção que abordaremos agora.

Iniciaremos nossa investigação com *Estudos sobre a histeria*, um livro escrito em 1893-95 a quatro mãos por Josef Breuer e Sigmund Freud, no qual já estão presentes algumas idéias fundamentais da psicanálise, apesar de o termo *psicanálise* ter sido empregado pela primeira vez somente três anos depois⁵.

Em sua vida acadêmica, Freud havia passado por diversas especialidades médicas e será somente após seu retorno de um estágio realizado em Paris no inverno de 1885, no qual estudou com o neurologista Jean Martin Charcot, que ele irá reorientar seus interesses iniciais na neurologia para o campo da psicologia, mais especificamente para a histeria e a hipnose. A histeria - tomada não mais como simulação e fingimento, mas como doença psíquica – será utilizada como paradigma para se pensar o psiquismo humano.

Após um longo percurso, Charcot passou a considerar a histeria como uma doença funcional que apresentava um conjunto de sintomas bem definidos, retirando-a, portanto, do âmbito da simulação. A histeria seria uma doença não exclusivamente feminina, como sugeria seu nome⁶, mas masculina também. Através de Charcot, os histéricos entraram para o campo da neurologia.

Paradoxalmente, com a sugestão hipnótica, o médico era capaz de obter sintomas histéricos definidos e regulares, o que evidenciava não ser o seu lugar o

⁵ No artigo de 1896 “*Hereditariedade e a Etiologia das Neuroses*”.

campo neurológico. Surge então, a teoria de que um trauma, que não é físico, mas sim psíquico, é o responsável pela histeria. Nas histórias narradas desses traumas, aparecem importantes componentes sexuais, surgindo aí o elo jamais desfeito entre a histeria e a sexualidade.

No final da década de 1870, o médico vienense Josef Breuer (1842-1925) também mudou o foco de seus interesses, passando a interessar-se mais pela psicologia e pela hipnose, e menos pela fisiologia. Freud conheceu Breuer em 1877, quando freqüentou seus cursos sobre doenças renais. No Instituto de Fisiologia, Breuer exerceu um importante papel na vida de Freud entre os anos de 1882 e 1895. Fora médico de Bertha Pappenheim, conhecida sob o pseudônimo de Anna O., a paciente que se tornou o caso *princeps* da psicanálise. A ela devemos a invenção da expressão *talking cure* (tratamento pela palavra) e *chimney sweeping* (limpeza de chaminé). Os pacientes do médico, já experiente, Breuer, e do jovem médico iniciante Freud, eram principalmente mulheres histéricas da burguesia vienense. O estudo e a clínica que ambos possuíam acerca da histeria propiciaram a elaboração em conjunto de uma teoria que fizesse frente aos problemas que enfrentavam.

Breuer e Charcot foram duas influências importantes nesta etapa da elaboração teórica freudiana. Entretanto, ambos discordaram quanto à importância que concederam justamente àquilo que se apresentou a Freud como sendo a causa determinante da histeria: a sexualidade.

Os *Estudos sobre a histeria* estão divididos em quatro partes: I) Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: Comunicação Preliminar (escrito por Breuer e Freud); II) Casos Clínicos (um caso de Breuer [Anna O] e quatro de Freud); III) Considerações Teóricas (escrito por Breuer); IV) A Psicoterapia da Histeria (escrito por Freud).

Antes da publicação deste livro, Freud elaborou esboços e rascunhos de uma parte do mesmo, que conhecemos como *Esboços para a “Comunicação Preliminar”*, de 1893. Os esboços tratam fundamentalmente dos mesmos pontos do futuro texto, exceto quanto à enunciação do *princípio de constância*⁷, que neles aparece claramente, e está omitido da *Comunicação Preliminar*.

⁶ A palavra histeria é derivada da palavra grega *hystéra*, que significa útero.

⁷ Nas palavras de Freud, o princípio de constância estabelece que “o sistema nervoso procura manter constante nas suas relações funcionais algo que podemos descrever como a *soma de*

Os *Estudos* inauguram uma nova definição de histeria e, para vários autores, inauguram também a própria psicanálise⁸. Nele, Freud e Breuer substituem a sugestão como forma de debelar o sintoma por um tratamento pela fala sob ligeira hipnose, assim como propõem uma abordagem teórica para justificar a eficácia deste novo método de tratamento.

A parte mais importante dos *Estudos*, para o nosso tema, é a primeira, na qual se encontra a famosa frase: “*Os histéricos sofrem principalmente de reminiscências*” (Freud, 1892, p. 48).

A primeira questão a ser feita é a respeito da escolha feita da palavra reminiscência. O que quer dizer reminiscência? Qual será a diferença entre as palavras utilizadas por Freud: lembrança, rememoração e reminiscência?

Em seu tratado *Da Memória e Reminiscência*, Aristóteles fazia uma distinção entre memória e reminiscência. A memória era entendida como simples conservação do passado e o seu retorno se daria espontaneamente; a reminiscência seria a faculdade de lembrar voluntariamente esse passado, através de um esforço intelectual, e de localizar as lembranças no tempo. Portanto, seriam duas formas de memórias diferentes: na memória o lembrar seria involuntário e na reminiscência o lembrar seria voluntário (cf. Lalande, s/d).

Numa outra acepção, a reminiscência seria uma imagem ou texto, anteriormente percebido, que retorna, mas não é reconhecida como tal. Um exemplo é o do artista que julga criar e que, na verdade, apenas se lembra. Temos também o sentido, bastante utilizado, no qual a reminiscência é uma recordação vaga ou incompleta (idem). Ambos os sentidos acima parecem combinar-se e apontar para a impossibilidade de uma recordação “pura” ou mesmo “verdadeira”.

Na afirmação de nossos autores, de que os histéricos sofrem principalmente de reminiscências, podemos entender que o ataque histérico recorrente será explicado como o *retorno de uma lembrança* (reminiscência): retorno de um estado psíquico traumático que o paciente já experimentou anteriormente, e que foi responsável pela irrupção da histeria.

excitação” (p. 216). Levando em conta este princípio, Freud afirmou que o trauma psíquico encontrado na histeria será toda a impressão que o sistema nervoso não consegue abolir por meio do pensar associativo ou da reação motora.

⁸ A maioria dos pesquisadores costuma usar a data de 1900 como marco do nascimento da psicanálise pelo fato de Freud ter publicado o livro *A Interpretação dos Sonhos* com a data de 1900 (ele foi efetivamente publicado em 04 de novembro de 1899).

Em busca de um ponto de origem que explicasse as mais variadas formas e sintomas de histeria, os autores logo perceberam que os pacientes não eram capazes de recordar o acontecimento que desencadeou a doença. Além disso, eram também incapazes de estabelecer uma conexão entre o acontecimento desencadeante e a doença em si.

Tornou-se claro - não só nos casos de histeria traumática, mas também nos outros casos de histeria - que os fatores externos estão igualmente presentes. Isto significa uma mudança importante de concepção para o entendimento da histeria na época.

Em muitos casos, há uma conexão causal extremamente nítida. Um exemplo clássico é o da jovem que sente determinada emoção e a recalca durante uma refeição, e isto provoca náuseas e vômitos histéricos por vários meses. Em outros casos não há uma relação direta, mas apenas uma relação simbólica entre a causa e o sintoma.

Os autores aproximaram as neuroses traumáticas da histeria traumática: ambas dependem de um trauma psíquico, ou mesmo vários traumas psíquicos parciais. Os traumas psíquicos são emoções aflitivas, como por exemplo, o susto, a ansiedade, a vergonha e, também, a dor física. A suscetibilidade da pessoa determinará que uma situação que provoca ansiedade, por exemplo, que em muitos casos não teria maiores efeitos, seja transformada num trauma.

A lembrança do trauma não é meramente um agente desencadeador do sintoma histérico (um *agent provocateur*), ela passa a atuar como um corpo estranho que continua em ação por muito tempo. Mais adiante Freud prefere trocar a analogia do corpo estranho por outra analogia, segundo ele, mais adequada: um infiltrado. Para a grande surpresa de Breuer e Freud, a recordação, acompanhada de emoção, dos eventos traumáticos que provocaram cada sintoma histérico faziam-no desaparecer, um a um, permanentemente. A possibilidade de as emoções serem descarregadas durante o processo de recordar-se, assim como de serem traduzidas verbalmente, ocasionava o desaparecimento dos sintomas. Daí a necessidade de se promover um retorno ao processo psíquico original em seu *status nascendi*, dando a ele expressão verbal.

A explicação para o fato de que a lembrança do trauma não cessa ou esmaece ao longo do tempo, advém da falta de reação na época do acontecimento. Não houve uma descarga de emoção adequada, permanecendo a emoção

vinculada à lembrança. Uma ação faltou à época e é possível, através da linguagem, reparar este dano. Com a ajuda da linguagem, pode haver uma ab-reação, que será justamente esta descarga emocional que libera o afeto ligado à recordação de um acontecimento traumático.

O termo ab-reação parece ter sido forjado por Breuer e Freud. Ele combina a palavra reação com o prefixo “ab”, que possui diversas significações tais como: distância no tempo, separação, diminuição, supressão, etc. (cf. Laplanche & Pontalis, 1983). Parece-nos que o sentido de distância no tempo se adequa perfeitamente ao que os autores quiseram dizer quando a descarga emocional não acontece no momento próprio, sendo provocada no tratamento, produzindo então um efeito catártico.

Devemos a este efeito catártico que ocorria durante o tratamento, o nome da técnica desenvolvida por Breuer: o método catártico⁹, uma investigação através da hipnose na qual ocorria uma verdadeira catarse: “uma descarga do afeto que originalmente estava ligado à experiência traumática” (Garcia-Roza, 1988, p. 36).

É importante ressaltar que a ab-reação também pode ocorrer de modo espontâneo, não só logo após o traumatismo inicial como também depois de ter se passado um longo tempo. Através da ab-reação o trauma não será patogênico ou deixará de sê-lo. Em resumo, trata-se de uma reação a um determinado acontecimento evitando assim que ele fique demasiadamente carregado de afeto.

Outra maneira de provocar o desaparecimento da emoção ligada ao trauma psíquico se dá através do estabelecimento de uma série associativa, o que nem sempre é possível. Falar sobre o trauma também permite restabelecer os laços entre a memória dissociada e as outras idéias.

As lembranças que estão por trás da histeria não se encontram à disposição do paciente, ou estão presentes apenas de uma forma bastante rudimentar. Tais lembranças estão ligadas a traumas psíquicos que não foram suficientemente ab-reagidos. E por que não houve reação ao trauma, perguntam-se os autores? São três as possibilidades de resposta. Em determinados casos, o paciente intencionalmente suprimiu de seu pensamento consciente o trauma psíquico. Em outros casos, a falta de reação não se deve aos conteúdos das lembranças, mas a um estado alterado de consciência em que se encontrava o paciente, como o susto, a auto-hipnose, o estado hipnóide, etc. Ocorre com frequência, que ambas as

condições estão presentes simultaneamente. Há também casos em que a falta de reação é devida a circunstâncias de natureza social, nas quais a situação “obrigou” a pessoa a reter sua reação. Portanto, em todos os casos em que não há reação ao trauma, ele não será removido desta maneira, e também não será eliminado por uma elaboração associativa.

A parte essencial de um ataque histérico encontra-se na fase denominada por Charcot de *attitudes passionnelles*, na qual o paciente apresenta a reprodução alucinatória de uma lembrança de sua vida ligada ao desencadeamento da histeria. Pode ser a lembrança de um grande trauma ou de vários traumas menores ligados entre si. Mesmo que a fase das atitudes passionais esteja ausente, também aí se verifica que uma lembrança subjaz ao trauma psíquico.

Charcot também indicou uma *condition seconde* presente nos pacientes histéricos, que os autores reafirmam e explicam como grupos de idéias originados em estados hipnóides¹⁰ que se isolam das outras idéias e associam-se entre si formando uma segunda consciência. Freud e Breuer adotam esta idéia¹¹, ao supor que o trauma ocasiona uma dissociação da consciência. Por causa desta dissociação, o afeto ligado à idéia fica retido, ocasionando os sintomas histéricos.

O método encontrado para a cura permite, nas palavras dos autores, que a “emoção estrangulada encontre uma saída através da fala; e submete essa idéia à correção associativa, introduzindo-a na consciência normal (sob a hipnose leve) ou eliminando-a por sugestão do médico” (Freud, 1892, p. 58).

Chegamos a segunda parte dos *Estudos – Considerações Teóricas* – escrita por Breuer. Nela encontramos uma nota do autor na qual ele explica que as funções de percepção e memória não podem ser exercidas pelo mesmo órgão. O aparelho perceptual “deve ser diferente do órgão que armazena e reproduz as impressões sensoriais sob a forma de imagens mnêmicas” (Freud, 1893-95, p. 241n1). O aparelho perceptual deve estar sempre apto a receber novas percepções e, portanto, nele nada deve ser armazenado, como é o caso da memória. Freud corroborou com esta tese utilizando-a em vários momentos de sua obra (*Projeto para uma psicologia científica* (1895); capítulo VII de *A Interpretação dos*

⁹ Catártico origina-se da palavra *kátharsis* que significa purgação.

¹⁰ Estado que se assemelha à hipnose. Pode ser acarretado não só pelo hipnotismo, choque emocional (susto, cólera, etc) ou por fatores como privação do sono, fome, etc.

¹¹ Os estados hipnóides foram mais valorizados por Breuer do que por Freud, que preferia a defesa como causa da dissociação da memória.

Sonhos (1900); Carta a Fliess em 06/12/1896; *Além do Princípio do Prazer* (1920); *Uma nota sobre o “Bloco mágico”* (1924)).

Na última parte dos *Estudos - A Psicoterapia da Histeria* - Freud modifica alguns de seus pontos de vista elaborados na época da “Comunicação Preliminar”. Suas dificuldades com o método catártico se deram basicamente em duas direções: nem todos os pacientes eram passíveis de serem hipnotizados; caracterizar a histeria e distingui-la das demais neuroses.

No intuito de resolver a sua segunda dificuldade, Freud passou a tratar todas as neuroses da mesma forma que a histeria. Agindo assim, chegou a conclusão de que não apenas na histeria, mas em todas as neuroses, as causas determinantes são fatores sexuais. Diferentes quadros neuróticos são produzidos por diferentes fatores sexuais. Entretanto, ressalta o autor, é difícil encontrarmos neuroses puras, elas se apresentam, na grande maioria das vezes, de forma mista.

As outras neuroses (neurastenia, neurose de angústia, etc.) não podem se beneficiar igualmente do método catártico. Ademais, o método catártico não impede que novos sintomas apareçam, ele apenas elimina os sintomas e não a causa. No processo catártico trata-se apenas de uma “terapêutica sintomática”. Uma superdeterminação¹² está na base da neurose: são vários os fatores que a produzem. Combinado ao método catártico, Freud recomenda também, neste momento, uma terapia de repouso, como por exemplo, a proposta por Weir Mitchell, muito comum na época.

A primeira dificuldade de Freud relativa ao método catártico, ou seja, sua dificuldade em hipnotizar seus pacientes, obrigou-o a ampliar a memória destes pacientes de outra forma que não através da hipnose ou, de forma mais radical, obrigou-o a não tratar de tais pacientes. Alguns pacientes recusavam-se peremptoriamente a serem hipnotizados e o problema posto passou a ser: como obter as lembranças patogênicas sem hipnose? Freud passou então a pedir aos pacientes que se deitassem de olhos fechados e se concentrassem a fim de recordar os fatos que originalmente ocasionaram o sintoma em questão. Sem qualquer hipnose surgiam lembranças relacionadas ao tema. Concluiu então, que era possível trazer lembranças à tona através de uma mera insistência.

¹² Este conceito também denominado de sobredeterminação abrange dois sentidos diferentes. No primeiro, a formação examinada é explicada a partir de várias causas. No segundo sentido ele remete para elementos inconscientes múltiplos. Freud emprega ambos os sentidos nos *Estudos*.

A partir desta técnica, Freud deparou-se com a *defesa*: uma *força psíquica* trazida pelos pacientes que impedia que as idéias patogênicas fossem lembradas. Ocorreu-lhe que esta mesma força psíquica se encontrava na base do sintoma histérico: ela impedia que a idéia patogênica se tornasse consciente no momento da formação do sintoma histérico e também durante o tratamento. As idéias patogênicas foram esquecidas e postas fora da consciência devido à defesa, que se dá pelo motivo de que tais idéias são sempre de natureza aflitiva, ocasionando dor psíquica. Trata-se de um processo de censura, ao qual a idéia deve submeter-se, visto ser ela incompatível com as demais. Nas palavras de Freud,

uma força psíquica, aversão por parte do ego, originalmente impelira a idéia patogênica para fora de associação e agora se opunha ao seu retorno à memória. O ‘não saber’ do paciente histérico era de fato ‘um não querer saber’ – um não querer que podia, em maior ou menor medida, ser consciente (Freud, 1893-95, p. 326).

O processo de defesa é ampliado então para explicar todos os tipos de histeria, ou seja, encontra-se na base de todas as histerias. Neste momento, os termos defesa e recalque são muitas vezes utilizados como sinônimos. Em 1894, entre a *Comunicação Preliminar* (1893) e os *Estudos sobre a histeria* (1895), Freud publicou o artigo *As neuropsicoses de defesa*, no qual “explicitamente descreve o mecanismo psíquico da defesa como *inconsciente*” (idem, p. 51n). Garcia-Roza (1988) nos explica que o recalque pode ser tomado como sinônimo de defesa apenas parcialmente. O termo defesa, em sua primeira acepção, é mais amplo que o recalque: nele, o ego se protege de uma representação desagradável, sendo a conversão o modo de defesa da histeria.

O método para tornar consciente os resíduos ideacionais relevantes deve ser capaz de superar as resistências à associação do paciente. Para tanto, Freud recorre a uma pressão realizada com as mãos feita por ele sobre a testa do paciente, assegurando-lhe que, enquanto faz isto, virão as recordações, que deverão ser comunicadas ao analista sem nenhum julgamento ou crítica. A pressão na testa, ressalta Freud, pode ser substituída por qualquer outra influência física, que é eficaz porque desvia “a atenção da paciente da sua busca e reflexão consciente” (idem, p. 327). Em suma, trata-se de remover obstáculos do caminho, o pensamento intencional que obstrui a lembrança.

É raro o surgimento da lembrança ‘esquecida’ real, o mais freqüente é surgir uma idéia que servirá de elo para se chegar à idéia patogênica procurada.

Os caminhos que as lembranças percorrem, assim como os tipos de lembranças, são muito variados. De todas as maneiras e formas possíveis, aquela que levará à eliminação do sintoma, paradoxalmente, não é jamais reconhecida como própria pelo paciente, visto que ele não se recorda. O paciente aceita que o contexto as exige e se convence delas.

O método auxiliar da pressão das mãos não elimina a defesa ou resistência, ele é apenas “um truque para apanhar temporariamente desprevenido, um ego ansioso de defesa” (idem, p. 335).

Freud tenta transformar seus pacientes em colaboradores, no intuito de que ambos, médico e paciente, se tornem igualmente interessados e empenhados no sucesso da análise. A tarefa terapêutica objetiva induzir o paciente a reproduzir as impressões patogênicas que provocaram o sintoma histérico.

Neste ponto, Freud reconhece o papel da influência pessoal do médico nesta empreitada. Em muitos casos, será esta influência a responsável pelo sucesso do tratamento. Em *A Psicoterapia da Histeria* aparece pela primeira vez a palavra *transferência* (*Übertragung*) em seu sentido psicanalítico, embora aqui de maneira ainda bastante restrita. Neste momento, a transferência apresenta, entre outros aspectos, o de obstáculo à rememoração do material recalado, ou seja, surge como uma forma de resistência e, do mesmo modo, assinala a proximidade do conflito inconsciente.

Um único sintoma histérico raramente ocorre, normalmente são muitos, e estes são, muitas vezes, independentes um do outro. Outras vezes, estão ligados entre si. Portanto, não é de se esperar uma única lembrança traumática em sua base. Freud apresenta três analogias pictóricas diferentes para explicar a organização do material psíquico patogênico. Inicialmente, há um núcleo formado por lembranças de fatos ou pensamentos que culminaram no trauma. Em torno deste núcleo, agrega-se uma grande quantidade de outro material mnêmico. Uma primeira forma exhibe uma *ordem cronológica* linear, predominante em cada tema isolado. Na segunda forma, cada tema encontra-se estratificado concentricamente em torno do núcleo patogênico. Cada camada apresenta um grau próprio de resistência, que aumenta de acordo com sua localização: quanto mais perto do núcleo, mais resistente. As camadas mais periféricas contêm as lembranças conscientes e, por isso, facilmente recordadas. Quanto mais perto do núcleo, mais difícil se torna para o paciente reconhecer as lembranças que surgem. Estas duas

formas podem ser representadas por uma linha contínua, reta ou curva. Uma terceira forma de arranjo, se dá de acordo com o conteúdo do pensamento, um fio lógico chega até o núcleo por um caminho irregular e sinuoso, diferente a cada caso. Diferentemente dos outros dois, este arranjo apresenta-se dinamicamente, sendo representado por uma linha interrompida, em ziguezague e, melhor ainda, por um sistema de linhas ramificadas, uma linha convergente.

Pode acontecer também de haver mais de um núcleo no material patogênico. Isto terá o efeito de ampliar o trabalho a ser feito, pois se terá de incluir, ainda, a tentativa de se estabelecer uma ligação entre os dois núcleos.

Freud também afirma que os sintomas histéricos se comportam como *símbolos mnêmicos* de determinadas experiências e pensamentos. Até os símbolos mnêmicos, é possível acompanhar uma série ininterrupta cuja origem está nos “resíduos mnêmicos não modificados de experiências emotivas e pensamentos” (idem, p. 354-5).

O efeito da terapia não será, como afirmado anteriormente, o de extirpar um corpo estranho, visto que a organização patogênica se comporta melhor como um infiltrado. Sendo assim, não é possível extirpá-la como um todo. O trabalho será, antes, o de dissolver a resistência, permitindo uma circulação que atinja pontos até então isolados. Entretanto, a experiência mostrou a Freud que o núcleo da organização patogênica não é penetrável, jamais haverá acesso a ele.

Em resumo, para Freud, neste momento, o sintoma histérico se origina do recalque de uma idéia incompatível, da qual o indivíduo se defendeu. A idéia recalçada persiste através de uma fraca lembrança, separada do afeto que será então, na histeria, “convertido” num processo somático. A idéia se torna patogênica devido ao recalque que sofreu.

Breuer e Freud nem sempre estiveram de acordo com os pontos de vista um do outro apresentados nos *Estudos*. Suas divergências giraram em torno principalmente das questões relativas aos estados hipnóides, à defesa, e à sexualidade. Para Breuer, a histeria podia ser explicada pelos estados hipnóides, enquanto que para Freud, esta era provocada por uma defesa psíquica. Breuer também não concordava com uma etiologia sexual da histeria, como Freud sustentava. Foram estas divergências que os levaram ao rompimento. Segundo Roudinesco & Plon (1998), as reservas de Breuer quanto à etiologia sexual diziam respeito à existência de um trauma sexual na origem da histeria: a hipótese da

sedução freudiana que, como veremos a seguir, foi abandonada por Freud em 1897.

Desde 1893, Freud deparava-se, em seus casos clínicos, com lembranças de experiências de sedução sexual, nas quais, geralmente, um adulto seduzia a criança com propostas, ou mesmo atos sexuais mais ou menos caracterizados, que a criança suportava passivamente. Entre 1895 e 1897, Freud passa a dar mais importância teórica a estes relatos, e afirma que o recalçamento advém da sedução vivida de forma traumática pela criança. A sedução se dá num momento em que a criança, devido à sua imaturidade sexual, é ainda incapaz de emoções sexuais: o recalçamento, portanto, não ocorre neste momento. Ocorre num segundo tempo, após a puberdade, em que um novo acontecimento, que não é necessariamente de ordem sexual, evoca a recordação da cena sexual. A recordação, nestes casos, produz um efeito maior do que o próprio incidente.

Entretanto, seus casos clínicos também começam a mostrar-lhe que as cenas de sedução recordadas podem não ter realmente acontecido. Freud suspeita da veracidade dos relatos e em uma carta dirigida a Fliess, de 21 de setembro de 1897, afirma: (...) “Não acredito mais em minha neurótica” (Freud, 1897, p. 350). No inconsciente, diz Freud, não há como se distinguir verdade e imaginação. Muitas cenas de sedução são produtos de fantasias inconscientes.

Numa carta¹³ anterior a esta, também endereçada a Fliess, vemos que Freud já se encontrava no movimento que o levou à passagem da teoria da sedução para a compreensão do papel das fantasias. Nela, afirma que o que é recalçado na histeria não são, na realidade, lembranças, mas impulsos originados das cenas primárias. Tanto a histeria, como a neurose obsessiva e a paranóia têm em sua base os mesmos elementos: “fragmentos mnêmicos, impulsos (derivados da lembrança) e *imaginações protetoras*” (Freud, 1897, p. 335).

A hipótese fundamental dos *Estudos* é a de um registro mnêmico da experiência traumática que, embora recalçado, tem poder de ação, visto que continua agindo em outro estado de consciência. O registro mnêmico tornou-se patogênico principalmente porque o afeto presente na situação originária não pôde ser ab-reagido. A impossibilidade de descarga mantém as lembranças não só indestrutíveis como atuais. É importante ressaltar, que o poder traumático, de que é dotada a lembrança, reside exatamente em seu estatuto inconsciente. Ele não

está propriamente nem na primeira nem na segunda experiência. Portanto, a descarga afetiva não advém da segunda experiência, mas do seu elo com a lembrança inconsciente da lembrança mais antiga.

Com o abandono da teoria da sedução e a elaboração de *A Interpretação dos Sonhos* (1900), o conflito psíquico inconsciente, que já se apresentava em 1894 no artigo *As neuropsicoses de defesa*, passou a ser a principal causa da histeria, e as histéricas passaram a não mais sofrer de *reminiscências*, como foi dito nos *Estudos*, mas de fantasias. Além da realidade material dos fatos, Freud afirmou existir uma realidade psíquica. Já não importava ter havido “abusos ou violências, o trauma já não servia como explicação exclusiva sobre a questão da sexualidade humana” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 340).

Nesta etapa da elaboração freudiana, vimos que as reminiscências de que sofrem os histéricos são lembranças patogênicas que adquiriram um grande estatuto, perdido depois em prol das fantasias. Entretanto, o privilégio da fantasia não significa que tenha sido abandonado o trabalho com as lembranças.

Segundo Coimbra (1997), a rememoração e a reminiscência freudianas, não têm o mesmo sentido da definição aristotélica. Ambos os termos se referem a um passado que se presentifica num só-depois¹⁴. Este passado jamais será encontrado como tal, ele se desdobra em vários momentos e se reencontra sempre deslocado como lembrança ou sintoma. Portanto, encontramos mais semelhanças do que diferenças entre reminiscência e rememoração.

Para nós isto não representa surpresa, ou seja, os termos lembrança, rememoração, e reminiscência, designam processos que estão longe de recuperar fatos e impressões tais como foram originalmente percebidos, sendo utilizados, na maior parte das vezes, como sinônimos.

Mais adiante veremos um outro tipo de amnésia que não a histérica: a amnésia infantil, que, do mesmo modo, pode ser dissipada: também ela é efeito de um recalçamento. Ademais, é importante salientar, Freud considera que a amnésia infantil estabelece a condição dos recalçamentos posteriores, particularmente os da amnésia histérica (cf. Laplanche & Pontalis, 1983).

¹³ “Carta 61”, datada de 02 de maio de 1897.

¹⁴ Tradução de MD Magno da palavra alemã utilizada por Freud: *nachträglich*.

Capítulo 3

O Traço mnêmico na Metapsicologia

A noção de traço mnêmico mantém um lugar de destaque ao longo da construção metapsicológica freudiana e implica uma concepção de memória. Entretanto, Freud não a utilizou de forma inteiramente unívoca, nos seus diversos artigos e livros. A expressão traço mnêmico foi muitas vezes utilizada por Freud em outro sentido que não aquele que privilegiaremos aqui, e que é o que porta efetivamente a originalidade da concepção freudiana de memória. Em alguns casos, ela aparece como sinônimo de imagem mnêmica, no sentido de reprodução tal qual o utilizado pela psicologia empirista (cf. Laplanche & Pontalis, 1983).

Os traços mnêmicos são resíduos de percepção inacessíveis à rememoração, o que significa dizer que são inconscientes. Esses traços formam a base da memória. Segundo Rudge, “o termo “traço mnêmico” é utilizado para designar os resíduos das experiências da primeira infância, para sempre inconscientes mas dotados de valor de determinação” (Rudge, 1999, p. 14).

O termo *Bahnung* está no centro da concepção freudiana de aparato psíquico desenvolvida no *Projeto* de 1895 e explica, dentro de um modelo neurofisiológico, a memória. Este termo foi traduzido para o português por “facilitação”. Em alemão, *Bahnung* é derivado de *Bahn* que significa via, caminho, estrada de ferro, ou seja, elementos que facilitam a condução de algo (cf. Garcia-Roza, 1991). Para Garcia-Roza, a tradução do termo *Bahnung* por facilitação não está errada, entretanto, a facilitação deve ser entendida não “no sentido de uma estrada, de algo preexistente ao nosso caminhar, mas sim no sentido de uma *trilha* que vamos abrindo com o próprio caminhar” (Garcia-Roza, 1991, p. 99). Por isso este autor propõe o termo trilhamento: “A *Bahnung* é um trilhamento que se constitui pelo diferencial facilitação/dificultação no percurso da excitação” (idem, p. 101).

Para um entendimento mais apurado destas duas noções fundamentais para o nosso tema - traço mnêmico e *Bahnung* - percorreremos o trabalho de Freud sobre as *Afásias* (1891), o seu *Projeto para uma psicologia científica* (1895), a

Carta 52 (1896), *Uma nota sobre o “Bloco mágico”* (1924) e *A Interpretação dos Sonhos* (1900). Após anos sem ser abordado, o conceito de *Bahnung*, é retomado por Freud em *Além do Princípio do Prazer* (1920). Este texto será visto por nós separadamente no capítulo 7.

3.1 As afasias

Para uma concepção das Afasias – Um Estudo Crítico (1891), é o primeiro livro de Freud, dedicado a Josef Breuer. Trata-se de uma monografia em neurologia sobre as afasias. Afasia, num sentido lato, significa um distúrbio da memória e, num sentido estrito significa um distúrbio da linguagem (cf. Garcia-Roza, 1991). Neste mesmo ano, alguns meses mais tarde, Freud já começava a tratar de pacientes pelo método catártico.

Este trabalho é um manifesto contra as teorias localizacionistas que prevaleciam em Viena na época. Freud critica particularmente Carl Wernicke por ele “representar o aparelho de linguagem sem levar em conta a relação que este aparelho possa ter com o resto da atividade cerebral” (Garcia-Roza, 1991, p. 22). Para Freud, a afasia de condução de Wernicke não existe. O que existe é a *parafasia*¹⁵, um processo mais amplo, “*um sintoma puramente funcional*, um índice de uma menor eficiência funcional do aparelho da linguagem considerado como um todo” (Garcia-Roza, 1991, p. 23). Freud considera que as parafasias em particular, e os processos psíquicos em geral, não possuem um substrato fisiológico localizado em alguma parte do cérebro, ao contrário, esses processos abarcam o cérebro em toda a sua extensão.

A noção de *perturbação funcional* é introduzida como uma série de efeitos relacionados ao funcionamento global do *aparelho de linguagem*, que passa a ser visto funcionando em termos de processo. Para Freud, no caso de uma lesão destrutiva, o aparelho de linguagem reagiria como um todo e não isoladamente. A abordagem funcionalista de Freud não recusa os lugares anatômicos. O autor repensa a relação entre função e localização. O que ele recusa é uma relação ponto

¹⁵ Parafasia é um distúrbio observado em todos os tipos de afasias e se refere à impossibilidade de nomear. Na falta da palavra adequada uma outra produção que não a palavra esperada é utilizada (cf. Gil, 2002).

a ponto entre os estímulos externos e representações localizadas em determinados pontos do córtex cerebral.

Quanto à questão da memória, temos, no texto das afasias, que uma modificação no córtex “tornará possível a recordação, isto é, a possibilidade de essas mesmas vias serem novamente percorridas quando a mesma área cortical for novamente excitada” (idem, p. 33). Este processo que explica a recordação prenuncia a importância que será dada a noção de *Bahnung* no futuro *Projeto*.

Em 1891, sem o conceito de inconsciente, Freud afirma que “é extremamente duvidoso que a esta modificação corresponda também algo de psíquico; a nossa consciência não apresenta nada que possa justificar do lado psíquico o nome de ‘imagem mnésica latente’” (Freud, 1977, p. 57). É interessante assinalarmos que, em 1888, no artigo que escreveu para a Enciclopédia Villaret¹⁶, Freud já havia afirmado a existência de um período de incubação ou latência ao falar dos distúrbios histéricos. Neste período de latência, a causa desencadeante do distúrbio histérico continuaria atuando *no inconsciente* (cf. Garcia-Roza, 1991).

Desde o texto das *Afasias*, encontramos Freud às voltas com formulações que pretendem dar conta do que seria o aparelho psíquico. Segundo Rodrigué (1995), o aparelho de linguagem é considerado por Steingel o “irmão mais velho” do aparelho psíquico.

Da mesma forma, para Garcia-Roza (2002), o *aparelho de linguagem* apresentado neste trabalho já é um modelo de aparelho psíquico. Já encontramos neste texto um esgarçamento da fronteira entre o normal e o patológico, quando Freud diz observar a parafasia em pessoas normais sob efeito de cansaço ou forte emoção, casos em que não se pode falar de lesão cerebral. Também vemos aqui uma antecipação da teoria do ato falho, do chiste e do lapso como exemplos de deslocamento e condensação operados pela linguagem.

Dez anos depois, em seu trabalho, *Psicopatologia da Vida Cotidiana* (1901), Freud afirma que os lapsos de linguagem observados cotidianamente parecem ser um estágio preliminar das “parafasias” que surgem em condições patológicas.

¹⁶ Segundo Garcia-Roza (1991), não é comprovada a autoria do artigo *Histeria* que consta na Enciclopédia Villaret.

No trabalho *Artigos Sobre Metapsicologia* (1915) um trecho do texto das afasias é reproduzido. Destacamos a parte final, em que Freud classifica as perturbações da fala em: 1) afasia verbal (de primeira ordem, onde somente são perturbadas as associações entre os elementos separados da apresentação da palavra); 2) afasia assimbólica (de segunda ordem, na qual é perturbada a associação entre a apresentação da palavra e a apresentação do objeto); 3) afasia agnóstica (de terceira ordem, onde há perturbação no reconhecimento dos objetos “agnosia”). A compreensão do significado da afasia agnóstica será uma grande contribuição de Freud, que diz tratar-se de um distúrbio funcional da linguagem que compromete o vínculo associativo entre a *representação de coisa* e a *representação da palavra*.

As *imagens mnêmicas* são definidas como inscrições permanentes que são armazenadas no córtex cerebral sem se confundirem umas com as outras. São quatro tipos de imagens mnêmicas: imagem acústica, imagem cinestésica, imagem da leitura e escrita, e o conjunto dessas imagens forma a representação da palavra.

O livro sobre as *Afasias* é considerado a pré-história do *Projeto* de 1895, que por sua vez é também considerado pré-história da psicanálise. É a este último que vamos nos voltar, uma vez que, em sua linguagem de cunho neurofisiológico, ele nos apresenta um aparelho psíquico que é um aparelho de memória, e desdobra numa concepção de memória que será posteriormente transportada para a metapsicologia.

3.2 As facilitações

O *Projeto de uma Psicologia Científica*, comumente chamado de *Projeto*, foi escrito em 1895 e publicado apenas em 1950. Freud levou duas ou três semanas para escrever suas cem páginas originais e, ora entusiasmado e excitado, ora desanimado e deprimido com suas idéias, acabou por abandoná-lo inacabado. Entretanto, cerca de um mês depois - janeiro de 1896 - enviou a seu amigo Wilhelm Fliess uma revisão do trabalho que se encontra inserida como Apêndice B no *Projeto*. Além desta revisão, Freud enviou também para Fliess os manuscritos do *Projeto*. Depois disso, o texto foi ignorado por seu autor e só reapareceu quarenta e dois anos depois nas mãos de Marie Bonaparte. Sabe-se que Freud tentou destruí-lo.

Nas palavras de Oliver Sacks: “O *Projeto* reúne ou tenta reunir os campos da memória, atenção, consciência, percepção, desejos, sonhos, sexualidade, defesa, recalçamento e processos primário e secundário de pensamento (...) numa visão única e coerente da psique” (Sacks, 2000, p. 205).

Neste texto, escrito numa linguagem calcada na neurofisiologia fisicalista e na biologia evolucionista da época, encontram-se algumas concepções importantes de Freud que foram utilizadas até o final de sua produção teórica, tais como as noções de processo primário e processo secundário. Além do que, já contém o cerne do que vem a ser o conceito primordial da psicanálise: a pulsão. Nele, encontramos também a primeira aparição de “desejo”, como germe do que será mais tarde entendido como desejo.

O modelo neuronal proposto por Freud no *Projeto* não apresenta uma correspondência exata com o sistema nervoso da neurologia de sua época, e é, por isto, visto como uma elaboração metapsicológica, um trabalho teórico de natureza fundamentalmente hipotética (idem).

Freud afirma ainda no início do *Projeto* que:

Uma das principais características do tecido nervoso é a memória; isto é, em termos muito gerais, a capacidade de ser permanentemente modificado por ocorrências únicas – característica que contrasta tão flagrantemente com a conduta de uma matéria, que permite a passagem de um movimento ondulatório para logo voltar a seu estado primitivo. Toda teoria psicológica digna de consideração terá que fornecer uma explicação para a *memória* (Freud, 1895, p. 399).

O aparelho psíquico elaborado por Freud, neste momento, é basicamente um aparelho de memória, constituído de forças repulsantes e desejantes, o que difere inteiramente da memória concebida pela psicologia cognitiva.

Na introdução do *Projeto*, Freud afirma que seu propósito neste texto será o de “estruturar uma psicologia que seja uma ciência natural” (idem, p. 395), e que isto significa tratar os processos psíquicos como estados quantitativos de partículas materiais específicas e concretas. São duas as idéias principais: *Q* (quantidade) e *N* (neurônios), onde *Q* será “aquilo que distingue a atividade do repouso” e está “sujeita às leis gerais do movimento” (idem) e *N* as partículas materiais que são os neurônios.

Até a década de 1880, o sistema nervoso era considerado uma massa contínua de tecido nervoso - um sincício¹⁷ - e, somente no final desta mesma década e na de 1890 reconheceu-se à existência de células nervosas distintas: os neurônios. Freud chegou muito perto de fazer ele mesmo essa descoberta, e os créditos foram dados aos esforços de Santiago Ramón y Cajal e W. Waldeyer (cf. Sacks, 2000).

O neurônio, neste texto, é entendido como o suporte material e o elemento constituinte do aparelho psíquico, que conduz e armazena energia de formas diversas, dependendo do sistema. Os neurônios formarão os sistemas representados pelas letras gregas: ϕ (phi); ψ (psi) e ω (ômega). O sistema ψ se divide em duas partes: ψ *pallium* ou manto e ψ núcleo. Tal divisão se dá em virtude de uma dupla fonte de estímulos: a exógena (de fontes externas ao organismo incidindo sobre os órgãos sensoriais) e a endógena (próprio corpo). “Os neurônios do *pallium* são investidos a partir de ϕ , e os neurônios do núcleo são investidos a partir das fontes endógenas” (Garcia-Roza, 1991, p. 121). O sistema ψ *pallium* é o sistema da memória por excelência.

Uma das funções mais importantes deste aparelho neuronal é exatamente a memória. Um dos pré-requisitos fisiológicos da memória é um sistema de *barreiras de contato* entre os neurônios do sistema chamado psi. Como o próprio nome indica, as barreiras de contato são resistências opostas à descarga que se localizam nos contatos entre os neurônios que corresponderiam às posteriormente chamadas sinapses. As barreiras de contato - através de facilitação ou inibição - permitem mudanças neuronais permanentes, que correspondem à aquisição de novas informações e lembranças (cf. Sacks, 2000).

Garcia-Roza, nos alerta para não confundirmos esta “memória neuronal” com a memória proposta pela psicologia, visto que não se trata de uma memória consciente e sim da “capacidade do tecido nervoso de ser alterado de forma permanente, contrariamente a uma matéria que permitisse a passagem da energia e retornasse ao seu estado anterior” (Garcia-Roza, 1991, p. 94).

Freud propõe, primeiramente, duas classes de neurônios: 1) aqueles que deixam passar a quantidade como se não tivessem barreiras de contato e depois de cada passagem de excitação permanecem no estado anterior; 2) aqueles cujas

¹⁷ Reunião de células contidas por uma membrana.

barreiras de contato só permitem a passagem da quantidade parcialmente ou com dificuldade. Neste último caso, temos a possibilidade de representar a memória. Ou seja, “existem neurônios permeáveis (que não oferecem resistências e nada retêm), destinados à percepção, e impermeáveis (dotados de resistência e retentivos de $Q'n$ ¹⁸que são portadores da memória e com isso, provavelmente, também dos processos psíquicos em geral)” (Freud, 1895, p. 400). O primeiro sistema de neurônios será denominado ϕ (phi) e o segundo sistema ψ (psi).

No intuito de esclarecer as características gerais da memória, Freud sublinha que os neurônios ψ ficam permanentemente alterados pela passagem de uma excitação, o que significa que as barreiras de contato deles ficam permanentemente facilitadas após cada passagem.

E como o conhecimento psicológico demonstra a existência de algo assim como um reaprendizado, baseado na memória, essa alteração deve consistir no fato de que as barreiras de contato se tornam mais capazes para a condução, menos impermeáveis e, assim, mais semelhantes às do sistema ϕ . Designaremos esse estado das barreiras de contato como grau de *facilitação* [*Bahnung*]. Pode-se então dizer que *a memória está representada pelas facilitações existentes entre os neurônios ψ* (idem, p. 401).

Se todas as barreiras de contato ψ oferecessem a mesma resistência, ou seja, fossem igualmente facilitadas, não haveria memória, pois não se explicaria a preferência de uma determinada via. Daí Freud acrescentar, à definição anterior, a questão das diferenças de facilitação: “*a memória está representada pelas diferenças de facilitação entre os neurônios ψ* ” (idem). Há a possibilidade da *escolha* determinada pela facilitação. “O estado de facilitação de cada barreira de contato deve ser independente do de todas as demais barreiras do mesmo neurônio ψ , do contrário não haveria de novo nenhuma preferência, ou seja, nenhuma motivação” (idem, p. 402).

A facilitação nos neurônios ψ depende da $Q'n$ que passa pelo neurônio no processo de excitação e do número de vezes que esse processo se repete. Ou seja, a memória de uma experiência depende da magnitude da impressão e da frequência com que a mesma se repete.

¹⁸ O Editor inglês em sua introdução ao *Projeto* nos conta que a diferença entre Q e $Q'n$ não foi explicada claramente por Freud. Apenas em determinado ponto do texto Freud diz que Q se refere a quantidade externa e $Q'n$ a quantidade psíquica.

O princípio de constância aparece aqui como tendência do sistema nervoso, mantida mesmo durante todas as modificações, de reduzir $Q'n$ ao mínimo possível ou mesmo evitar que ele fique carregado de $Q'n$.

Os sistemas ϕ e ψ atuam conjuntamente na percepção, mas existe um processo psíquico que ocorre só em ψ - na reprodução, ou recordação – e que é desprovido de qualidade. Pois normalmente, “a recordação não produz nada que possua o caráter peculiar da qualidade perceptiva” (idem, p. 411). Daí a necessidade de um terceiro sistema de neurônios, denominado ω (ômega), “que é excitado junto com a percepção, mas não com a reprodução, e cujos estados de excitação produziriam as diversas qualidades – ou seja, que seriam as *sensações conscientes*” (idem). Qualidade, aí, equivale à sensação consciente. Freud chama os neurônios do sistema ω de veículos da consciência e suas características são: mutabilidade de seu conteúdo, transitoriedade, fácil e rápida combinação de qualidades simultâneas percebidas.

Tudo isso só é compatível com uma completa permeabilidade dos neurônios ω , junto com uma total *restitutio in integrum* [restauração do estado anterior deles]. Os neurônios ω se comportam como órgãos de percepção e neles não encontramos nenhum lugar para a memória (idem, p. 412).

Portanto, os processos dos neurônios ω trazem consigo a consciência. “A consciência é aqui o lado subjetivo de uma parte dos processos físicos do sistema nervoso – ou seja, dos processos ω ” (idem, p. 414). Quanto ao conteúdo da consciência, “além da série de qualidades sensórias, encontra-se nela outra muito diferente – a série de sensações de *prazer e desprazer*” (idem, p. 415).

Resumindo, temos que a hipótese de uma memória neurônica estabelece que os mesmos neurônios não podem servir à memória e à percepção. Os neurônios impermeáveis servem à memória (neurônios ψ), pois são capazes de reter energia e, portanto, informação; e os impermeáveis servem à percepção (neurônios ϕ). Isto se dá porque o processo perceptivo necessita de uma estrutura que permaneça inalterada a cada nova percepção, caso contrário ficaria saturada e sem possibilidade de perceber mais nada.

A memória será constituída pelas diferenças de facilitações [*Bahnungen*] existentes entre os neurônios. Ou seja, a memória se dará pela repetição de

determinado percurso em função das facilitações existentes. Caminhos privilegiados se formam e se entrecruzam

formando uma rede complexa, de tal modo que a repetição exata de um mesmo percurso seja praticamente impossível. A memória não é, pois a reprodução mecânica e idêntica de um traço concebido como algo imutável, mas uma memória constituída pela diferença de caminhos eles mesmos móveis (Garcia-Roza, 1991, p. 100).

Por fim, temos também o sistema ω , responsável pela percepção-consciência que necessita manter uma permanente permeabilidade. “Enquanto os processos ω implicam a consciência, os processos ψ são inconscientes, adquirindo uma consciência secundária apenas ao serem ligados a processos de descarga e percepção” (idem, p. 105). É importante lembrar que os termos consciência e inconsciência são utilizados aqui de forma adjetiva.

A questão do funcionamento deste complexo aparato é assim resumida por Freud:

O sistema ψ núcleo mais o sistema ϕ são os responsáveis pela atividade reflexa; enquanto que o sistema ψ *pallium* mais o sistema ω vão responder pelos processos psíquicos em geral (percepção, memória, pensamento, associação, desejo, prova de realidade, etc.). O sistema ψ *pallium* é a sede dos processos psíquicos primários, assim como da função neurônica secundária (ação específica) que ele tem em comum com o ψ núcleo (idem, p. 122)¹⁹.

Passemos agora aos temas *experiência de satisfação e experiência de dor*, fundamentais no *Projeto*, que, em suas relações com a memória, constituirão as forças psíquicas, o desejo e a repulsa.

A experiência de satisfação se dá quando há eliminação da tensão decorrente dos estímulos internos. É preciso que haja uma *ação específica* de alguém no mundo externo para que o bebê *desamparado* cumpra, por meio de dispositivos reflexos, a atividade necessária para eliminar o estímulo endógeno. Este processo em sua totalidade representa uma experiência de satisfação.

Para Freud, a lei de *associação por simultaneidade* constitui o fundamento de todas as conexões entre os neurônios ψ . Explica como, na experiência de satisfação uma facilitação acontece entre duas imagens mnêmicas e os neurônios

¹⁹ Na carta escrita a Fliess (carta 39) inserida como apêndice B no *Projeto*, Freud introduz alterações neste esquema de funcionamento, assim como altera também a posição relativa dos diferentes sistemas. Não nos deteremos nestas modificações pelo fato de não serem importantes para o tema da memória.

nucleares investidos durante o estado de urgência ou necessidade. Junto com a descarga possibilitada pela satisfação, esvaziam-se também as imagens mnêmicas. A cada novo estado de urgência ou *desejo*, o investimento²⁰ reativa as lembranças. A ativação do desejo produzirá, então, algo idêntico a uma percepção - uma alucinação – que, se levar ao ato reflexo, certamente conduzirá a uma decepção.

Assim, quando o estado de necessidade se repetir, um impulso psíquico procurará reinvestir a imagem mnêmica do objeto, com a finalidade de reproduzir a satisfação original. Ou seja, “a experiência de satisfação gera uma facilitação entre duas imagens lembranças (a do objeto de satisfação e a da descarga pela ação específica) e os neurônios do núcleo investidos” (Garcia-Roza, 1991, p. 131).

A experiência da dor se dá nos casos em que Qs (quantidades) excessivamente grandes rompem determinados dispositivos propostos por Freud, os dispositivos de tela em ϕ . A dor produz em ψ um grande aumento de nível, que é sentido como desprazer por ω , surgindo daí uma propensão à descarga. Ocorre, então, uma facilitação entre a propensão à descarga e uma imagem mnêmica do objeto, que quando ativada reproduz a dor. Para Freud, “em consequência da experiência da dor, a imagem mnêmica do objeto hostil estabelece uma facilitação excelente, em virtude da qual [facilitação] se libera então o desprazer no afeto” (Freud, 1895, p. 425). Mesmo com um investimento insignificante de uma lembrança hostil, a liberação do desprazer é capaz de ser extremamente grande, concluindo-se daí que a dor deixa atrás de si facilitações especialmente abundantes.

Nas experiências de dor e satisfação, restam resíduos que são os afetos e os estados de desejo. Ambos acarretam um aumento da tensão $Q'n$ em ψ . Do mesmo modo, ambos deixam atrás de si motivações do tipo compulsivo.

O estado de desejo causa uma espécie de atração positiva pelo objeto desejado, ou, mais precisamente, pela sua imagem mnêmica; a experiência da dor leva a uma repulsa, a uma aversão por manter catexizada a imagem mnêmica hostil. Eis aqui a *atração de desejo* primária e a *defesa* [repúdio] primária (idem, p. 426-7).

Temos, já no *Projeto*, uma elaboração freudiana de ego ou eu, que será uma organização neuronal interna ao sistema ψ núcleo “cuja presença dificulta passagens [de quantidade] que na primeira vez se realizam de determinada

²⁰ Optamos pela palavra investimento no lugar da palavra catexia utilizada na tradução da Edição

maneira [isto é, acompanhadas de satisfação ou dor]” (idem, p. 428). A função do ego será inibir a passagem compulsiva de energia pelas facilidades permanentes engendradas pelas primeiras experiências de satisfação e dor. Será concebido “como a totalidade das catexias ψ existentes em determinado momento, nas quais cumpre diferenciar uma porção permanente e outra variável” (idem).

Quando ψ se encontra em *estado de desejo*, é investida novamente a lembrança do objeto e posto em ação um processo de descarga; nesse caso não pode haver satisfação, porque o objeto não é real, estando presente apenas como idéia imaginária. Visto ser impossível para ψ estabelecer a distinção entre *percepção* e *idéia* (lembrança), faz-se necessário um critério proveniente de outra parte para fazer tal distinção. É a *indicação da realidade*, provavelmente fornecida pelos neurônios ω . Mas este critério de diferenciação entre a percepção e a lembrança, embora fornecido por ω , será possibilitado pela inibição do ego, pois, caso a quantidade de investimento seja excessiva, ω será ludibriado.

Os processos psíquicos primários em ψ devem ser entendidos “como a catexia de desejo, levada ao ponto da alucinação [e] a completa produção do desprazer, que implica no total consumo da defesa” (idem, p. 432). Os processos psíquicos secundários em ψ representam versões atenuadas dos processos psíquicos primários e “só se tornam possíveis mediante uma boa catexia do ego” (idem). Nos processos psíquicos primários temos a *percepção pura* e nos secundários (que inclui o princípio de realidade) o *pensamento*. Os pensamentos também são capazes de memória. Freud diz sobre a memória-de-pensamento:

o processo de pensamento deixa efetivamente atrás de si traços duradouros, uma vez que um segundo pensamento, um re-pensar, exige menor esforço [de energia] do que o primeiro. Portanto, a fim de que a realidade não seja falseada, faz-se necessário a existência de traços especiais, signos do processo de pensamento, que constituam uma memória-de-pensamento (idem, 442-3).

Na parte II do *Projeto* Freud deixa de lado as hipóteses básicas de seu aparelho psíquico, elaboradas na parte I, para abordar os processos patológicos, mais precisamente a psicopatologia da histeria, na qual uma intrusão excessiva na consciência produz uma amnésia. Também nesta parte temos a afirmação da impossibilidade de extinção de uma imagem mnêmica.

Chegamos ao caso Emma, importante ilustração para o nosso tema. Nele há um imbricamento de três importantes noções abordadas por nós: reminiscências históricas; traço mnêmico e só-depois, que veremos adiante.

Emma é dominada pela compulsão de não entrar em lojas sozinha. Para ela, o motivo de tal atitude seria uma lembrança da época em que tinha doze anos, quando entrou numa loja para comprar algo e os dois vendedores puseram-se a rir dela. Recordou também que achava que os vendedores estavam rindo de suas roupas e que havia sentido atração sexual por um deles.

Para Freud, as lembranças evocadas não explicavam o sintoma e seu caráter compulsivo. Prosseguindo na análise, Emma lembrou-se de uma cena vivida por ela aos oito anos de idade. Havia ido por duas vezes numa confeitaria comprar doces, “sendo que logo na primeira o proprietário agarrou-lhe as partes genitais por cima da roupa” (Freud, 1895, p. 465). Freud estabelece então um vínculo associativo entre as duas cenas e afirma que a lembrança evocou uma liberação sexual que não pôde ocorrer na época do acontecimento, e que se transformou em angústia. A angústia provocou o medo de que o atentado pudesse ocorrer mais uma vez o que a fez sair correndo. A causa “desse processo patológico interpolado” (idem, 468) é a liberação sexual.

Freud ressalta o fato de que a liberação sexual não se vinculou ao atentado na época em que este foi cometido. Isto se deu porque somente com as mudanças advindas da puberdade a lembrança adquiriu um novo sentido e, assim, passou a despertar um afeto. A lembrança é recalçada “quando se torna um trauma por ação retardada” (idem).

Em geral, diz Freud, não acontece na vida psíquica uma lembrança despertar um afeto que não existiu na ocasião da experiência. Entretanto, é isto o que ocorre freqüentemente no caso das idéias sexuais. Isto se deve ao retardamento da puberdade. Daí, os adolescentes portarem traços de memória que só serão compreendidos posteriormente, a partir da manifestação de suas próprias sensações sexuais. Esta é a primeira aparição da noção, tão valorizada posteriormente por Lacan, de só-depois (*Nachträglich*).

O que apareceu – no caso de Emma - não foi uma percepção, mas um traço mnêmico que inesperadamente liberou desprazer, só sendo descoberto pelo ego tarde demais. Existem outras ocasiões em que as lembranças também liberam desprazer, fato perfeitamente normal no caso das lembranças mais recentes. Se um

trauma ocorre num momento em que já existe um ego, o ego atua inibindo a liberação de desprazer e o faz através de investimentos colaterais.

Se mais tarde se repetir a catexia da memória o desprazer também se repete, mas as facilitações-do-ego já se encontram ali presentes também: a experiência demonstra que a liberação de [desprazer] diminui de intensidade a segunda vez, até que, depois de várias repetições, se reduz à intensidade de um mero sinal, aceitável para o ego (idem, p. 471-2).

No caso de Emma, houve uma “experiência afetiva primária póstuma” (idem, p. 472), que é precisamente o que ocorre quando a lembrança é a primeira a motivar a liberação de desprazer.

Na exposição deste caso clínico, já está presente a idéia de um domínio do inconsciente que opera efeitos na consciência, mesmo que não se trate, ainda, de um sistema psíquico inconsciente. O recalçamento será entendido aqui como o esforço para desalojar da consciência uma imagem-recordação hostil, que produz desprazer. As representações-lembranças recalçadas de Emma se tornam traumáticas num só-depois.

Na Parte III do *Projeto* Freud se propõe a estruturar - levando em conta as duas partes anteriores - as características normais das ocorrências psíquicas. Assim, irá se dedicar ao estudo do pensamento, em suas relações com a memória e com a linguagem.

O objetivo do pensar reprodutor será o de retroceder a uma percepção. As associações verbais, “consistem na vinculação de neurônios ψ com neurônios utilizados pelas representações sonoras” (idem, p. 479), da lembrança consciente e do pensamento consciente observador. A linguagem assume uma grande importância quando é tomada como condição para que os pensamentos se façam conscientes, tais como as percepções externas.

A descarga verbal promove uma equiparação dos processos de pensamento com os processos perceptivos, conferindo-lhes realidade e possibilitando a sua lembrança. A primeira espécie de lembranças conscientes, diz Freud, virá da associação entre um som (grito) e uma experiência de dor. O grito servirá mais tarde, como informação.

No *Projeto*, os acontecimentos psíquicos ficam gravados permanentemente na memória por traços mnêmicos que são reativados através de investimentos. Para Laplanche & Pontalis, a comparação muitas vezes feita entre os traços mnêmicos e a concepção empirista de engrama não se justifica, visto que este

último é definido como marca que se assemelha à realidade. O traço mnêmico, diferentemente, “não passa de um arranjo especial de facilidades, de forma que determinado caminho é aproveitado de preferência a outro” (Laplanche & Pontalis, 1983, p. 668).

Além dos dois aparelhos precursores do aparelho psíquico, o aparelho de linguagem e o aparelho neuronal, e antes de examinarmos o aparelho psíquico apresentado no capítulo VII de *A Interpretação dos Sonhos*, abordaremos na seção seguinte, *A metáfora da escrita* dois textos fundamentais para o nosso tema: a *Carta 52* e *Uma nota sobre o “Bloco mágico”*.

3.3 A metáfora da escrita

Em 06 de dezembro de 1896, Freud envia a Wilhelm Fliess uma carta, denominada *Carta 52* e reproduzida parcialmente na *Edição Standard Brasileira*. Nela encontramos Freud, mais uma vez, preocupado em definir o estatuto da memória para a sua nova psicologia (cf. Coimbra, 1997).

Na *Carta 52*, o aparelho psíquico é fundamentalmente um aparelho de memória, ou seja, a memória é a própria essência do aparelho psíquico e não apenas uma de suas propriedades ou funções. Aqui, a escrita é introduzida como modelo para conceber o aparelho de memória, que será posteriormente valorizado por Derrida. Nas palavras de Freud, “nosso mecanismo psíquico formou-se por um processo de estratificação: o material presente em forma de traços de memória estaria sujeito, de tempos em tempos, a um *rearranjo* segundo novas circunstâncias – a uma *retranscrição*” (Freud, 1896, p. 317).

Freud considera que a grande novidade introduzida por ele na teoria sobre a memória é a afirmação de que ela não se produz de uma vez só, mas que se desdobra em vários tempos e é registrada em diferentes espécies de indicações.

O esquema do aparelho psíquico proposto será representado em cinco partes, cada qual designada por uma ou algumas letras: *W*, *Wz*, *Ub*, *Vb* e *Bews*. O primeiro sistema, *W* (percepções) corresponde aos neurônios que produzem as percepções, ligados à consciência, e não conservam traços dos acontecimentos. O mesmo com o último, *Bews* que equivale à consciência, que Freud sempre concebeu como aparentada com a percepção. O esquema obedece, portanto, à

necessidade teórica, sempre afirmada por Freud, de separar os sistemas de percepção e de memória. As camadas que compõem propriamente o aparelho da memória são as seguintes:

- *Wz* (indicação da percepção) é a primeira inscrição das percepções, organizada segundo associações por simultaneidade e inacessível à consciência.
- *Ub* (inconsciência) é a segunda inscrição, organizada em relações mais complexas (provavelmente segundo a associação por causalidade), que correspondem, talvez, às lembranças conceituais. Também inacessível à consciência.
- *Vb* (pré-consciência) é a terceira inscrição, ligada às representações verbais e correspondendo ao *ego oficial*. A partir do *Vb*, os investimentos se tornam conscientes segundo certas regras, e este é o único registro capaz de acesso à consciência. Trata-se de uma consciência-pensar que se faz por efeito só-depois (*Nachträglich*) ligado à ativação alucinatória de representações-palavra. Aqui, os neurônios-consciência são também neurônios-percepção.

As percepções (W) e a consciência (Bews) encontram-se dispostas nas extremidades do aparelho. As três inscrições ou registros (I) *Wz*, (II) *Ub* e (III) *Vb* estão dispostas seqüencialmente no meio. Mesmo distantes espacialmente, a percepção e a consciência estão ligadas e, mais uma vez temos que, a “percepção e a memória são funções que apresentam condições irreconciliáveis, tendo que ser atribuídas a sistemas diferentes” (Rudge, 1999, p. 14). Isto implica que apenas o último registro, já com o “domínio da linguagem, permite a consciência do psíquico e, portanto a rememoração e a história” (idem).

Freud, mantendo uma inspiração evolucionista, ressalta que as sucessivas inscrições representam “a realização psíquica de épocas sucessivas da vida. Na fronteira entre essas épocas deve ocorrer uma tradução do material psíquico” (Freud, 1896, p. 319). Quando determinada parte do material mnêmico não é traduzida nos registros subseqüentes, surgem as neuroses em geral. O recalque corresponde justamente a uma falha na tradução. A produção de desprazer acarretará uma defesa patológica, que se dá quando um traço de memória de uma fase anterior não for traduzido para a fase seguinte.

Quanto às lembranças, Freud afirma que elas são capazes de inibir a produção de desprazer pela ativação das inscrições de determinado evento que, quando era atual, causou desprazer. A lembrança evocada, quanto mais ela retorna, mais é inibida. Mas há um caso em que essa inibição é insuficiente. Isto ocorre somente com os eventos sexuais, isto porque as excitações sexuais que estes eventos proporcionam aumentam por si mesmos com o desenvolvimento sexual. A lembrança se comporta aí como se fosse um evento atual. Desta forma, o que determina a defesa patológica ou recalque é a característica sexual do evento.

Mas nem todas as experiências sexuais produzem desprazer e, sendo assim, a sua reprodução está ligada ao prazer. Os prazeres sem inibição constituem uma *compulsão*. Temos então que uma experiência sexual recordada em outra fase pode liberar prazer e se fazer acompanhar de uma compulsão ou pode liberar desprazer e ocasionar um recalque.

A principal questão a que Freud quer responder neste texto diz respeito às experiências sexuais que geraram prazer no momento que ocorreram e, quando são lembradas numa época posterior, geram desprazer em algumas pessoas e, em outras, persistem como compulsão. Freud já delineia uma concepção que está ligada à idéia de que a recordação não é jamais uma reprodução do acontecimento recordado, mas uma reinterpretação a partir de um novo ponto de vista, determinado pelas condições atuais.

O ataque histérico não será mais visto como uma descarga, mas sim como ação. E como ação ele será um meio de reprodução de prazer.

Neste texto, memória e temporalidade encontram-se ligados conceitualmente. Tempos diferentes articulam-se com o modo de funcionamento do aparelho psíquico. “Certos registros de experiências parecem ter ficado congelados num modo de inscrição e num tempo T_1 , e num novo tempo T_2 vigoram como obedecendo exclusivamente ao registro mnêmico temporal anterior” (Tanis, 1995, p. 46). O esquema apresentado na *Carta 52* é retomado e desenvolvido por Freud no capítulo VII de *A Interpretação dos Sonhos* em alguns de seus aspectos, assim como noções desta carta foram introduzidas no *Projeto*.

Em 1924²¹, Freud traça uma interessante analogia do aparelho psíquico com um “Bloco mágico”, um objeto inventado para se escrever ou desenhar, tal como este era confeccionado em sua época: uma prancha de resina ou cera castanho-escura, recoberta por uma folha dupla fina e transparente, cuja extremidade superior se encontra firmemente presa à prancha.

Com a metáfora do “*Bloco mágico*”, Freud traz um rico esclarecimento sobre os Sistemas Perceptivo e Mnêmico. Reafirmando as posições adotadas anteriormente em *A Interpretação dos Sonhos* (1900), diz: “temos um sistema *Pcpt.-Cs.*, que recebe percepções mas não retém traço permanentes delas (...) ao passo que os traços permanentes das excitações recebidas são preservados em “sistemas mnêmicos” que jazem por trás do sistema perceptual” (Freud, 1924, p. 286). Do mesmo modo, reafirma aqui, o que propôs em *Além do Princípio do Prazer* (1920): “o inexplicável fenômeno da consciência surge no sistema perceptual *em lugar dos* traços permanentes” (idem). Ou seja, a consciência aparece no lugar do traço mnêmico.

No Bloco mágico, a escrita ou o desenho é feito com um estilete sobre a folha de cobertura e querendo-se destruir o que foi escrito deve-se apenas levantar a folha de cobertura dupla com um puxão leve pela parte inferior livre. Dessa forma, sua superfície estará apta para receber novas impressões. Mas sobre a prancha de cera pode-se observar que ficam retidos traços permanentes do que foi escrito. Freud compara o Bloco mágico com o Aparelho Perceptual da mente humana, em virtude de ele estar sempre pronto a receber novas impressões e, ao mesmo tempo, com o sistema de memórias pronto a receber os traços mnêmicos, solucionando assim, o problema de se combinar as duas funções. A parte da cobertura de celulóide, é comparada ao Sistema *Pcpt-Cs* (Perceptivo-Consciência) e a prancha que fica por trás ao inconsciente como “órgão” de memória. Ou seja, o sistema percepção-consciência é comparado à folha que recebe a escrita que desaparece quando esta é levantada, e a memória é comparada à prancha de cera que preserva traços que só podem ser observados contra a luz.

Segundo Rudge, a analogia que Freud estabelece entre a memória constitutiva do inconsciente e os traços permanentes marcados na prancha de cera do Bloco mágico, falha em virtude de os traços da prancha serem inertes, enquanto os traços mnêmicos produzem efeitos. Embora os traços mnêmicos não

²¹ Freud, S. *Uma nota sobre o “Bloco mágico”*.

dêem origem a recordações, eles dão origem ao movimento do desejo inconsciente. Em suas palavras: “chegamos aqui a uma limitação do modelo metafórico da escrita, observada pelo próprio Freud. O papel dos traços mnêmicos das primeiras experiências, que se furtam à possibilidade de rememoração, é o de condição estruturante do desejo” (Rudge, 1999, p. 20-21).

3.4 O modelo metapsicológico de 1900

Passemos agora à consideração de *A Interpretação dos Sonhos* (1900), onde Freud propõe a tese de que o sonho é uma realização disfarçada de desejos inconscientes. A formação do sonho, o trabalho do sonho e sua interpretação foram estudados a partir de exemplos de sonhos, muitos deles do próprio Freud. Ele se coloca como sonhador, intérprete, teórico e narrador de 223 sonhos, dos quais 47 seus.

Pode-se dividi-lo em três partes. A primeira parte trata das teorias sobre o sonho que foram realizados antes de Freud. A segunda parte é dedicada ao método de interpretação dos sonhos, a teoria da formação do sonho, sua função e o trabalho do sonho. A terceira parte (capítulo VII) expõe a teoria do funcionamento do aparelho psíquico onde Freud elabora as instâncias de sua primeira tópica: os sistemas consciente, pré-consciente e inconsciente. Neste trabalho, nos deteremos mais na segunda e terceira partes.

Freud parte da afirmação inicial, o que não representa em si uma novidade, de que o sonho possui um sentido e é a realização de um desejo. As novidades introduzidas estão nas proposições de que os desejos realizados nos sonhos são inconscientes e de natureza sexual. Vimos nos *Estudos* e na parte II do *Projeto*, que a tese da sexualidade infantil já vinha sendo delineada. Na *Carta 69* de 1897, Freud afirmara: *não acredito mais em minha neurótica*. Mesmo antes dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), que costuma ser apontado como marco da entrada da sexualidade infantil, temos, em Freud, que a vida sexual não começa apenas na puberdade, as crianças “são capazes de todas operações sexuais psíquicas, e de muitas somáticas” (Garcia-Roza, 2002, p. 24).

O material de que o sonho se utiliza provém de nossas experiências, daquilo que foi vivenciado na vida de vigília. Esse material é recordado no sonho. As experiências infantis fornecem a principal fonte para este material. É importante ressaltar que não se trata aqui de experiências infantis relevantes ou extraordinárias. “Ao contrário, são pequenos fragmentos, detalhes sem colorido, experiências cinzas, pensamentos vagos e fugidios, que vão se constituir como matéria-prima dos sonhos” (idem, p. 26).

A memória que temos dos sonhos pode ser falseada de diversas formas. O sonho pode ser distorcido tanto por mutilação de seus elementos como por acréscimos posteriores. A tese central de Freud quanto aos sonhos é a de que não há nada de arbitrário nas modificações a que ele é submetido. O sonho possui dois registros diferentes, um primeiro registro acessível ao sonhador (consciente), denominado *conteúdo manifesto*. E um segundo registro que é inteiramente inacessível (inconsciente) denominado de *pensamentos latentes*. Só temos acesso ao conteúdo manifesto do sonho: um substituto distorcido dos pensamentos latentes. Freud propõe a expressão *trabalho do sonho* para designar o processo que visa transformar os pensamentos latentes em conteúdo manifesto. O *trabalho de interpretação*, ou simplesmente a *interpretação* consiste no oposto: parte-se do conteúdo manifesto para se chegar aos pensamentos latentes, ou seja, ao desejo inconsciente. Ao trabalho de interpretação se opõe sempre uma resistência. Para Freud, “tudo aquilo que perturba a continuação do trabalho analítico é uma resistência” (idem, p. 89). A *censura* é a responsável principal pela deformação do sonho e a *resistência* é a forma com que ela se faz presente. Os pensamentos latentes são censurados em primeiro lugar porque são desejos proibidos e em segundo lugar porque são construídos tal qual os pensamentos conscientes e por isso necessitam ser distorcidos. A deformação impede justamente o que não se quer, que sejam identificados.

O trabalho do sonho possui dois mecanismos importantes, efeitos da censura onírica: a condensação e o deslocamento. A condensação é “o mecanismo pelo qual o conteúdo manifesto do sonho aparece como uma versão abreviada dos pensamentos latentes” (idem, p. 92). A condensação efetua uma fusão entre pensamentos latentes diferentes. Por isso, o conteúdo manifesto é sempre menor do que o conteúdo latente. O deslocamento opera substituindo um elemento latente por um outro mais remoto e também “mudando o acento de um elemento

importante para outros sem importância” (idem, p. 94-5). Desta forma, alguns elementos podem escapar à censura. Garcia-Roza (2002) ressalta que estes mecanismos responsáveis pelo trabalho do sonho não se dão apenas nos sonhos, visto que são mecanismos fundamentais do inconsciente em geral.

O trabalho do sonho possui ainda dois outros processos responsáveis pela formação do sonho: a consideração à figurabilidade (ou representabilidade) do sonho e a elaboração secundária. Na consideração à figurabilidade ou simplesmente figuração há uma seleção de pensamentos latentes capazes de ser expressos em imagens visuais, ou seja, palavras são transformadas em imagens sensoriais. Na figuração, o trabalho do sonho procede regressivamente, e abandona o sentido progressivo que vai das impressões sensoriais aos pensamentos. A elaboração secundária é a modificação que o sonho sofre, no intuito de parecer coerente e compreensível. Trata-se, sobretudo de acréscimos que visam ligar fragmentos dispersos do sonho. Através dela, o sonho deixa de ser absurdo e incompreensível. Em *A Interpretação dos Sonhos* Freud colocou a elaboração secundária como fazendo parte do trabalho do sonho, entretanto, em 1923, no artigo *Psicanálise*, diz que a elaboração secundária não faz parte do trabalho do sonho visto utilizar-se de um material posterior e não dos pensamentos latentes. Para Garcia-Roza, a elaboração secundária “é uma espécie de interpretação anterior à interpretação que empreendemos após o despertar” (idem, p. 107), ela faz parte do trabalho do sonho e distorce os pensamentos latentes tanto quanto o fazem os outros mecanismos.

No capítulo VII, Freud retoma a sua construção metapsicológica, entretanto o faz numa linguagem inteiramente diversa do realizada no *Projeto*. Aqui, o referencial neurológico é abandonado e temos a psicanálise articulada à linguagem. Os lugares anatômicos são substituídos por lugares metafóricos; os lugares da primeira tópica freudiana são lugares psíquicos (cf. Garcia-Roza, 1988).

Novas hipóteses serão formuladas com o intuito de se conceber a estrutura do aparato anímico²², assim como o jogo de forças que nele opera. O *aparelho psíquico* ou *aparelho anímico*, como muitas vezes Freud prefere usar, será composto por instâncias ou sistemas que possuem um sentido ou direção. A

²² Na chamada primeira tópica, Freud emprega alternadamente os termos “aparelho psíquico” (*psychischer Apparat*) e “aparelho anímico” (*seelischer Apparat*).

atividade psíquica inicia-se a partir de estímulos internos ou externos e termina em enervações (que aqui indicam um processo que tende para a descarga motora). A primeira representação feita por Freud traz o aparelho psíquico composto por dois sistemas: o Sistema perceptivo (Pcpt) e o Sistema motor (M). Ou seja, ele possui uma extremidade sensória (que recebe percepções) e uma extremidade motora (de acesso à atividade motora). “Os processos psíquicos, em geral, avançam da extremidade perceptual para a extremidade motora” (Freud, 1900, p. 573). O aparelho psíquico deve ser construído como um aparelho reflexo, pois os processos reflexos lhe servem de modelo.

Como o aparelho é também capaz de memória, uma primeira diferenciação é feita na extremidade sensória, ou seja, no pólo perceptivo. Restam traços das percepções que chegam ao aparelho psíquico, que são os *traços de memória*. Os traços de memória consistem em “modificações permanentes dos elementos dos sistemas” (idem, p. 574). Neste ponto, Freud reafirma que um só e mesmo sistema será incapaz de reter modificações permanentes e ao mesmo tempo permanecer aberto a modificações. Por isso, essas duas funções devem ser atribuídas a sistemas diferentes. Um primeiro sistema recebe os estímulos perceptivos e “um segundo sistema transforma as excitações passageiras do primeiro sistema em traços permanentes” (idem). Memória e consciência são mutuamente exclusivas, ou seja, não se confundem.

É errôneo pensar que retemos apenas o conteúdo das percepções que chegam ao sistema perceptivo, é preciso levar em conta as ligações estabelecidas na memória entre as percepções. Tais ligações ocorrem em primeiro lugar em virtude da simultaneidade da ocorrência e segundo o princípio que Freud chama de *associação*.

O sistema perceptivo, encarregado de receber os estímulos perceptivos, não os registra nem os associa, em virtude de terem que estar permanentemente abertos para receber novos estímulos. Sendo incapaz, portanto, de qualquer memória. Os sistemas mnêmicos subsequentes é que são capazes de armazenamento e associação em seu interior. Após receberem as excitações do primeiro sistema, transformam-nos em traços permanentes. Uma associação entre os traços pode se dar tanto pela diminuição da resistência, como pelo assentamento de caminhos facilitadores.

Quando uma associação ocorre, uma excitação é transmitida mais facilmente de um elemento mnêmico a outro. A necessidade da existência de vários sistemas mnêmicos é explicada pelo fato de que a excitação transmitida pelo sistema perceptivo “deixa uma variedade de registros permanentes diferentes”. O primeiro sistema mnêmico, por exemplo, conterà os registros das associações que ocorrem em virtude da simultaneidade do tempo. O mesmo material perceptivo estará disposto nos outros sistemas mnêmicos de acordo com outros tipos de registros, como a similaridade, etc.

O sistema perceptivo supre a consciência com toda a multiplicidade das qualidades sensoriais e não possui memória. Já a memória, ou melhor, todo o material mnêmico é inconsciente (adjetivamente) e enquanto tal produz efeitos. O que é denominado o “caráter” de uma pessoa baseia-se nos traços de memória das impressões sofridas por esta pessoa. As impressões com poder de maior efeito são justamente as da primeira infância. Estas dificilmente se tornam conscientes enquanto tais.

Segundo Fernandes (2001), em *A Interpretação dos Sonhos* a memória é fundante do aparelho psíquico: primeiro há a memória, depois, em decorrência dela, surge o aparelho psíquico. A memória não é entendida como uma propriedade, que surge depois do aparelho psíquico constituído. Ela é pré-condição para que ele se forme. “Para Freud, não há *psíquico* sem memória” (Garcia-Roza, 2002, p. 45).

A montagem do aparelho psíquico se apoia agora no que Freud já pôde inferir acerca dos sonhos. O entendimento da elaboração onírica (trabalho do sonho) levou à hipótese de duas instâncias psíquicas, “uma das quais submeteu a atividade da outra a uma crítica que envolveu a sua exclusão da consciência” (Freud, 1900, p. 576).

O quadro esquemático do aparelho psíquico se completa com a introdução dos sistemas pré-consciente e inconsciente. O pré-consciente situa-se na extremidade motora. Nele ocorrem processos excitatórios que podem ingressar na consciência, a partir de certas condições, como, por exemplo, determinado grau de intensidade alcançado. Ele é também o sistema do movimento voluntário. O sistema subjacente a ele é o inconsciente, que “não tem acesso à consciência *exceto por via do pré-consciente*” (idem, p. 577).

Em uma nota de rodapé acrescentada em 1919, Freud corrige o seu esquema ligando a atividade consciente ao processo perceptivo. Pcpt. é igual a Csc., afirma, enquanto em 1900 ficavam em extremidades opostas do esquema. Fernandes (2001) nos esclarece que, ao atribuir a Consciência ao sistema perceptivo, o esquema torna-se anelar, os sistema percepção e consciente se unindo. E que tal correção é problemática, visto que o esquema inicial possui um sentido determinado, progressivo-regressivo dos processos psíquicos. Os processos psíquicos caminham do inconsciente para o pré-consciente e deste para a consciência. Garcia-Roza (2002) ressalta que no *Projeto* o sistema percepção-consciência constitui uma unidade, em 1900 e na Carta 52 ele se encontra topicamente separado nos dois extremos do aparelho. Apenas na segunda tópica que será elaborada em 1923 no artigo *O Eu e o Isso*, o problema será efetivamente resolvido com a percepção e a consciência sendo um mesmo sistema.

A partir do capítulo VII de *A Interpretação dos Sonhos* (até a segunda tópica) o termo inconsciente deixa de ser empregado como adjetivo, ou seja, aquilo que está fora do campo atual da consciência e passa a ser empregado como substantivo, designando um sistema do aparelho psíquico.

Após a elaboração de seu esquema Freud se volta novamente para o sonho e afirma que o impulso à formação do sonho se localiza no sistema inconsciente. Não se pode esquecer, ressalta, que pensamentos oníricos pertencentes ao sistema pré-consciente também participam da formação do sonho. Mas, em função do desejo onírico, temos que a força motivadora para a formação de sonhos advém do inconsciente, “ponto de partida da formação onírica” (Freud, 1900, p. 578). A diminuição da censura durante o sono possibilita que o desejo inconsciente, que quer acesso à consciência, se ligue a pensamentos oníricos pertencentes ao Pcs/Cs. O processo de excitação ocorre normalmente na vigília, ou seja, percorre o sentido progressivo. Nos casos de sonhos e alucinações, a excitação se dá de forma inversa, ou seja, “se movimenta numa direção para trás. Em vez de ser transmitida na direção da extremidade motora do aparelho, ela se movimenta no sentido da extremidade sensória e atinge finalmente o sistema perceptivo” (idem). Havíamos abordado a noção de regressão anteriormente quando tratamos da figuração no sonho. Nos deteremos nela mais um pouco.

Os sonhos e alucinações são explicados pelo caráter regressivo que possuem. Esta regressão não ocorre apenas nos sonhos. O movimento

retrogressivo do aparelho psíquico se encontra também na rememoração intencional e em outros processos do pensamento, e se dá a partir de um “ato ideacional complexo para a matéria-prima dos traços de memória subjacentes a ele” (idem, p. 579). No entanto, no estado de vigília, o movimento regressivo nunca se estende além das imagens mnêmicas, o que significa que não consegue produzir uma revivificação alucinatória das imagens perceptuais, como ocorre no sonho. A regressão acontece num sonho, quando uma idéia é novamente transformada na imagem sensorial da qual se derivou originalmente: “na regressão, a contextura dos pensamentos oníricos é reduzida à sua matéria-prima” (idem, p. 579-80).

O conceito de regressão explica o fato de o sonho manifesto apresentar-se como confuso, desconexo e contraditório, isto porque “ao retornar da extremidade motora do aparelho até à extremidade sensória atingindo o sistema perceptivo, ela [a excitação] passa do Pcs/Cs para o Ics, onde as relações lógicas dominantes no Pcs/Cs não possuem nenhum valor” (Garcia-Roza, 1988, p. 81).

Freud reafirma a dimensão do papel desempenhado nos pensamentos oníricos pelas experiências infantis e fantasias nelas baseadas, e diz que talvez possa ser possível explicar a transformação de pensamentos em imagens visuais nos sonhos pela atração que lembranças infantis visuais ávidas por ressurgimento aplicam sobre pensamentos desligados da consciência. Daí, sua descrição de um sonho será o de “*um substituto de uma cena infantil, modificada por ter sido transferida para uma experiência recente*” (Freud, 1900, p. 582). As cenas infantis e as fantasias funcionam como modelo para o conteúdo do sonho.

Em suma, a regressão no sonho é a “propensão peculiar dos sonhos em refundir seu conteúdo ideacional em imagens sensoriais” (idem, p. 583). Para Freud, a regressão, onde quer que ela ocorra, é “efeito da resistência à entrada de determinados pensamentos na consciência, assim como da simultânea atração exercida sobre eles por traços mnêmicos que subsistem *com vivacidade sensorial*” (Garcia-Roza, 2002, p. 172).

Num acréscimo feito ao texto *A Interpretação dos Sonhos* em 1914, Freud afirma que a regressão desempenha um importante papel não apenas nos sonhos, mas também na formação dos sintomas neuróticos e que ela, mesmo sendo apenas uma, ocorre em três registros diferentes: o tópico, o temporal e o formal. No registro *tópico* há uma mudança do sistema pré-consciente/consciente para o

inconsciente, ou seja, a energia regride em vez de progredir no modelo do aparelho psíquico do Capítulo VII; no registro *temporal* há um retorno a estágios anteriores; e no registro *formal* há uma modificação do modo de expressão. Os modos de expressão mais primitivos substituem os modos de expressão habituais.

Para Freud, a regressão também nos aponta para além da infância individual de cada um, para uma infância filogenética comum a toda a humanidade. Devido à importância desta postulação e de sua originalidade, trataremos deste ponto no capítulo 6.

Freud reserva uma seção do texto *A Interpretação dos Sonhos* para sistematizar as questões relativas à realização de desejos do sonho. De onde, pergunta-se, provem os desejos que se realizam nos sonhos? São quatro as possibilidades. A primeira aponta um desejo que foi despertado durante o dia e não satisfeito por motivos puramente externos. Trata-se de um desejo admitido, proveniente do pré-consciente. Na segunda possibilidade, o sonho advém de um desejo proveniente do dia, que foi repudiado e depois suprimido. O mecanismo da supressão não se confunde com o recalque, ele pertence ao Pcs/CS e não ao Ics. A terceira possibilidade aponta para um desejo proveniente do inconsciente recalcado. Ele não é atual e se torna ativo somente durante o sono. A quarta e última fonte de desejos oníricos é aquela em que “moções de desejo (...) surgem durante a noite, estimuladas, por exemplo, pela sede ou pelas necessidades sexuais” (idem, p. 175). É importante ressaltar que um desejo Pcs/Cs somente será capaz de induzir um sonho caso ele receba um reforço proveniente do inconsciente. Ou seja, um desejo insatisfeito proveniente do dia apenas contribui para o sonho, ele não é capaz de sozinho produzir um sonho.

Outras atividades psíquicas também participam da indução de sonhos. Por exemplo, os restos diurnos pré-conscientes que podem ser de diferentes tipos, tais como, problemas não resolvidos, tarefas incompletas, pensamentos suprimidos, etc. Entretanto, os restos diurnos somente induzem um sonho se aliados a um desejo inconsciente que os reforce.

Para esclarecer as questões que surgem em torno dos sonhos penosos e pesadelos, Freud afirma que os sonhos penosos são penosos para o sistema Pcs/Cs e ao mesmo tempo realizam desejos do sistema Ics. Os sonhos penosos também realizam desejos.

A noção de *experiência de satisfação* retorna aqui, depois de ter sido exposta no *Projeto* como ligada ao estado de desamparo original do ser humano. A eliminação da tensão advinda dos estímulos internos dá lugar à chamada experiência de satisfação. Através da experiência de satisfação chegaremos ao desejo em Freud. Em suas palavras, temos que, “um componente essencial desta experiência de satisfação é uma percepção particular (...) cuja imagem mnemônica permanece associada, daí por diante, ao traço de memória da excitação produzida pela necessidade” (Freud, 1900, p. 602). Um elo é estabelecido, e na vez seguinte em que a necessidade surgir, um impulso psíquico procurará re-investir a imagem mnemônica da percepção e re-evocar a própria percepção, restabelecendo a situação da satisfação original. Tal impulso será o que se denomina *desejo*. O aparelho mental será posto em ação por um desejo, sendo o pensamento um substituto de um desejo alucinatório. Temos então, que o desejo - uma corrente que começa do desprazer e visa o prazer - é capaz de colocar o aparelho em movimento. Freud afirma que o primeiro desejo parece ter sido um investimento alucinatório da lembrança de satisfação.

No início desta seção afirmamos que um jogo de forças opera no aparato anímico. O aparelho psíquico possui uma estrutura própria, princípios de funcionamento e limites definidos. No entanto, ele não é isolado da realidade externa e mantém com ela trocas energéticas. O aparelho psíquico se depara com um *estado de urgência* imposto pela realidade. E, ao mesmo tempo, uma realidade interna ao aparelho lhe faz exigências.

Neste ponto, Freud aborda os processos primário e secundário, dois modos de funcionamento do aparelho psíquico. Do ponto de vista tópico “o processo primário caracteriza o sistema inconsciente e o processo secundário caracteriza o sistema pré-consciente–consciente” (Laplanche & Pontalis, 1983, p. 474). O processo secundário resulta de uma modificação do processo primário, no entanto, jamais o substitui. Do ponto de vista econômico–dinâmico, o processo primário escoia sua energia livremente e o processo secundário mantém a energia ligada.

O princípio fundamental de regulação do aparelho psíquico é o *princípio do prazer*, que em *A Interpretação dos Sonhos* é ainda denominado princípio de desprazer. Dependente dele há o princípio de realidade.

É importante assinalarmos que, a partir das reformulações metapsicológicas realizadas por Freud em 1920²³, o infantil perde o lugar exclusivo como causa do sonho. Em alguns casos, no dos sonhos das neuroses traumáticas, por exemplo: “O sonho passa a ter como seu móvel acontecimentos do presente (...). Em vez do passado, é o presente com as surpresas e os acontecimentos imprevisíveis que nos apresenta, que toma precedência na formação onírica” (Rudge, 2002, p. 7).

²³ Que veremos no capítulo 7, adiante: Recordar ou Repetir?.

Capítulo 4

Memórias de infância e lembranças encobridoras

Quando intencionamos rememorar nossa primeira infância, e sobre ela discorrer, ocorre, o mais frequentemente, depararmos com um vasto esquecimento, poucas e fragmentadas lembranças. O fenômeno da amnésia infantil, conhecido desde muito antes da invenção da psicanálise, fora explicado em termos de uma imaturidade funcional do cérebro infantil para registrar impressões. Freud não se contentou com esta explicação. Já vimos que, para ele, os traços mnêmicos são resíduos de percepções da primeira infância, ou seja, há fixação de impressões desta fase. Entretanto, são traços inconscientes e como tais, não são rememorados. Apenas as recordações pré-conscientes podem vir a ser lembradas. A dificuldade ou mesmo impossibilidade de recordarmos fatos de nossos primeiros anos de infância é consequência de um recalçamento.

Além do recalque que incide sobre a grande maioria de nossas lembranças dos primeiros anos da infância, existe a recordação de outras que servem para esconder as lembranças realmente significativas associadas a afetos e desejos infantis. São as *lembranças encobridoras*, postuladas por Freud em 1899: um processo de deslizamento de pensamentos e desejos recalçados. O valor de tais lembranças não se deve a seu próprio conteúdo, mas às relações existentes entre este conteúdo e um outro, que foi recalçado. A lembrança encobridora é uma recordação infantil caracterizada ao mesmo tempo pela especial nitidez com que é recordada e uma aparente insignificância de conteúdo. Sua análise leva a experiências infantis marcantes e a fantasias inconscientes (cf. Laplanche & Pontalis, 1983).

O período de amnésia infantil perdura (com grandes variações) até o quinto ano de vida. Somente a partir do sexto ou sétimo ano em diante, Freud considera a possibilidade de um fluxo contínuo de lembranças encadeadas de nossas vidas. Serão, então, retidas na memória aquelas experiências que tiverem importância psíquica. Entretanto, a relação entre a importância psíquica de um evento e sua rememoração será abandonada em determinados quadros patológicos como, por exemplo, na histeria.

Para Freud, a partir de três ou quatro anos de idade, não haveria motivo para a ocorrência de uma amnésia, visto que o funcionamento mental da criança já se encontra bastante organizado, tanto em termos da possibilidade de realizar comparações e inferências, como na expressão de sentimentos.

Chamaram a atenção de Freud, os relatos de primeiros fatos rememorados da infância sem qualquer significação maior, que não provocaram qualquer efeito emocional, em detrimento de outros que aconteceram no mesmo período e que na época trouxeram grande comoção, segundo o relato de adultos que cuidavam da criança. Trata-se de um processo em que se retém o fato indiferente e se suprime o fato importante. Duas forças psíquicas participam deste processo: uma baseada na rememoração devido à importância da experiência e outra que tenta impedir a evidência de tal preferência, a resistência. Não há predomínio de nenhuma das forças, mas uma conciliação entre elas: o que é registrado não é a experiência relevante, e sim um outro elemento psíquico intimamente associado ao elemento desagradável. Ocorre uma associação e um deslocamento que resultam numa outra imagem mnêmica que não aquela importante. Desta forma, os elementos sem importância de uma experiência encobrem os elementos essenciais desta mesma experiência.

Freud ressalta que os processos envolvidos na construção de nossas recordações são análogos à formação dos sintomas histéricos. Não apenas na histeria, mas em qualquer sintoma neurótico temos a ocorrência de um conflito, um recalque e uma substituição que envolve uma conciliação das forças presentes.

Fantasias inconscientes também dão origem a lembranças infantis. São construções inconscientes de uma fantasia ou conjunto de fantasias, que são remetidas à infância. Segundo Freud, um trabalho quase ficcional. Em tais casos a lembrança infantil é o produto de fantasias, entretanto isto não retira sua autenticidade. Diante disto, Freud afirma que não há garantia possível acerca da exatidão dos dados produzidos por nossa memória, já que todas as recordações partilham em algum grau da mesma estrutura das recordações encobridoras.

As lembranças não são uma repetição exata da impressão originalmente recebida. Muitas vezes, em suas recordações, o sujeito é percebido como um objeto entre outros objetos, ocorrendo aí um contraste entre o ego que atua e o ego que recorda. Nestes casos a impressão original foi superelaborada. As lembranças de infância possuem um caráter predominantemente visual. Uma forma plástica e

visual posterior reveste um traço de memória da infância, não havendo, na realidade, uma reprodução da impressão original na consciência.

Segundo Rudge, as lembranças encobridoras são inseparáveis das fantasias, não havendo coincidência entre o conteúdo da recordação e uma possível impressão original. Isto foi explicado, como já mencionamos, pelo fato de o sujeito estar “posicionado como um observador à cena rememorada, na qual participa como uma criança” (Rudge, 1999, p. 23). Para a autora, esta característica da lembrança encobridora é a mesma que Freud reconhecerá posteriormente na fantasia. Essa característica também se encontra presente em muitos sonhos, aqueles em que nos vemos como personagens.

Em função da relação temporal estabelecida entre os fatos rememorados e os encobertos, as lembranças encobridoras foram classificadas como *regressivas* (retroativas ou retrocedentes) ou *progressivas* (adiantadas ou avançadas). Nestes casos, a impressão importante se encontra à frente ou atrás da lembrança encobridora. A lembrança encobridora pode ligar-se à impressão encoberta também pela contigüidade temporal, por isso as recordações são denominadas de *simultâneas* ou contíguas. Poderão ser também *positivas* ou *negativas* (ou refratárias), de acordo com a relação estabelecida entre o conteúdo e o material suprimido.

O mesmo acontece com as memórias falsificadas: os traços de memória que levaram à falsificação permanecem desconhecidos em sua forma original. Tais memórias não são completas invenções, pois transferem um evento para um lugar que não ocorreu, fundem duas pessoas em uma, substituem uma pessoa por outra, juntam duas experiências que ocorreram separadamente, etc. As falsificações não se dão por acaso e estão a serviço do recalque.

A partir de todos estes fatos, Freud propõe uma diminuição da distinção entre as lembranças encobridoras e as outras lembranças infantis e questiona se realmente temos alguma lembrança *da* nossa infância. Afirma que talvez tenhamos apenas lembranças *relativas* à nossa infância. As lembranças infantis não retratam fielmente os fatos, pois sofrem influência dos períodos posteriores no qual surgiram. Foram formadas posteriormente e não emergem tal como aconteceram. A formação e a seleção das lembranças estão longe de uma precisão histórica, são inúmeros os motivos que participam de sua composição.

O esquecimento de nomes próprios seguidos da ilusão de recordação, pela lembrança de nomes substitutos falsos, é também comparado com as lembranças encobridoras. Ambos os casos se referem a falhas no recordar. No caso de esquecimentos de nomes, sabemos que os nomes que lembramos não são os corretos, no caso das lembranças encobridoras ficamos surpresos por possuí-las. A substituição ocorre da mesma forma nestes dois casos: por deslocamento.

Da mesma forma, há uma analogia entre as lembranças infantis e as lembranças dos povos, preservadas em lendas e mitos. Em ambas há uma elaboração posterior que é capaz de sofrer a influência de uma gama enorme de novas formas psíquicas.

Como já dissemos, Freud não aceitou a explicação da imaturidade funcional do cérebro da criança para explicar a amnésia infantil e postulou o recalque para tanto. Hoje, estudiosos da memória (cf. Izquierdo, 2002) acreditam que os primeiros tipos de memória que surgem na criança recém-nascida sejam a memória de trabalho e a memória de curta duração. Aos poucos, começam a ter memórias de maior duração; a partir de dois, três meses de idade, já sorriem em resposta a pessoas ou situações agradáveis.

A partir de um ano de idade as crianças normalmente já falam, mas ainda não entendem que as frases possuem significados diferentes daqueles das palavras isoladas. Entre um ano e meio e três anos, há uma fase mista em que a criança tanto usa conhecimentos diretos, como já começa a metaforizá-los, usando a linguagem. Os seres humanos utilizam a linguagem de forma continuada, natural e apropriada somente a partir dos três anos de idade, antes disso, normalmente, estão imersos num mundo pré-lingüístico. A memória das crianças pequenas será então uma memória predominantemente de imagens e sensações que não estão ligadas a nenhuma língua. Por isso, há hoje um consenso entre os pesquisadores da memória (idem) acerca da importância da linguagem para a possibilidade de lembranças infantis, ou seja, acreditam que as pessoas não se recordam de sua primeira infância porque ainda não possuíam linguagem. A maturação cerebral e o acúmulo de memórias, entre outros fatores, apenas contribuem para a amnésia infantil, entretanto, o “divisor de águas” das memórias intraduzíveis para aquelas traduzíveis é o aparecimento da linguagem. Tal fato não diminui a importância das memórias pré-lingüísticas, visto serem estas fundamentais para o nosso desenvolvimento. Nas palavras de Izquierdo, “foi muito antes de saber língua

alguma que aprendemos o que é a fome, o que se faz para saciá-la, quem é a mãe, quem é o pai, o que é a dor e como responder a ela, o que é o prazer em um sentido genérico (...), etc” (Izquierdo, 2002, p. 90).

O caso clínico *O Homem dos Lobos* é um texto importante para o nosso estudo do papel da memória na teoria freudiana, visto que é a tentativa de, a partir de um sonho, reconstruir um evento que teria se dado na primeira infância do paciente e do qual este não tinha qualquer lembrança.

No relato deste caso clínico, Freud estabelece uma analogia entre as construções que são feitas em análise e as lembranças encobridoras. Aqui, um sonho possui importância central: o sonho do lobo, cuja interpretação atesta o testemunho de um ato sexual nos primeiros anos de vida. Freud esclarece que “essas cenas de infância não são reproduzidas durante o tratamento como lembranças, são produtos de construção” (Freud, 1914, p. 70). Num tratamento bem sucedido, o paciente traz à tona um grande número de recordações espontâneas da sua infância. Estas lembranças inconscientes não são, necessariamente, verdadeiras, sendo muitas vezes, “distorções da verdade, intercaladas de elementos imaginários, tal como as assim chamadas lembranças encobridoras” (idem). As cenas que datam de um período muito prematuro e possuem um conteúdo semelhante (cena primária), são, via de regra, construídas gradativamente a partir de um conjunto de indicações e não realmente lembradas. Freud ressalta, entretanto, que tais cenas não são necessariamente fantasias por não aparecerem na forma de recordações, pois lembranças substituídas por sonhos equivalem a recordações:

sonhar é outra maneira de lembrar, embora sujeita às condições que governam à noite e as leis da formação de sonhos (...) as primeiras lembranças da infância ‘não se conseguem mais’ como tais (...) são substituídas na análise por ‘transferências’ e sonhos (idem, p. 71).

Em 1910, Freud faz uma incursão no terreno da biografia, ao escrever *Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância*.

Neste texto, uma parte importante é dedicada à recordação mais antiga de Leonardo: a visita que fez, a seu berço, uma ave de rapina (um milhafre), que abriu a boca do bebê com a cauda, e com ela fustigou seus lábios várias vezes. Freud cometeu o equívoco, a partir de um erro de tradução, de denominar a ave de “abutre”, quando se tratava de um milhafre. Isto provocou muitas críticas e

questões acerca da interpretação feita por Freud sobre a recordação de Leonardo, para a qual se utilizou do papel do abutre na mitologia egípcia.

Para Freud, a essência e o segredo da natureza de Leonardo advém do fato de que seus interesses sexuais infantis foram sublimados e se transformaram em interesses pela pesquisa. Ao discutir sobre a possibilidade da lembrança de Leonardo ter efetivamente acontecido ou ser uma fantasia, Freud nos diz que dificilmente podemos, com clareza, separar a lembrança da fantasia, visto que as lembranças são alteradas e falsificadas em virtude de interesses posteriores. O que isto quer dizer é que nossas lembranças serão sempre tingidas por nossos desejos e interesses atuais.

Freud compara a memória consciente do homem adulto a uma *crônica dos acontecimentos da época*, enquanto suas lembranças de infância correspondem à história das origens de uma nação, compiladas posteriormente, de forma tendenciosa.

Os restos de recordações - que podem tanto ser lembranças quanto fantasias - encobrem valiosos testemunhos dos traços mais importantes do desenvolvimento mental e, através da técnica psicanalítica, é possível trazer à tona esses elementos e *preencher a lacuna* existente na história que se está analisando. Segundo Freud, o “objetivo ao analisar uma fantasia da infância é o de separar o elemento mnêmico real que ela contém dos motivos posteriores que o modificam e distorcem” (Freud, 1910, p. 84).

Outro ponto importante destacado neste texto é o fato de que, para Freud, nos primeiros três ou quatro anos de vida, certas impressões tornam-se fixadas, estabelecendo-se, a partir daí, formas de reações para com o mundo exterior que jamais perdem importância devido a experiências posteriores. Em suas palavras: “as lembranças ininteligíveis da infância de uma pessoa, e as fantasias que dela resultam, invariavelmente gravam os elementos mais importantes do desenvolvimento mental” (idem, p. 85).

O fato de impressões, desejos, pensamentos e realizações da primeira infância serem na maior parte das vezes esquecidas, não diminui em absoluto sua importância. Suas marcas e influências estão presentes em todas as fases posteriores da vida.

Em seu último livro, *Esboço de Psicanálise*, que permaneceu inacabado, Freud realiza uma síntese de seu pensamento “no tocante ao aparelho psíquico, à

teoria das pulsões, à sexualidade, ao inconsciente, à interpretação dos sonhos e à técnica psicanalítica” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 180). Para nosso estudo, este trabalho é particularmente importante nas questões relativas a dois pontos: a amnésia infantil e as construções em análise. Podemos ainda destacar uma observação a respeito da memória nos sonhos.

Freud retoma o tema da amnésia infantil, fase em que os acontecimentos de um período primitivo são esquecidos, exceto alguns poucos resíduos. O Eu começa a diferenciar-se do Isso no primeiro período da infância, que é também o da primeira aflorescência sexual, que chega ao fim com o período de latência. Não é por acaso ser também este período inicial vítima da amnésia infantil. Em virtude disto, Freud afirma: “a criança psicologicamente é pai do adulto (...) os acontecimentos de seus primeiros anos são de importância suprema em toda a sua vida posterior” (Freud, 1938, p. 215). Certas experiências e impressões de caráter sexual, que são recalçadas e buscam retornar como lembranças, constituem o determinante para a compulsão neurótica.

O fato de a experiência central dos primeiros anos de infância ser completamente esquecida dificulta a crença na reconstrução durante o trabalho da análise. O preenchimento consciente de lacunas na percepção – a construção – não significa que se tenha conseguido tornar consciente o material inconsciente.

O material utilizado na análise virá de várias fontes: informações do paciente, livre associação, da transferência, interpretação de sonhos e lapsos. Tudo isto será útil para se fazer construções acerca do que aconteceu ao paciente e foi esquecido, assim como fatos que acontecem no momento presente e não são compreendidos. É fundamental a escolha “certa” do momento (naturalmente difícil de decidir) de dizer ao paciente as explicações e construções a que chegou o analista. Escolher a hora “errada” para tal comunicação provocaria uma violenta irrupção da resistência, tornando o trabalho mais difícil, ou mesmo impedindo-o. Caso tudo ocorra no tempo adequado, o paciente confirmará a construção do analista e recordará o acontecimento interno ou externo que esqueceu.

Ainda neste texto, Freud afirma que a memória é mais ampla nos sonhos do que na vigília, em virtude de os sonhos trazerem à tona recordações que são inacessíveis quando se está acordado. A memória freqüentemente reproduz em sonhos impressões da tenra infância que não foram apenas esquecidas, como já sabemos, foram recalçadas.

Capítulo 5

O esquecimento como fruto do recalque

O esquecimento é uma das formas que pode assumir um ato falho. Entretanto, nele, não se trata de um “esquecimento estrutural” como o das primeiras experiências da infância.

Em *A Psicopatologia da Vida Cotidiana* (1901), Freud investiga fenômenos corriqueiros da vida cotidiana, tais como: esquecimentos, lapsos e outros atos falhos, demonstrando que a ação da psicanálise não está restrita a patologias. Tratava-se de indicar “o domínio permanente do inconsciente sobre a totalidade da vida consciente” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 617). Nele, Freud explora as razões inconscientes de um esquecimento e, através da livre associação, tal como faz com os sonhos, relaciona o conteúdo do esquecimento ou o objeto do ato falho com um elemento recalado.

Segundo Roudinesco & Plon, “o paralelismo estabelecido entre os mecanismos em ação nos atos falhos, de um lado, e nos sonhos, de outro, evidencia a inexistência de uma diferença fundamental entre o homem neurótico e o homem normal” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 620). A própria proximidade dos termos do título deste livro, “patológico” e “cotidiano”, mostra isto.

O *ato falho* atesta o aparecimento de um determinado ato imprevisto, “acidental”, que vai contra a intenção de quem o pratica. Ele possui a estrutura de um sintoma, visto que há um compromisso entre a intenção consciente e o desejo inconsciente (recalado). Daí Freud chamá-lo de *ato sintomático*. O esquecimento é apenas uma das formas nas quais se apresentam os atos falhos. As outras formas são os lapsos de fala, leitura e audição, descumprimento de uma intenção, incapacidade de encontrar um objeto, perdas e certos erros. Os atos falhos são muitas vezes acompanhados por outros pequenos fenômenos secundários, “que põem em jogo o corpo, o gestual, a emoção visível num rosto, a impaciência, a repetição do ato falho ou um segundo lapso” (Kaufmann, 1996, p. 56).

Freud inicia *A Psicopatologia da Vida Cotidiana* com uma investigação profunda acerca do esquecimento de nomes. Para ele, as condições necessárias para se falar no esquecimento não acidental de um nome, quando o esquecimento

é acompanhado de ilusão de memória²⁴, são três: a tendência a esquecer esse nome, a existência de um recalque recente e a possibilidade do estabelecimento de uma associação entre o nome em questão e o objeto do recalque. Não há uma separação teórica entre os casos em que o esquecimento de nomes é acompanhado por ilusão de memória e os demais. É sempre interessante observarmos que os nomes substitutos que surgem são reconhecidos imediatamente como incorretos, afirma Freud. Houve aí um deslocamento no processo de reprodução, que conduziu a um substituto incorreto. Este deslocamento não ocorre arbitrariamente no psiquismo, visto que “segue vias previsíveis que obedecem a leis” (Freud, 1901, p. 19).

As palavras estrangeiras que são objeto de esquecimento também são analisadas. Do mesmo modo, nomes e seqüência de palavras em nossa própria língua. A esse respeito, Freud nos diz, “o comum a todos esses casos, independentemente do material, é o fato de o esquecido ou distorcido estabelecer uma ligação por alguma via associativa, com um conteúdo de pensamento inconsciente” (idem, p. 35).

O mesmo processo se aplica tanto ao esquecimento de nomes próprios, como ao esquecimento de prenomes, palavras estrangeiras ou seqüência de palavras. O esquecimento de nomes é relacionado a possíveis complexos (grupo de pensamentos): complexo pessoal, complexo profissional, complexo familiar, e também pela auto-referência, que nos “obriga” a comparar conosco tudo o que ouvimos a respeito de outras pessoas.

Ainda pode haver outros motivos de esquecimentos de nomes, como um ressentimento sublimado contra seu portador, ou um sintoma histérico. Não apenas os motivos de esquecimento de nomes, mas também o mecanismo é-nos interessante, como nos casos em que a semelhança fonética e a homofonia tocam em outro nome. Outro fato curioso é o do esquecimento “coletivo”, onde existe um contágio relativo ao esquecimento de nomes.

Em resumo, são dois os principais tipos de esquecimentos de nomes: os casos em que o próprio nome toca em algo desagradável; o nome se liga a outro nome que tem esse efeito.

Uma distinção é estabelecida entre o esquecimento de impressões e experiências (um saber) e o esquecimento de intenções (omissão de um fazer). Em

²⁴ Paramnésia: surgimento de um nome substituto incorreto.

ambos os casos o esquecimento se baseia num motivo de desprazer: “A tendência a esquecer o que é desagradável me parece inteiramente universal”, afirma Freud. (idem, p. 134).

Analisando sua própria memória, Freud nos diz que a memória inconsciente é muito mais rica do que a memória consciente. E que o esquecimento de impressões, tal qual o esquecimento de nomes, pode também ser acompanhado por falsas recordações, ou seja, de ilusões de memória. Na paranóia a ilusão de memória desempenha o papel de um fator constitutivo na formação do delírio. Em seu modo de funcionamento, o paranóico rejeita qualquer idéia do accidental enquanto manifestação advinda de outrem. Mas em relação a si próprio não considera o mesmo. O paranóico, afirma Freud, “projeta na vida psíquica dos outros o que acontece em sua própria vida em estado inconsciente” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 620).

Determinados descuidos (quebrar algo, usar a chave errada, ir ao endereço errado, etc) são aceitos, de um modo geral, pelas pessoas que o cometem, com tal impassividade, que isto, certamente, pode ser tomado como prova do propósito inconsciente por trás da realização desses atos. Tais atos desempenham o papel de sintomas. São acontecimentos insignificantes que, no entanto, são determinados por pensamentos inconscientes.

Os erros de memória derivados do recalçamento devem ser inteiramente distintos dos casos em que há realmente ignorância. É também possível a combinações dos atos falhos, como por exemplo, um esquecimento com um erro.

Freud reafirma o determinismo motivado pelo inconsciente e estabelece as condições para que determinado fenômeno pertença à categoria de ato falho: ele deve se situar dentro dos limites considerados normais; ser uma perturbação temporária; é preciso que sejamos capazes de realizar a mesma tarefa de forma mais competente; não sentirmos nele (ato falho), nenhuma motivação, o que significa sermos tentados a explicá-lo como desatenção ou causalidade.

O fenômeno do *déjà vu* é também analisado e explicado através das fantasias inconscientes. Nas palavras de Freud,

nesses momentos realmente se toca em algo que já se vivenciou antes, só que isso não pode ser lembrado conscientemente porque nunca foi consciente. (...) a sensação de *déjà vu* corresponde à recordação de uma fantasia inconsciente. Existem fantasias (ou devaneios) inconscientes, assim como existem criações conscientes do mesmo tipo, que todos conhecem por experiência própria (idem, p. 229).

Freud afirma que as condições básicas do esquecimento normal em seu sentido estrito – esquecimento das experiências passadas – são desconhecidas. Porém, em 1907 acrescenta uma nota de rodapé em que diz que o material mnêmico está sujeito ao mecanismo de condensação e distorção. A distorção acontece aos traços mnêmicos que se mostram mais resistentes à condensação. Os processos de condensação e distorção se estendem por longos períodos, e as novas experiências que ocorrem neste período provocam uma remodelagem do conteúdo da memória. Em virtude disto, é comum a idéia de que é o tempo o responsável por tornar as lembranças incertas e indistintas, o que não é o caso. Não há uma função direta do tempo em relação ao esquecimento. Os traços mnêmicos recalcados não são alterados, mesmo após um extenso período de tempo. Em suas palavras,

O inconsciente é totalmente atemporal. O caráter mais importante e também mais estranho da fixação psíquica é que todas as impressões são preservadas, não só da mesma forma como foram originalmente recebidas, mas também em todas as formas que adotaram nos desenvolvimentos posteriores (...). Teoricamente, cada estado anterior do conteúdo da memória pode ser restituído à lembrança, mesmo que seus elementos tenham trocado há muito tempo todas as suas relações originárias por novas relações (idem, p. 236-7).

As *Conferências Introdutórias Sobre Psicanálise*, reproduzem as conferências proferidas na Universidade de Viena nos anos de 1916-17. Este texto é importante, pois enriquece nosso entendimento acerca dos atos falhos. Freud reserva três conferências para tratar das parapraxias, termo traduzido do inglês *parapraxis* que foi inventado para traduzir o termo alemão *Fehlleistungen*, que significa “operação falha”. Freud também utiliza o termo *Fehlrandlung*, que significa “ação falha”. O conceito de parapraxia ou ato falho aparentemente não existia em psicologia antes de Freud²⁵. O esquecimento tratado aqui, afirma Freud, difere de outras formas de esquecimento, além do fato de não ser um esquecimento permanente, mas sim temporário.

Tomando como exemplo privilegiado os casos de lapsos de fala, Freud afirma que os tipos mais comuns e notáveis são aqueles em que se diz o oposto do que se pretendia dizer. O lapso de fala deve ser considerado um *ato psíquico* ou

²⁵ Cf. Nota de rodapé acrescentada pelo editor em *A Psicopatologia da Vida Cotidiana*, p. 15, 2ª ed.

processo psíquico que persegue um objetivo e possui um sentido próprio. Dizer que um processo psíquico tem um sentido significa dizer que ele serve a uma intenção e possui uma continuidade psíquica. Os atos falhos não são eventos casuais, eles surgem da mútua oposição de duas intenções diferentes. O que menos deve interessar, no caso dos atos falhos, é a sua forma e o método que empregam. O que realmente importa é o propósito a que servem.

Freud se coloca frente à questão da existência de uma possível liberdade psíquica. Para ele isto é uma ilusão, ou seja, não há esta liberdade no psiquismo. Segundo Roudinesco & Plon, a sustentação por parte de Freud de um determinismo psíquico absoluto facilitou um uso ilimitado da prática interpretativa, contra a qual, Freud, mais tarde, “procuraria levantar-se, recorrendo principalmente ao processo da construção” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 617).

Às duas intenções diferentes presentes nos atos falhos correspondem uma intenção perturbada e uma intenção perturbadora. A questão que se coloca para Freud neste momento será: Que espécies de intenções são capazes de perturbar outras?

Os atos falhos representam um conflito entre duas tendências incompatíveis. Podemos agrupá-los em três grupos distintos de intenções. Tomando os lapsos de fala como exemplos, temos que: o primeiro grupo responde por intenções perturbadoras que são do conhecimento de quem fala, foram percebidas antes do lapso de fala ter ocorrido; no segundo grupo a intenção perturbadora é igualmente reconhecida como tal, mas não é reconhecida a intenção por trás do lapso; no terceiro grupo, aquele que cometeu o lapso rejeita vigorosamente a possibilidade de uma intenção atuante. O que une os três grupos é o fato de a intenção ser repelida. A diferença se dá apenas no grau em que a intenção é repelida em cada um desses casos. Se o ato de repelir fosse bem sucedido, a intenção não teria chance de se manifestar. Por isto, vemos participar um acordo entre as duas intenções, onde ocorre “um meio-êxito e um meio-fracasso para cada uma das duas intenções; a intenção que está sendo desafiada não é completamente suprimida, salvo em casos especiais, nem é levada a cabo em sua íntegra” (Freud, 1915-17, p. 86).

Em resumo, para Freud, através dos atos falhos, é possível obter uma visão dinâmica dos fenômenos mentais, visto representarem “sinais de uma ação recíproca de forças na mente, como manifestação de intenções com finalidade,

trabalhando concorrentemente ou em oposição recíproca” (idem). Há um conflito entre dois propósitos, e a repulsa a um deles, que se rebela produzindo o ato falho.

Freud ressalta que, nos casos de esquecimento, é bastante visível, o aparecimento de uma contra-intenção ou contra-vontade que se manifesta diretamente ou indiretamente.

Tanto o esquecimento de que tratamos aqui, como os sintomas neuróticos revelam, para Freud, que “a memória tem aversão por recordar tudo que está em conexão com sentimentos de desprazer e com a reprodução daquilo que renova o desprazer” (idem, p. 95).

O esquecimento que se manifesta como ato falho é algo recuperável, a palavra certa que se esqueceu pode ser rememorada. Isto porque a defesa ou recalque que atuou no momento do esquecimento é um recalque secundário, e não o recalque originário que soterra as memórias da primeira infância.

Capítulo 6

Memória e Temporalidade

A psicanálise não deve ser confundida com uma busca histórica do passado do indivíduo. Kaufmann nos adverte no sentido de evitarmos cair na armadilha do historicismo, “que implicaria para o analista reconstruir como historiador, ou quase, o passado esquecido ou recalcado da história do sujeito” (Kaufmann, 1996, p. 124). Segundo o autor, não se trata de preencher lacunas da memória, nem tampouco, a psicanálise é pura construção elaborada no espaço analítico, “o que ela produz é uma história reescrita para um devir, uma história renovada pelo processo (transferencial) da análise” (idem, p. 125).

Tal qual a memória, Freud nunca sistematizou a noção de tempo ou temporalidade em sua obra. Entretanto, é também esta uma noção que perpassa toda sua elaboração teórica de diversas formas.

Pelo menos duas idéias relativas ao tempo se destacam com facilidade na obra freudiana: a tese da atemporalidade do inconsciente e a concepção expressa pelos termos *Nachträglich* e *Nachträglichkeit* (cf. Gondar, 1993), na qual o passado é redimensionado a partir do presente. Em relação à primeira idéia Freud apresenta três enunciados: “os processos do sistema inconsciente não são ordenados temporalmente, não se alteram com a passagem do tempo, não têm absolutamente qualquer referência ao tempo” (idem, p. 59). Mas é apenas a segunda idéia, que se relaciona mais especificamente ao nosso tema, que veremos aqui.

Para Gondar (1993), Freud apresenta pelo menos cinco²⁶ acepções relativas ao tempo. Destas, duas delas nos interessam sobremaneira: a lógica temporal retrospectiva, expressa na noção de só-depois, com as implicações que acarreta, tanto para a concepção de memória, como para a de rememoração, e a memória extemporânea ao indivíduo expressa na hipótese filogenética.

²⁶ As cinco acepções são: 1) A representação do tempo decorrente do modo de funcionamento do sistema percepção-consciência. 2) A lógica temporal retrospectiva, ou seja, o tempo próprio ao modo inconsciente de operação. 3) O tempo da pulsão. 4) O tempo mítico do recalque primário. 5) A memória extemporânea ao indivíduo que se expressa na memória filogenética.

6.1 *Nachträglich*

A noção de só-depois²⁷ (*Nachträglich*) se relaciona na obra freudiana à temporalidade e à causalidade psíquica. Experiências, impressões e traços mnêmicos sofrem remodelações em função de experiências novas, adquirindo então um novo sentido e uma nova eficácia psíquica (cf. Laplanche & Pontalis, 1983). Freud não dedica a esta noção um texto específico e menos ainda se preocupa em precisar seu sentido (cf. Gondar, 1993) com grande afinco. É Lacan quem vai passar a valorizar a originalidade e a riqueza desta noção.

Este conceito é utilizado inicialmente na teoria freudiana para se referir ao efeito traumático que sobrevém após um lapso temporal. Há um intervalo de tempo entre um evento de origem sexual na infância e sua eficácia posterior após a maturidade sexual. O evento só terá efeitos posteriormente. Uma experiência sexual na época da infância não é compreendida enquanto tal e somente a partir de um outro acontecimento, após a puberdade, há a possibilidade de um efeito retroativo dar significação sexual ao primeiro evento. Inicialmente, é a sexualidade, emergindo na puberdade, que dará a conotação sexual, ligando a lembrança ao desencadear da excitação. A sexualidade infantil ainda não havia emergido na teoria freudiana.

Laplanche & Pontalis (1983) nos esclarecem que não é a vivência geral que é remodelada posteriormente, mas apenas o que, no momento em que foi vivido, não pôde integrar-se plenamente num contexto significativo. A maturação orgânica, propiciada pela puberdade, assim como novos acontecimentos e situações possibilitarão uma remodelação posterior, permitindo ao indivíduo acesso a novas significações e a reelaboração de experiências anteriores.

A noção de só-depois não fica presa a este momento inicial, ela acompanha a elaboração freudiana até o final, não perdendo a sua importância no momento em que Freud abandona a teoria da sedução. Não é apenas na esfera do trauma que ela opera. Esta noção “se expande ao libertar-se do modelo

²⁷ O termo alemão *Nachträglich* utilizado por Freud em sua teoria, foi traduzido para o francês por *après-coup*, para o inglês por *deferred action* (ação diferida), para o espanhol por *posterioridad* e para o português por *posterioridade*, *a posteriori* ou *só-depois*. Freud também utilizou a sua forma substantiva *nachträglichkeit*. Utilizaremos aqui a tradução original do psicanalista brasileiro MD Magno: só-depois.

traumático: todo o processo de recalçamento e, por extensão, todo o funcionamento inconsciente serão através dela explicados” (idem, p. 72).

É importante assinalar, segundo Gondar (1993), que Freud se utiliza do mesmo modelo de um funcionamento retrospectivo tanto para o trauma como para o recalque. O trauma se dá numa segunda representação e o recalque se revela somente em seu retorno (o retorno do recalçado). Desse modo, todas as produções inconscientes (sonhos, chistes, sintomas, atos falhos) podem ser pensadas em função de um só-depois.

Para Laplanche & Pontalis, a noção de só-depois impossibilita que se reduza “a concepção psicanalítica da história do indivíduo a um determinismo linear que considere unicamente a ação do passado sobre o presente” (Laplanche & Pontalis, 1983, p. 442). Os autores remetem à Carta 52, já vista por nós, na qual Freud afirma que os traços mnêmicos sofrem, de tempos em tempos, um rearranjo segundo novas circunstâncias, uma retranscrição. A noção de posterioridade não deve ser reduzida a uma teoria econômica, não se trata de uma descarga retardada, trata-se de “uma verdadeira elaboração, de um *trabalho de memória*, que não é a simples descarga de uma tensão acumulada, mas um conjunto complexo de operações psicológicas” (idem, p. 445).

6.2 Memória filogenética

Para obtermos a compreensão do que Freud postulou como memória filogenética, precisamos, de início, compreender o significado dos termos filogenia e ontogenia, sua origem e a utilização que Freud faz deles.

Os termos filogenia e ontogenia remontam a Ernst Heinrich Haeckel (1834-1919), que na década de 1860 postulou sua “Lei Biogenética Fundamental”, que descreve a ontogênese como o *desenvolvimento do indivíduo orgânico*, ou seja, as mudanças de forma que cada indivíduo passa durante toda a sua existência individual. Já a filogênese é o desenvolvimento da espécie, ou seja, o *desenvolvimento da linhagem orgânica* a qual o indivíduo pertence. De acordo com sua teoria, a ontogênese é condicionada pela filogênese. Nas palavras de Haeckel: “Ontogenia é a rápida e curta recapitulação da filogenia, causada pelas

funções fisiológicas de herança (reprodução) e adaptação (nutrição)”²⁸. Haeckel defende então o princípio ontofilogenético, “onde o desenvolvimento individual recapitularia as fases do desenvolvimento da espécie. Neste sentido, é a ontogênese que reconstrói a filogênese, e não o contrário” (Fernandes, 2001, p. 22).

Haeckel era um grande admirador das idéias de Darwin e de Lamarck. Fernandes (2001) nos esclarece que as diferenças e semelhanças entre as idéias de Darwin e Lamarck são muitas vezes simplificadas e tratadas como teorias da evolução opostas. Desta forma, Darwin sustentaria a evolução por seleção natural e Lamarck sustentaria a herança de caracteres adquiridos. O que não é exatamente a verdade quando a teoria é vista em toda a sua complexidade e não em tópicos isolados. Entretanto, não é o caso de nos determos nestes pensadores. Nosso interesse se restringe à influência desses autores em Freud. Este modelo evolucionista acompanha a elaboração metapsicológica freudiana.

Freud transpôs o modelo de Haeckel da história da espécie para a história da humanidade. Para escrever *Totem e Tabu* (1912), utiliza, além de Haeckel, de enunciados de Darwin, Atkinson e Robertson Smith. Em Darwin temos a idéia de “horda primitiva”, na qual, em determinado momento, os indivíduos foram “submetidos ao poder despótico de um macho, mais velho, que se apropriava das fêmeas e castigava ou afastava os mais jovens e as crianças” (idem, p. 22). A teoria de Atkinson sugere a Freud a deposição do mais velho pelos jovens que se uniram. Robertson Smith contribui com a teoria totemista, na qual a horda do pai deu lugar ao clã totêmico dos irmãos. A vida em comum foi possível devido à renúncia dos machos às mulheres do clã, surgindo daí a exogamia e as famílias baseadas no direito materno.

O mito de *Totem e Tabu* é considerado o “protótipo privilegiado da filiação filogenética, (...) porque ele tem a capacidade de ser o mito da matriz dos traços” (Kaufmann, 1996, p. 208). Neste texto, Freud, às voltas com os temas *angústia de castração* e o *sentimento inconsciente de culpa*, introduz “a idéia de uma passagem histórica da horda primitiva para a sociedade humana organizada por leis, ou seja, da natureza para a cultura” (Fernandes, 2001, p. 22). O pensamento de Haeckel é claramente de inspiração biológica. Freud leva-o para o

²⁸ Citado por Fernandes, C. M. Bereshit: *A Constituição do Aparelho Psíquico*, 2001, p. 21.

terreno da linguagem e da história e teoriza a origem da cultura a partir da proibição do incesto.

Em *Conferências Introdutórias sobre Psicanálise* (1916-17), Conferência X, Freud estabelece uma vinculação da herança filogenética com o simbolismo que aparece nos sonhos. Do mesmo modo, na Conferência XIII, que aborda os aspectos arcaicos e o infantilismo nos sonhos, Freud afirma que a elaboração onírica nos faz retroceder à pré-história. Esta pré-história é, por um lado, individual, trata-se da infância do indivíduo. E, por outro lado, é uma pré-história filogenética, visto que “cada indivíduo de alguma maneira recapitula, em forma abreviada, todo o desenvolvimento da espécie humana” (Freud, 1915-17, p. 239). Freud reconhece a dificuldade em se distinguir a parte que pode ser atribuída aos processos mentais latentes do período pré-histórico do indivíduo, da parte que é proveniente da pré-história filogenética. Para ele, as conexões simbólicas que o indivíduo possui e que não foram adquiridas por aprendizado atestam a existência da herança filogenética.

Em *A Interpretação dos Sonhos* (1900), no capítulo VII que trata da regressão e apresenta sua primeira tópica, Freud acrescentou um parágrafo em 1919, ao final do texto, no qual postula que por trás da infância do indivíduo, há uma “uma infância filogenética – um quadro do desenvolvimento da raça humana, do qual o desenvolvimento do indivíduo é, na realidade, uma recapitulação abreviada, influenciada pelas circunstâncias fortuitas da vida” (Freud, 1900, p. 585). A análise dos sonhos poderá nos conduzir a um conhecimento da herança arcaica do homem, isto é, a algo psiquicamente inato.

Outro livro importante para entendermos a existência de uma memória filogenética na teoria freudiana é *Moisés e o Monoteísmo*, composto de três ensaios escritos entre 1934 e 1938 reunidos em um livro que foi publicado em 1939, ano da morte de Freud. Trata-se de um “romance histórico”, considerado por muitos uma verdadeira obra-prima. Freud resumiu seu conteúdo a Lou Andréas-Salomé numa carta datada de 6 de janeiro de 1935, concluindo da seguinte forma:

As religiões devem seu poder coercitivo ao retorno do recalçado, são reminiscências de processos arcaicos desaparecidos e altamente eficazes da história da humanidade. Já afirmei isso em *Totem e tabu*. E agora o condenso numa fórmula: o que fortalece a religião não é sua verdade real, mas sua verdade histórica (Roudinesco & Plon, 1998, p. 519).

Freud coloca como hipótese que “aquilo que pode ser operante na vida psíquica de um indivíduo” (Freud, 1934-38, p. 119) inclui não somente o que ele experimentou individualmente, mas também o que os outros seres humanos experimentaram antes dele, ou seja, “coisas que estão inatamente presentes nele, quando de seu nascimento, elementos com uma origem filogenética – uma herança arcaica” (idem). Esta herança arcaica consiste em certas disposições inatas, ou seja, “na capacidade e tendência de ingressar em linhas específicas de desenvolvimento e de reagir, de maneira específica, a certas excitações, impressões e estímulos” (idem). A herança arcaica, ressalta Freud, deve incluir as distinções entre os indivíduos e representa o que se conhece como sendo o *fator constitucional* no indivíduo. Em reforço a sua hipótese, Freud se refere à universalidade do simbolismo na linguagem, o simbolismo que surge nos sonhos, e também as reações a traumas precoces, que não se limitam de forma nenhuma ao que o próprio indivíduo experimentou. Daí, declara que “a herança arcaica dos seres humanos abrange não apenas disposições, mas também um tema geral: traços de memória da experiência de gerações anteriores” (idem, p. 120). A influência de Lamarck é marcante aqui. Para Freud, os homens trazem consigo as experiências da espécie ao preservarem recordações do que foi experimentado por seus antepassados.

Freud se pergunta sobre a forma de ingresso de uma recordação na herança arcaica e sua forma de ativação, como aquela que, segundo ele, os homens sempre tiveram e terão: a existência de um pai primevo assassinado. Sua resposta será a de que o acontecimento deverá ter um grau suficiente de importância ou ser repetido com muita frequência, ou ambas as coisas. No exemplo do pai assassinado ambos os fatores incidem. A ativação de uma recordação deste tipo será trazida à consciência, vinda de seu estado inconsciente, a partir de uma repetição real e recente do acontecimento.

Para Freud, a sobrevivência de traços de memória que são derivados filogeneticamente, aproxima a psicologia individual da psicologia de grupo, visto que haveria traços comuns a todos, o que possibilitaria usar o instrumental psicanalítico para abordar o social.

Em *Esboço de Psicanálise* (1938), Freud também aborda a questão da herança arcaica nos sonhos, um material que não é proveniente nem da vida adulta, nem da infância esquecida, mas da experiência de antepassados, um

material filogenético que aparece nas lendas e costumes que sobreviveram. O sonho será considerado, neste contexto, uma fonte da pré-história da humanidade.

A apropriação feita por Freud do modelo biológico evolucionista encontra objeções atualmente. Para Jô Gondar (1993), por exemplo, a transmissão genética de traços de memória da espécie proposta por Freud deve ser vista abrando-se o ângulo biológico e reinterpretando essa transmissão como a postulação de uma anterioridade de uma organização simbólica pré-existente ao indivíduo. Uma memória da cultura humana aquém de cada história individual que se transmite através das gerações, na história, no discurso e na organização simbólica.

Capítulo 7

Recordar ou Repetir?

Vimos que o nascimento da psicanálise deu-se a partir de uma mudança na prática terapêutica que fez surgir, como conseqüência, uma nova elaboração teórica.

O método catártico que utilizava a hipnose para provocar uma ab-reação do afeto ligado ao trauma deu lugar ao método da livre associação. O processo da livre associação, ao nascer, era timidamente empregado. Nesta época, havia: “a procura insistente do elemento patogênico [que] desaparece em proveito de uma expressão espontânea do paciente” (Laplanche & Pontalis, 1983, p. 72). O início do ano de 1896²⁹ traz a marca do abandono definitivo da hipnose.

A livre associação se tornará daí por diante a regra fundamental da psicanálise. Segundo esta regra, o paciente deve “dizer tudo o que lhe vier à cabeça, principalmente aquilo que se sentir tentado a omitir, seja por que razão for” (Roudinesco & Plon, 1998, 649).

Voltando aos *Estudos*, vimos que Freud acreditava que determinado acontecimento ocorrido na infância do paciente teria sido traumático e era responsável pela doença posterior e a prática terapêutica visava fornecer meios para que o paciente recordasse este acontecimento. O objetivo maior a ser alcançado no tratamento era romper o bloqueio da memória e este objetivo permaneceu igual, mesmo com a mudança de método, do catártico para a livre associação. Nas palavras de Freud, “O objetivo destas técnicas diferentes, naturalmente permaneceu sendo o mesmo. Descritivamente falando, trata-se de preencher lacunas na memória; dinamicamente, é superar resistências devidas à repressão” (Freud, 1914, p. 193-4).

No entanto, a partir do caso clínico “Dora”, um fato novo pôde ser observado: a repetição. Ao invés de recordar aquilo que esqueceu e recalcou, o paciente passa a atuar (*acts it out*), ou seja, “reproduz não como lembrança, mas como ação; repete-o sem, naturalmente, saber que o está repetindo” (idem, p. 196). O chamado caso Dora foi o primeiro tratamento exclusivamente

²⁹ Segundo Roudinesco, E & Plon, M (1998) isto se deu em fevereiro de 1896.

psicanalítico realizado por Freud. Ele ocorreu em 1900, sua história foi redigida um ano depois e publicada quatro anos mais tarde.

O recém descoberto mecanismo da repetição passa então a ser um referencial importante no tratamento. Ao mesmo tempo em que a repetição é considerada negativamente, visto que impede a reminiscência, ela é também “o mais poderoso dos instrumentos terapêuticos” (Garcia-Roza, 1986, p. 22). A transferência, neste momento, passa a ser vista por Freud como um fragmento da repetição e a repetição como a transferência de um passado esquecido.

Garcia-Roza nos esclarece quanto à existência de dois tipos de repetição: uma *repetição do mesmo* e uma *repetição diferencial*. “Na transferência dá-se uma repetição de protótipos infantis, essa repetição não é uma reprodução de situações reais vividas pelo paciente, *mas equivalentes simbólicos do desejo inconsciente*” (Garcia-Roza, 1986, p. 22-3). Isto significa que a repetição na transferência é uma repetição diferencial e, deste modo, um auxílio ao tratamento.

Em *Recordar, Repetir e Elaborar* (1914), Freud estabelece de forma mais ampla a distinção que nos interessa de perto entre recordar e repetir.

A compulsão à repetição é apresentada como a maneira alternativa de o paciente recordar, melhor dizendo, ela substitui o recordar. Sua relação com a resistência é visível. “Quanto maior a resistência, mais extensivamente a atuação (*acting out*) (repetição) substituirá o recordar (...) Aprendemos que o paciente repete ao invés de recordar e repete sob as condições da resistência” (Freud, 1914, p. 197-8). Mas o que o paciente de fato repete, pergunta-se Freud. Repete suas “inibições, suas atitudes inúteis e seus traços patológicos de caráter. Repete também todos os seus sintomas, no decurso do tratamento” (idem, p. 198). A repetição é, assim, a própria manifestação do retorno do recaiado (cf. Rudge, 1998). A neurose passa a ser vista por Freud como uma força atual, embora vinculada a acontecimentos do passado. O paciente vivencia a sua doença como algo real e contemporâneo e grande parte do trabalho terapêutico será remontá-lo ao passado.

Há também o perigo de ocorrer, no curso do tratamento, a repetição de “novos e mais profundos impulsos pulsionais, que até então não se haviam feito sentir” (idem, p. 199).

Do mesmo modo que se manifesta na transferência, a repetição pode se dar em ações do paciente fora do âmbito da transferência. Estas podem vir a causar-

lhe diversos danos. O *acting out* não é reconhecido como tal e dificilmente responde à interpretação. Uma maneira de amenizar possíveis prejuízos causados pela repetição será orientando o paciente no sentido de que não tome qualquer decisão capaz de lhe afetar a vida durante o tratamento. Esta é a norma chamada da abstinência. Ou seja, deve-se adiar qualquer decisão mais séria para depois do término do tratamento. Entretanto, este tipo de sugestão não funciona com todos. Alguns pacientes mergulham em projetos inteiramente indesejáveis no curso do tratamento.

No início do tratamento, o intuito é o de substituir a neurose comum por uma “neurose de transferência”. Esta sim é passível de cura pelo trabalho analítico. A partir da transferência, uma região intermediária se cria “entre a doença e a vida real, através da qual a transição de uma para a outra é efetuada” (idem, p. 201). A neurose de transferência possui todas as características da doença real, mas trata-se de uma doença artificial, agora acessível à intervenção. Será principalmente através do manejo da transferência, afirma Freud, que a compulsão à repetição do paciente será reprimida e transformada em motivo para recordar. Nas palavras de Freud “a partir das reações repetitivas exibidas na transferência, somos levados ao longo dos caminhos familiares até o despertar das lembranças, que aparecem sem dificuldade, por assim dizer, após a resistência ter sido superada” (idem).

Ao final deste artigo, Freud se detém no último termo do título, a elaboração. A elaboração, diz ele, “distingue o tratamento analítico de qualquer tipo de tratamento por sugestão” (idem, p. 202). Através dela, efetuam-se as maiores mudanças no paciente. Só gradativamente as interpretações surtem efeito. A elaboração das resistências é o tempo que o paciente leva para que elas possam intervir na repetição, transformando-a em uma compreensão do passado. A elaboração é correlativa à ab-reação do tratamento hipnótico.

A repetição parece ser em Freud uma noção descritiva, pois pode ser entendida de maneiras diversas. Por um lado, como vimos, ela é uma alternativa à recordação, ou uma recordação “agindo”. Mas Freud também a explica de outro modo. No artigo *O estranho (Das Unheimliche)* de 1919, ele dirá que “só há *Unheimliche* se houver repetição. O estranho é algo que retorna, algo que se repete, mas ao mesmo tempo se apresenta como diferente” (Garcia-Roza, 1986, p. 24). Aqui a repetição é vista como sendo da própria natureza das pulsões, sem

laços com a recordação. Nas palavras de Rudge, “a compulsão à repetição é característica da própria pulsão e, portanto, não depende do recalque” (Rudge, 1998, p. 28). Referindo-se a este mesmo artigo, a autora afirma que neste texto de Freud, encontramos “referências a essa compulsão atuando independentemente do princípio do prazer” (idem).

Também um ano depois, em *Além do Princípio do Prazer* (1920) a noção de repetição surge sob outro ângulo e se insere no primeiro plano da teoria, como o fundamento para a explicação da pulsão de morte. Neste livro, Freud promove uma reorganização de sua teoria e lança um olhar retrospectivo ao trabalho analítico situando as mudanças ocorridas em vinte e cinco anos de trabalho.

Em 1920, Freud resumirá o histórico de sua técnica. No início, a análise era uma arte interpretativa, ao descobrir o material inconsciente do paciente que, no momento oportuno, seria comunicado a ele. Mas este método se mostrou insuficiente e o paciente é então chamado a confirmar com sua memória a construção teórica do analista, levando-se em conta suas resistências quanto ao material apresentado. O objetivo inicial estabelecido – o inconsciente tornar-se consciente – não era completamente atingido, pois “o paciente não pode recordar a totalidade do que nele se acha reprimido, e o que não lhe é possível recordar, pode ser exatamente a parte essencial” (Freud, 1920, p. 31). A esperança de Freud no objetivo da recordação diminui. O paciente repete o material recalcado como experiência contemporânea e não o recorda como algo pertencente ao passado, como era de se esperar. O caminho deve ser outro. A neurose primitiva será substituída por uma neurose de transferência, onde se força “tanto quanto possível o canal da memória” e se permite “que surja como repetição o mínimo possível” (idem, p. 32). Esta fase do tratamento não pode ser evitada, devendo o paciente “reexperimentar alguma parte de sua vida esquecida”, mas deve também, ao mesmo tempo, “reconhecer que aquilo que parece ser realidade é, na verdade, apenas reflexo de um passado esquecido” (idem). O que não significa uma recordação completa de sua infância.

A compulsão à repetição surgida no tratamento psicanalítico dos neuróticos será atribuída ao inconsciente recalcado e relaciona-se com o princípio do prazer não o contradizendo, de maneira que representará “desprazer para um dos sistemas e, simultaneamente, satisfação para outro” (idem, p. 33). Entretanto, a partir de 1920, Freud observa que a “compulsão à repetição também rememora

do passado experiências que não incluem a possibilidade alguma de prazer e que nunca, mesmo há longo tempo, trouxeram satisfação, mesmo para impulsos instintuais que desde então foram reprimidos” (idem, p. 34).

A repetição adquire uma importância cada vez maior. Não é só na transferência que Freud observa a compulsão à repetição, ela se mostrará no comportamento das pessoas e suas histórias de vida, nos sonhos que ocorrem nas neuroses traumáticas e no impulso de brincar das crianças. A partir daí, a dominância atribuída ao princípio do prazer nos processos de excitação na vida mental é confrontada a uma compulsão à repetição que funciona na mente e sobrepuja, em alguns casos, o princípio do prazer.

Um destes, o mais paradigmático, é o dos sonhos traumáticos. Freud admite que constituem uma exceção à proposição de que os sonhos são realizações de desejos. Os sonhos, que ocorrem nas neuroses traumáticas, ou os sonhos que, durante o processo de análise trazem à lembrança os traumas psíquicos da infância, surgem em obediência à compulsão à repetição.

Neste trabalho Freud reformula seu dualismo pulsional: onde antes havia as *pulsões sexuais* opondo-se às *pulsões de autoconservação* ou *pulsões do eu*, agora temos as *pulsões de vida* (Eros) opondo-se às *pulsões de morte*. A partir da observação da compulsão à repetição de origem inconsciente e que leva o sujeito a se colocar repetidamente em situações dolorosas, Freud vai postular que opera no psiquismo uma força mais elementar e primitiva do que o princípio do prazer: a *pulsão de morte*, um dos conceitos mais controversos de sua teoria.

Apesar do dualismo sempre presente na teoria freudiana, a pulsão de morte tornou-se o protótipo da pulsão enquanto tal. Segundo Oliveira, ela

recebe esta denominação por ser primitivamente dotada do impulso que visa restaurar um estado antigo, um estado de cancelamento absoluto de toda e qualquer tensão energética. No entanto não apenas há a pressão que impele à morte – no sentido de retorno ao inorgânico, ou reduzir a nada os estímulos – mas também o que subjaz no impulso de vida (Oliveira, 2000, p. 75).

Na impossibilidade de a pulsão se satisfazer, ou seja, restaurar um estado anterior, ela é conduzida à repetição.

Como afirmamos no início deste capítulo, em *Além do Princípio do Prazer*, Freud retoma depois de muitos anos, o conceito de *Bahnung*. Kaufmann (1996) nos esclarece que tanto a facilitação (*Bahnung*) como a repetição tal como

esta é abordada inicialmente, obedecem à lógica do *princípio do prazer*. A facilitação expõe uma obviedade: a tendência a percorrer um caminho já percorrido. Um caminho novo oferece resistências e a facilitação é justamente a diminuição desta resistência.

Rudge, referindo-se a reformulação de 1920, afirma que os traços mnêmicos podem ser considerados como os traços constituintes da pulsão. A constituição da pulsão, diz a autora,

que pode ser aproximada desta *memorização fundamental* que dá lugar a um sujeito (em oposição à natureza), é o que estabelece a definitiva distinção entre a pulsão e sua riqueza e diversidade, e o instinto que é pré-adaptação. Nesse ponto, é preciso supor uma memorização que constitua um campo do irrecuperável através da rememoração (Rudge, 1998, p. 43).

Segundo a autora, apoiar a topografia da pulsão nos traços mnêmicos envolve um certo paradoxo: uma memória que não é passível de rememoração. É aí que se encontra a originalidade da psicanálise quanto à questão da memória.

Conclusão

Afirmamos inicialmente que o tema da memória, apesar de não ter sido sistematizado por Freud, ocupa um importante lugar na psicanálise, sendo apresentado através de diversas concepções ou formas de abordagem. Acreditamos poder chegar ao final de nosso trabalho com o entendimento de algumas dessas concepções em seus respectivos níveis.

Realizamos um percurso histórico cuja finalidade foi situar-nos frente às várias concepções de memória em áreas externas à psicanálise, como a psicologia, a neurologia e a neurociência.

O tema da memória pode ser destacado em contextos diversos ao longo de toda a extensa obra freudiana. Em nosso trabalho, que não esgota o estudo da memória em Freud, demos destaque a um período inicial da elaboração freudiana, visto que é em torno da noção de traços mnêmicos inconscientes que Freud desenvolve sua principal concepção de memória. Consideramos que esta noção abriga a originalidade freudiana acerca da memória.

O percurso que empreendemos nos levou a fazer alguns recortes na teoria. No momento em que outros conceitos se fizeram fundamentais para a compreensão de nosso tema, nos detivemos nele. Outros, no entanto, foram omitidos ou apenas mencionados.

Uma dificuldade com a qual nos deparamos se refere à terminologia utilizada por Freud para tratar da memória. Muitos autores observaram sua falta de preocupação em padronizar a terminologia e o fato de utilizar uma linguagem cotidiana em seus textos. Com relação à memória, há uma oscilação dos diferentes termos e noções que, às vezes, não apresentam definição precisa. Apesar disto, a teoria é rigorosa. Mas para apreender os significados destes termos, é preciso levar em conta o contexto em que aparecem. Para falar de memória, Freud utilizou principalmente os termos *memória*, *reminiscência*, *recordação*, *rememoração*, *lembrança* e *traço mnêmico*. Além destes, utilizou também os termos *impressão*, *símbolo mnêmico* e *imagem mnêmica*.

Após seu trabalho sobre as *Afásias* (1891) e as indicações de Breuer, exposta nos *Estudos sobre a histeria* (1895), para quem as funções de percepção e memória são mutuamente exclusivas, Freud inicia a tentativa de elaboração de uma concepção de memória. Esta construção sobre a memória se inicia no *Projeto*

para uma psicologia científica (1895) e na carta denominada *Carta 52* (1896), endereçada a Fliess, e é desenvolvida em *A Interpretação dos Sonhos* (1900). O argumento de Breuer, segundo o qual o aparelho perceptual deve estar sempre apto a receber novas percepções e, portanto, nele nada deve ser armazenado, como é o caso da memória, é reafirmado por Freud em muitos momentos de sua obra e permanece até o final de sua elaboração.

Para falar da memória entendida como “resíduo das experiências estruturantes da primeira infância” (Rudge, 1999, p. 14), Freud utiliza duas abordagens diferentes. Uma primeira abordagem, de inspiração neurofisiológica apresenta os traços mnêmicos como representados pelas diferenças de facilitação que ocorrem entre as barreiras de contato que ligam os diferentes neurônios. A outra, utiliza preferencialmente a metáfora da escrita.

O termo *Bahnung* (facilitação ou trilhamento) está no centro da concepção freudiana de aparato psíquico desenvolvida em 1895. A memória será constituída pelas diferenças de facilitação [*Bahnungen*] existentes entre os neurônios. Ela se dará pela repetição de determinado percurso em função das facilitações/resistências existentes. Caminhos privilegiados se constituem e se entrecruzam formando uma complexa rede na qual não há lugar para uma repetição exata do mesmo percurso. A memória representada desta forma pretende dar “conta de como as experiências infantis vão deixar como resíduo uma rede de caminhos e direções preferenciais que irão subjazer os processos psíquicos a partir de então” (idem). Para Rudge, o objetivo da construção de memória desenvolvida no *Projeto* será o de “teorizar o surgimento de algo a que cabe bem melhor a designação de força do que de recordação. A gênese do desejo e da repulsa é o verdadeiro tema dessa construção” (idem, p. 17).

A originalidade da concepção de memória da psicanálise é justamente que ela é inseparável dos desejos, e nunca aparece como puramente cognitiva. Trata-se, na expressão de Vital Brazil, de uma “memória pulsiva”.

Os traços mnêmicos são aqueles que formam a base da memória, ou seja, trata-se da memória constitutiva do inconsciente. São resíduos das experiências da primeira infância que jamais alcançam a consciência, permanecem para sempre inconscientes e, não obstante este fato, produzem efeitos que são determinantes na vida futura.

O termo *impressão*, que acima afirmamos ser também utilizado por Freud para falar de memória, se refere a um momento primário da elaboração mnêmica. As impressões, consideradas como simples afecções psíquicas, serão conservadas pela memória como traços. A memória somente se constitui a partir do traço. “Todo traço é traço de uma impressão. O traço é a forma pela qual a impressão mantém seus efeitos” (Garcia-Roza, 2002, p. 58).

O traço mnêmico se refere tanto a um registro psíquico como a um registro neurológico. Na esfera do psíquico “ele é traço de impressão e não de sensação ou de estímulo”. Na ordem neurológica ele “depende da resistência oferecida pelas barreiras de contato entre os neurônios” (idem, p. 58). Freud estabelece que dois fatores são fundamentais, seja para a formação do traço mnêmico, seja para a ocorrência de uma facilitação: a intensidade ou magnitude da impressão e a repetição. A magnitude da impressão é o fator principal, visto que a repetição acontece quando a facilitação já se deu. Segundo Rudge,

Os traços mnêmicos – representados pelas redes de facilitaões, ou seja, por uma topografia que começa a ser desenhada a partir das primeiras experiências com a pessoa que cuida da criança – podem resultar de uma única experiência, desde que a magnitude da impressão seja de monta (Rudge, 1999, p. 16-17).

Na *Carta 52* (1896) e em *Uma nota sobre o “Bloco mágico”* (1924), Freud utiliza uma metáfora da escrita, aspecto este destacado por Derrida, para pensar a memória. Essa nova abordagem, não significa um abandono da neurologia por parte de Freud. Segundo Rudge (1999), o que muda é apenas a terminologia, ou a metáfora utilizada. O termo facilitação é tão metafórico quanto os termos signo, inscrição e transcrição, utilizados na *Carta 52*.

O texto sobre o “Bloco mágico”, da mesma forma, remete-se à escrita. O próprio Bloco mágico é um instrumento de escrever, no qual os traços permanecem inapagáveis na prancha de cera. A limitação desta metáfora se dá em virtude de os traços da prancha serem inertes, enquanto os traços mnêmicos produzem efeitos. Embora os traços mnêmicos não dêem origem a recordações, eles dão origem ao movimento do desejo inconsciente.

Em *A Interpretação dos Sonhos* (1900), Freud traz a memória como formadora do próprio aparato psíquico, ou seja, a memória é pré-condição para a formação do psiquismo. Sem memória não há psíquico. Daí nossa afirmação de que o psiquismo é um “aparelho de memória”. Na primeira tópica freudiana, a

instância da *consciência*, responsável pela percepção, não tem capacidade de memória. Às outras duas instâncias – *pré-consciente* e *inconsciente* - cabe o registro das impressões recebidas, constituindo aí duas modalidades de memória. Uma memória pré-consciente, em que representações são facilmente memoráveis. E uma memória inconsciente constituída por traços mnêmicos para sempre inacessíveis.

Hoje, neurologistas apontam a semelhança entre o fenômeno conhecido como *potenciação de longa duração* - que ocorre quando um estímulo abre um novo caminho através de uma série de neurônios, tornando mais fácil a passagem de futuras mensagens por este caminho - com o conceito freudiano de *Bahnung*. Do mesmo modo, neurologistas e neurocientistas contemporâneos encarecem principalmente a concepção de memória freudiana apresentada na Carta 52, que afirma que os traços mnêmicos, sofrem, de tempos em tempos, uma retranscrição. Não podemos deixar de mencionar também a importância que pesquisadores atuais atribuem ao papel das emoções na memória, fato desde sempre ressaltado por Freud.

Nas primeiras considerações teóricas e clínicas de Freud, expostas nos *Estudos sobre a histeria*, a memória é pensada através das reminiscências, mas poderíamos dizer igualmente lembranças ou memoração, e se até, num primeiro momento, a uma verdade histórica. Entretanto, não é o acontecimento em sua forma original que irá produzir um trauma, mas sua *lembrança* que será ressignificada num só-depois. Esta perspectiva se transforma com a introdução do papel das fantasias inconscientes.

A memoração de um passado esquecido como objetivo último do tratamento psicanalítico está restrita a uma fase inicial da clínica freudiana, que tratava o sintoma histérico como símbolo mnêmico de um trauma.

As experiências da primeira infância possuem um papel fundamental na elaboração freudiana, do início ao fim. Elas serão determinantes na vida futura. Entretanto, essas experiências precoces da infância sucumbem ao fenômeno da amnésia infantil. O tema da amnésia infantil possui um lugar central na teoria e se encontra dentro da concepção freudiana sobre a memória que ressaltamos aqui. Os traços mnêmicos, entendidos como resíduos de experiências da primeira infância, “estão soterrados sob a amnésia infantil” (Rudge, 1999 p. 22). O recalque originário será posteriormente apresentado como um momento em que se constitui

o psiquismo, e aquilo que jamais será recordado. Sobre o recalque secundário ou recalque propriamente dito é que será elaborada a teoria psicanalítica das neuroses.

A possibilidade de termos lembranças da nossa infância é questionada por Freud. Talvez tenhamos apenas lembranças *de* infância, ou *sobre* a nossa infância, que seriam *lembranças encobridoras*. As lembranças encobridoras são lembranças insignificantes que encobrem outras lembranças, estas sim, de grande significado. Tal como acontece no sintoma, ocorre aí uma solução de compromisso.

Nas palavras de Rudge,

temos então um paradoxo que caracteriza o tema da memória na psicanálise como dotado de uma especificidade irredutível a qualquer outra concepção de memória: as memórias mais persistentes e fundamentais, as que têm os maiores efeitos na determinação da vida futura, são irremediavelmente perdidas, jamais estarão disponíveis para a rememoração (Rudge, 1999, p. 13).

Uma das proposições de Freud sobre a memória pode ser resumida na seguinte tese: o esquecimento é concebido como ativo e não passivo. O “esquecimento estrutural” das primeiras experiências da infância não se confunde com o esquecimento visto como sintoma, onde há um compromisso entre a intenção consciente e o desejo inconsciente (recalcado). O esquecimento como fruto do recalque se insere na concepção freudiana de ato falho, que engloba também os lapsos de fala, leitura, audição, perdas, erros, etc.

Os traços mnêmicos, que, na denominação de Kaufmann, constituem o tesouro das lembranças, visto que englobam experiências de satisfação e de dor, traços de acontecimentos, cenas e sensações vividas e ouvidas, englobam também “elementos originários herdados das gerações precedentes, ou mesmo (...), da pré-história humana” (Kaufmann, 1996, p. 547). A memória extemporânea ao indivíduo é expressa na hipótese filogenética, uma herança arcaica dos seres humanos que abrange não apenas disposições, mas também traços mnêmicos da experiência de gerações anteriores. Para Freud, os homens trazem consigo as experiências da espécie ao preservarem recordações do que foi experimentado por seus antepassados. Vê-se aqui a influência de um modelo evolucionista que acompanha a metapsicologia freudiana.

Também ligada à temporalidade e a memória, temos em Freud a concepção de uma lógica temporal retrospectiva do inconsciente, expressa na

noção de só-depois (*Nachträglich*), na qual o passado é redimensionado a partir do presente. Experiências, impressões e traços mnêmicos sofrem remodelações em função de experiências novas, adquirindo então um novo sentido e uma nova eficácia psíquica (cf. Laplanche & Pontalis, 1983). Esta noção “exclui necessariamente um determinismo linear do passado sobre o presente” (Rudge, 1999, p. 29), assim como qualquer acesso às experiências determinantes dos primeiros anos.

Freud se utiliza do mesmo modelo de um funcionamento retrospectivo tanto em sua primeira teoria do trauma como sedução, como após a introdução da sexualidade infantil e do recalque na gênese do sintoma neurótico. Desse modo, todas as produções inconscientes (sonhos, chistes, sintomas, atos falhos) podem ser pensadas em função de um só-depois.

A partir da clínica, Freud estabelece a distinção e, ao mesmo tempo, uma equivalência entre recordar e repetir. A repetição se apresenta como uma alternativa à recordação. Através da *compulsão à repetição* o paciente substitui o recordar. Este caminho leva à reformulação empreendida por Freud em 1920, com a criação do conceito de *pulsão de morte*. Para Rudge, os traços mnêmicos podem ser considerados como os traços constituintes da pulsão. A constituição da pulsão, diz a autora, pode ser aproximada da *memorização fundamental*, um campo do irrecuperável.

A originalidade da psicanálise no que diz respeito à memória está na proposição de uma memória que não conduz à rememoração, mas à repetição.